

Congresso aloca mais verba em castração de pets que em ambiente

Desde 2021, mais da metade dos valores de emendas parlamentares destinados pelo Congresso ao Ministério do Meio Ambiente foi para a castração de cães e gatos. Para especialistas, a esterilização ganha prioridade por trazer visibilidade eleitoral, enquanto a proteção ambiental fica em segundo plano. **Política A6**

entrevista da 2ª

LARS PETER HANSEN
Nobel de Economia em 2013

Mundo deveria pagar para Brasil restaurar floresta

Estudo do americano com economistas brasileiros aponta que pagar US\$ 25 por tonelada de carbono capturado pode fazer fazendeiros optarem por reflorestamento. Proposta será debatida na COP30. **A34**

Crianças são as mais impactadas pelas mudanças climáticas na Amazônia **A31**

MEC ainda busca recursos para comprar livros

O Ministério da Educação tenta desde o fim de agosto garantir a verba necessária para a aquisição e distribuição de livros didáticos de 2026. Associações afirmam que atraso pode inviabilizar produção de materiais para o começo do ano letivo. **Cotidiano A26**

Unicamp registra menor abstenção em 15 anos **Cotidiano A27**

EDITORIAIS **A2**

Contra facções, mais inteligência Sobre minuta de projeto do governo Lula para conter organizações criminosas.

Sexo e gênero na sala de aula Acerca de derrubada pelo Supremo de leis municipais que restringiam conteúdos.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversa com o presidente americano, Donald Trump, em Kuala Lumpur (Malásia) Evelyn Hockstein/Reuters

Lula e Trump discutem tarifas e mediação de crise com Venezuela

Governo brasileiro avalia reunião na Malásia como positiva, e Trump afirma que negociação deve ser rápida; Lula se oferece para intervir entre Washington e Caracas

O primeiro encontro entre o presidente Lula (PT) e o presidente americano, Donald Trump, após imposição de tarifas dos EUA ao Brasil ocorreu ontem em Kuala Lumpur, na Malásia, com desfecho positivo na visão do Planalto, conta a enviada **Victoria Damasceno**.

O chanceler Mauro Vieira afirmou que Trump declarou que dará instruções à sua equipe para que comece uma negociação bilateral. Antes da reunião, que durou cerca de 50 minutos, o republicano disse a jornalistas que “provavelmente chegaremos a uma conclusão bem rápido”.



Está restabelecida a relação. Quem achava que não ia ter, perdeu Lula

O presidente brasileiro se dispôs a intermediar a tensão entre Casa Branca e Venezuela, destacando que a América Latina é uma região de paz, segundo Vieira. **Mercado A14 e Mundo A24**

EUA e China chegam a acordo sobre terras raras Mercado A15

Milei tem vitória surpreendente em legislativa e sai fortalecido das urnas

A Liberdade Avança, partido do presidente argentino, Javier Milei, obteve 40,8% dos votos e 64 vagas de deputados nas eleições legislativas deste domingo. O peronismo, pelo Força Pátria, ficou com 31,6% e 44 vagas.

Milei, cujo governo enfrenta uma série de crises, comemorou o resultado dizendo que “argentinos deixaram para trás cem anos de decadência”. “Hoje começa a construção da Argentina grande”, afirmou. **Mundo A23**

Eletronuclear pede ajuda de R\$ 1,4 bi a Lula para evitar ‘colapso’ **Mercado A19**

Polícia francesa prende 2 suspeitos de roubo do Louvre

Dois homens suspeitos de roubar as joias do Museu do Louvre foram presos na noite de sábado. Eles seriam da periferia de Paris e teriam cerca de 30 anos. Um deles foi detido no aeroporto Charles de Gaulle, tentando fugir. **Mundo A25**

Ronaldo Lemos

Conteúdo feito por IA venceu: a internet não é mais humana

Pela primeira vez, o número de artigos escritos por máquinas superou os textos de humanos na internet. Em paralelo, as empresas de IA passaram a querer “engajamento”, como redes sociais. **Mercado A20**

esporte

TOP 30 DO MUNDO AOS 19

João Fonseca vence ATP 500 da Basileia, vira 28º do mundo e conquista maior título desde Guga **A32**

ilustrada

Panahi relata como driblou censura no Irã **B1**

ciência

Isenção de taxas recua para ciência **B10**

folhainvest

Índices são via barata para diversificar **A11**

JHSF
SURPREENDENTE

RESERVA
CIDADE JARDIM



NO CIDADE JARDIM,
A REGIÃO ONDE
TUDO ACONTECE,
NASCE O
EMPREENHIMENTO
MAIS ICÔNICO
DA JHSF.

IMAGEM ILUSTRATIVA PRODUZIDA COM IA.

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Contra facções, mais inteligência

Minuta de projeto do governo Lula parece fazer concessão à direita ao endurecer penas contra organizações criminosas; dispositivos mais meritórios dão ao poder público novos meios para o enfrentamento

A onipresença e a ousadia crescente do crime organizado no país despertam, já tardiamente, os sentidos de urgência e oportunidade de instituições e políticos. No caso mais recente, a Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo deflagram na sexta (24) operação contra o que seria um plano do Primeiro Comando da Capital (PCC) para matar autoridades públicas. Dois dias antes, o Ministério da Justiça divulgou a minuta de um projeto de lei de combate a facções, que ainda passará pelo crivo da Casa Civil antes de ser de fato enviado ao Congresso. Foi o bastante para que se percebesse que o debate essencial sobre segurança pública será mais uma vez pautado por polarização ideológica. No que parece ser uma concessão

do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à direita linha dura que dá as cartas do Legislativo, o texto propõe o endurecimento de penas —velho recurso populista de comprovada baixa eficácia. Institui-se o crime de organização criminosa qualificada, considerado hediondo e punido com 8 a 15 anos de prisão, além de 12 a 30 anos para o homicídio por ordem ou em benefício da organização. Clareza conceitual é bem-vinda, mas depende de como os parâmetros serão aplicados pelo Judiciário. O sistema vigente já impõe punições semelhantes às propostas por meio da prática de somar penas de diversos crimes. Pelo projeto, os processados e condenados não terão direito a fiança nem serão beneficiados por qualquer tipo de perdão (graça,

indulto ou anistia). Resta saber se mais encarceramento levará ao desmantelamento de facções ou, ao contrário, resultará em seu fortalecimento com a mão de obra disponível nas prisões. Ainda assim, vozes do Congresso e de governos estaduais já indicaram que querem endurecimento adicional, como restrições a audiências de custódia e progressões de penas. No que tem de meritório, o texto da Justiça procura dar ao poder público mais meios de enfrentar o crime organizado, como ao permitir o monitoramento de encontros entre integrantes de facções em unidades prisionais com captação audiovisual e gravação autorizada judicialmente. Outros dispositivos miram a penetração das facções no Esta-

Populismo penal pode ser um mal menor se os governos federal e estaduais forem capazes de articular seus esforços, na prática, e deixarem querelas ideológicas em segundo plano

do e no setor privado. O projeto autoriza infiltração policial nas organizações e sistematiza sanções a agentes públicos envolvidos, como afastamento do cargo e impossibilidade de receber benefícios. Prevê ainda o compartilhamento de informações entre autoridades, com a criação do Banco Nacional de Organizações Criminosas. Por demandarem trabalho investigativo de qualidade, essas intenções só ganharão concretude com maior integração entre as forças de segurança e mais prioridade à inteligência policial. O populismo penal pode ser um mal menor se os governos federal e estaduais forem capazes de articular seus esforços, na prática, e deixarem querelas ideológicas em segundo plano.

Sexo e gênero na sala de aula

Supremo derruba leis municipais que proíbem a abordagem dos temas no currículo escolar; além do fato de que normas nesse sentido são de exclusividade da União, educação de qualidade precisa ser pluralista

Na guerra cultural travada num terreno político polarizado não só no Brasil, mas em diversos países, os temas da sexualidade e da identidade de gênero são alvos de disputas acaloradas, principalmente quando estão relacionados à infância. Por óbvio, crianças merecem atenção especial na formulação de políticas públicas, dada sua vulnerabilidade. Mas esse cuidado deve se dar com base em evidências, não em crenças e ideologias, e a partir do respeito a fundamentos constitucionais. Nesse sentido, é correta a decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade de leis de Tubarão (SC),

Petrolina (PE) e Garanhuns (PE) que proibiam menções a gênero e orientação sexual no currículo escolar. Segundo a corte, normas e diretrizes no setor exigem aplicação uniforme no país e são de competência exclusiva da União. A medida não é novidade. Em 2020, o Supremo julgou várias leis municipais que vetavam esses temas em sala de aula e chegou à mesma conclusão. Tal movimento de interferência no currículo ganhou impulso com Jair Bolsonaro (PL), que tinha no combate à chamada ideologia de gênero uma de suas bandeiras reacionárias. As ações se inseriam na pauta mais ampla da chamada Escola sem Parti-

do, que, sob o pretexto de conter doutrinações ideológicas de esquerda nas escolas, tentava limitar o trabalho de professores. Na decisão recente, os ministros Flávio Dino, Nunes Marques e Cristiano Zanin, que votaram pela derrubada das leis, também fizeram ponderações sobre a necessidade de adequar conteúdos ao nível de maturidade dos alunos e de evitar a hiperssexualização ou a adultização de crianças —fenômenos relacionados a abusos de menores na internet. O fato é que o silêncio não é bom educador. Abordar sexualidade e gênero nas escolas, a partir de metodologia técnica, é ferramenta importante tanto de

Abordar sexualidade e gênero nas escolas é ferramenta importante tanto de aprendizagem sobre o próprio corpo como de conscientização sobre preconceito, bullying e abuso infantil

aprendizagem sobre o próprio corpo e sua saúde como de conscientização sobre graves problemas sociais, como preconceito contra homossexuais e pessoas trans, violência contra mulheres, bullying e abuso infantil. É compreensível que pais, conservadores ou não, queiram transmitir suas crenças e valores aos filhos, e é indicado que escolas evitem confronto nessa seara no caso de crianças pequenas. Contudo a pluralidade de visões de mundo é aspecto fundamental de uma educação que preze por princípios democráticos e pelos direitos humanos —iniciativa cada vez mais necessária num cenário político sectário.

FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR BDO)
877.134 - Fechamento 1º Semestre de 2025
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

João Montanaro



COLONISTAS

SÃO PAULO

O identitarismo é um movimento punitivista

Lygia Maria

O poder do Estado moderno não aumenta apenas pela imposição, mas por solicitação: quanto mais esse poder é acionado, mais se expande e se cristaliza. A sociedade sente medo (seja por crime, doença, moralidade ou desinformação) e demanda intervenção do Estado, que acata o pedido com criação ou recrudescimento de leis, regulações e vigilância. Como resultado, a sociedade passa a depender dessas novas estruturas de controle. Tal mecanismo, descrito por Michel Foucault, por décadas respaldou discursos e práticas de movimentos de esquerda que se opunham ao autoritarismo — inclusive o soviético. Mas o identitarismo solapa essa perspectiva. O Ministério Público Federal

denunciou uma ativista paraibana por transfobia. O crime? Dizer numa rede social que “mulheres trans não são mulheres porque nasceram do sexo masculino”. Na denúncia, aceita pela Justiça, a deputada federal do PSOL Erika Hilton é vítima, mesmo que não tenha sido citada nas postagens. A Polícia Federal abriu inquérito e investiga também Isabella Cêpa, feminista que compartilhou a postagem da paraibana —em setembro, o STF validou o arquivamento de outro caso no qual Hilton acusava Cêpa por transfobia. Quando apenas dizer o que afirma a ciência é crime, estamos num ambiente persecutório da pior espécie. Afinal, o fato de que o sexo é binário na espécie hu-

mana, além de imutável, não suprime direitos de pessoas trans. Por isso, é temerário o lançamento da Plataforma do Respeito, com apoio do Ministério dos Direitos Humanos e verba de emenda de Hilton, gerida pela ONG Aliança Nacional LGBTI+. O sistema usa inteligência artificial para monitorar postagens relacionadas à comunidade LGBT. O objetivo é assegurar “maior celeridade na produção de provas e no encaminhamento de medidas cabíveis”. Considerando a interpretação identitária desvairada sobre o que seria transfobia, tal sistema de vigilância é um roteiro de filme distópico. O poder de polícia estatal agradece à esquerda por mais esse incentivo à sua hipertrofia.

BRASÍLIA

É tempo de reparação

Ana Cristina Rosa

A criação de um Fundo Nacional dedicado à promoção da igualdade racial é medida urgente e imprescindível para fazer frente às inúmeras desigualdades étnico-raciais que foram sendo institucionalizadas pelo Estado brasileiro em detrimento da população afrodescendente. Como disse a professora Eliane Barbosa da Conceição (mestre em administração geral e doutora em administração de empresas), com quem conversei esses dias, “uma série de vantagens oficiais foram criadas para facilitar a vida dos europeus incentivados a imigrar para o Brasil”. Em contrapartida, os africanos traficados e escravizados (bem como seus descendentes) foram preteridos e impedidos de aces-

sar recursos educacionais, econômicos, sociais e culturais ao longo da história da nossa nação. Nesse sentido, a proposta de emenda constitucional (PEC 27/2024) que tramita na Câmara para acrescentar na Constituição Federal um capítulo instituindo o Fundo Nacional de Reparação Econômica e Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR) é um marco importantíssimo no enfrentamento ao racismo institucional no nosso país. A iniciativa transforma a reparação histórica à população negra em política de Estado, o que é uma garantia contra eventuais retrocessos por causa de mudanças de gestão. Pela proposta, o fundo de reparação (no montante total de

R\$ 20 bilhões, com aporte anual de R\$ 1 bilhão) será constituído por dinheiro oriundo de indenizações a serem cobradas de empresas que reconhecidamente lucraram com a escravidão negra no país. Vale lembrar que medidas dessa natureza estão em discussão no mundo todo. Além disso, estão previstos aportes de dotações internacionais e dotações orçamentárias da União, entre outras fontes. Instituir um Fundo Nacional e Reparação é garantir orçamento para que diversos direitos previstos em lei possam ser efetivados. Não dá para seguir ignorando a gravidade dos prejuízos causados pelas inúmeras desvantagens institucionais impostas à população negra. É tempo de reparação.

Vulgar especulação de cargos e propinas

Em nome de uma criminalização da política o debate sobre corrupção foi interditado desde mensalão e Lava Jato

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Que o Brasil viva, na conjuntura atual, um malaise político não deveria surpreender. Trata-se de um traço constitutivo da nossa experiência republicana, em que interregnos de entusiasmo cívico são espasmódicos. Há um século, esse malaise já se manifestava no desencanto da primeira geração republicana. Como escreveu Vicente Licínio Cardoso —cuja obra póstuma “À margem da História da República” (1933) reúne reflexões amargas sobre os fracassos dos governos republicanos—, “a grande e triste surpresa de nossa geração foi sentir que o Brasil retrogradou”. Falava-se, como hoje, em retrocesso democrático e de políticas. Para Cardoso, a história “não deve ser fabricante de elogios nem depósito sebento de críticas póstumas”; ela deve apontar o fracasso rotundo do país em áreas vitais, como a educação pública —“nossa tragédia”.

Na literatura, ninguém exprimiu o desencanto cívico como Lima Barreto. Há pouco mais de um século, ele observou que “a política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém, uma vulgar especulação de cargos e propinas”. Pouco mudou. O debate sobre cargos e propinas foi interditado desde o mensalão e a Lava Jato, em nome de uma suposta “criminalização da política”. O resultado foi o desmantelamento de práticas institucionais, em vez da correção dos desvios: jogou-se fora o bebê com a água do banho. O desafio redobrou. Menos de um terço dos brasileiros acredita que o país está na direção certa, segundo a Quaest. A corrupção —da qual o escândalo do INSS é um exemplo— ganhou proporções faraônicas e capilaridade, envolvendo inclusive o Judiciário. Criou-se um clima de vale-tudo. Agora ela se entrelaça com a percepção de que o crime organizado penetrou as entranhas do Estado. Soma-se a isso a avaliação —apressada e equivocada— de que escapamos por um triz da derrocada da democracia.

O embaixador Rubens Ricupero evocou a imagem de “O Anjo Exterminador”, de Luis Buñuel: os convidados querem deixar a festa, mas, por um motivo inexplicável, não conseguem transpor a porta de saída. “Essa imagem lembra o que está acontecendo no Brasil neste momento.” A Nova República é marcada, contudo, por um padrão de malaise distinto dos períodos anteriores. Há uma dimensão adicional aqui com raízes institucionais: resultam do nosso desenho consensualista. O presidencialismo de coalizão, tal como se consolidou, gera o que a teoria democrática chama de baixa (ou inexistente) clareza de responsabilidade. Isso decorre da fragmentação partidária e do caráter hiperminoritário do Executivo. O que confere singularidade ao caso brasileiro é a exacerbação desse problema por um Judiciário hiperprotagonista. Quando a responsabilidade por decisões e resultados é difusa, prospera o cinismo cívico: o eleitor não sabe a quem punir ou premiar. O Executivo transfere responsabilidades ao Legislativo e ao Judiciário —e vice-versa. Mais que isso: os próprios limites entre governo e oposição se esgarçam na formação de coalizões inusitadamente heterogêneas. Não há paralisia decisória, mas falta de rumo.

RIO DE JANEIRO

Verde para milhões

Ruy Castro

É uma sensação de estar em casa. O Parque do Flamengo, aqui no Rio, inaugurado em outubro de 1965, está fazendo 60 anos. Um mês depois, minha família se mudou para a rua do Russel, de frente para ele, e tive seu 1,2 milhão de metros quadrados como uma espécie de quintal. As pessoas o chamam de Aterro, porque foi feito sobre uma nesga da baía engolida pelo desmonte do morro no largo da Carioca. Mas, se fosse só um aterro, seria uma rede de autopistas, uma terra de ninguém. Lota de Macedo Soares, assessora de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, fez dele um parque. Naqueles primeiros tempos, cruzei-o a pé todos os fins de tarde para assistir aos clássicos na

Cinemateca do Museu de Arte Moderna, este, obra de Affonso Eduardo Reidy. As 11.600 árvores de 190 espécies, recém-plantadas por Burt Marx, ainda eram baixinhas. Ao seu lado, à noite, os pilotes do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra eram ideais para namorar, porque o soldado, postando guarda lá em cima, não podia se afastar da chama. E, do que sobrou de terra nasceu a quilométrica praia do Flamengo, onde, secularmente, só havia uma microfaixa de areia. Oásis como o Parque do Flamengo são essenciais numa cidade. O ideal seria que houvesse algo parecido ao alcance de cada zona residencial e a que se pudesse chegar caminhando. Nesse sentido, o Rio é bem servido,

com 68 deles, entre os quais o Parque Nacional da Tijuca, o da Pedra Branca, o de Madureira, o Parque Lage. E o querido Passeio Público, na Lapa, o primeiro espaço de lazer no Brasil, inaugurado em 1783, e em terrível necessidade de restauração. Gostei de saber que, em seu 60º aniversário, o Parque do Flamengo vive o seu apogeu, com 18 ou 19 milhões de usuários por ano. Lota, que morreria dois anos depois de doá-lo à cidade, se sentiria realizada. Cruzo-o de táxi duas vezes por semana, a caminho da Academia Brasileira de Letras, e continuo besta com aquela abundância e variedade de verde. Ao fundo, solene, entre as árvores, o Pão de Açúcar.

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Da escuta ao genoma: meio século de transformações na prática médica

Olho para trás e vejo avanços impressionantes, mas também novos desafios; longevidade exige uma medicina preparada para lidar com doenças crônicas

David Uip

Médico infectologista, é diretor nacional de infectologia da Rede D’Or, ex-secretário estadual da Saúde de São Paulo e membro titular da Academia de Medicina de São Paulo

Há meio século, a medicina era um ofício muito mais artesanal, ancorado na escuta e no toque. O Brasil ainda não contava com o Sistema Único de Saúde (SUS), que mais tarde se tornaria um marco de inclusão e acesso.

Hoje, tornou-se também ciência de precisão, sustentada por imagens, algoritmos e moléculas desenhadas sob medida. Neste intervalo, assisti —e vivi— a uma sucessão de revoluções que transformaram não apenas a forma como cuidamos, mas também as perspectivas de vida de milhões de pessoas.

Lembro-me de como a chegada da tomografia computadorizada e, mais tarde, da ressonância magnética, ampliou os horizontes do diagnóstico. Quando iniciei, contávamos basicamente com radiografias e, no máximo, tomografias iniciais. Hoje, dispomos de PET-CT, ressonân-

cia magnética funcional e exames de altíssima resolução, capazes de identificar doenças em estágios precoces e tratáveis.

O mesmo aconteceu com a genética: de uma disciplina quase teórica, ela se tornou protagonista. Em 2003, o sequenciamento do genoma humano abriu caminho para a medicina personalizada, permitindo identificar genes ligados a doenças e, muitas vezes, agir antes mesmo dos primeiros sintomas.

A cirurgia seguiu trajetória semelhante. Técnicas minimamente invasivas, antes inimagináveis, tornaram-se rotina. A laparoscopia e a cirurgia robótica reduziram riscos e aceleraram recuperações. Transplantes antes impensáveis —de coração, rim, face, mãos e múltiplos órgãos— hoje já são realidade. Na oncologia, a imunoterapia e as terapias alvo-moleculares revolucionaram o tratamento, e a terapia

gênica começa a corrigir defeitos que, até pouco tempo atrás, carregávamos por toda a vida.

Mas não foram apenas os grandes marcos tecnológicos que marcaram essa jornada. A medicina também se humanizou: o cuidado passou a envolver não só prolongar a vida, mas garantir qualidade, dignidade e acolhimento. Cuidados paliativos, antes tabu, tornaram-se parte essencial da prática médica.

Na infectologia, as mudanças também foram profundas. O enfrentamento do HIV/Aids, o avanço das vacinas —já entre os maiores instrumentos de saúde pública—, a descoberta de antivirais potentes e, mais recentemente, a mobilização global contra a Covid-19, mostraram o poder da ciência quando sociedade, médicos e pesquisadores caminham juntos. A rapidez com que vacinas de RNA mensageiro foram desenvolvidas é, para mim, uma das

Se há algo que aprendi nestes meus 50 anos de profissão é que a medicina nunca se acomoda. A cada conquista surge uma nova fronteira; a cada cura, um novo enigma. E é justamente essa busca incessante que mantém vivo o espírito de quem escolheu dedicar a vida a cuidar da vida

maiores conquistas de nossa era.

Nos últimos anos, surgiram aliados poderosos: Big Data e inteligência artificial. Durante a Covid-19, essas ferramentas ajudaram a prever picos de casos, analisar exames e orientar decisões rápidas. Paralelamente, terapias para doenças raras deixaram de ser um sonho distante para se tornarem realidade para milhares de pessoas.

Olho para trás e vejo um caminho de avanços impressionantes, mas também de novos desafios. A longevidade aumentou: a expectativa de vida do brasileiro, que era de cerca de 58 anos nos anos 1970, hoje ultrapassa os 76. Viver mais tempo exige uma medicina preparada para lidar com doenças crônicas, demências e os dilemas de um envelhecimento populacional acelerado.

Eis o momento para o Brasil se tornar protagonista. Precisamos, por meio de parcerias público-privadas, investir em novos tratamentos e estratégias para enfrentar a grande epidemia que já está em curso: a multirresistência antimicrobiana. Se nada fizermos, milhares de vidas serão perdidas nos próximos anos.

Se há algo que aprendi nesses meus 50 anos de profissão é que a medicina nunca se acomoda. A cada conquista surge uma nova fronteira; a cada cura, um novo enigma. E é justamente essa busca incessante que mantém vivo o espírito de quem escolheu dedicar a vida a cuidar da vida.

O colonismo anti-Supremo

Sob verniz jornalístico, falar mal do STF rende engajamento, cliques e público fiel, ansioso por consumir uma dose de indignação fantasiada de opinião

Georges Abboud

Advogado, é professor da PUC-SP e do IDP

RÉPLICA

Somos um país do humor e da piada: não à toa, o riso é a forma mais sutil de expor a ignorância, a arbitrariedade e as mazelas sociais. Rir é uma resistência inteligente ao sofrimento, mas cujo limite, sempre tênuo, depende de uma leitura adequada do contexto. Afinal, o humor depende de acordos culturais tácitos para existir. Essa regra básica do discurso me veio à mente ao ler coluna de Lygia Maria, nesta Folha, sob o cafona (e que se pretendia polissêmico) título “O STF virou piada” (19/10).

Não é a primeira vez que a colonista faz críticas irresponsáveis ao Supremo Tribunal Federal. Em suas colunas, ela reflete o senso comum de que o STF seria inimigo da “liberdade de ex-

pressão” e da “democracia”. Contudo, o maior problema é a reprodução com verniz jornalístico, a desinformação que alimenta o ressentimento e o ódio de setores extremistas.

Talvez seja o conveniente verniz de isenção que assegure à colonista (e ela não está sozinha) espaço fixo em um dos jornais mais influentes do país. Afinal, falar mal do STF rende engajamento, cliques e um público fiel, ansioso por consumir uma dose de indignação fantasiada de opinião.

A colonista defende que não haveria problema jurídico algum no fato de o senador Sergio Moro (União Brasil-PR), em vídeo, ter dito: “Não, isso é fiança. Instituíto para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes”. Segundo ela, o comentário, feito em tom de “brincadeira”, não configura-

ria crime. A articulista afirma ainda, com segurança inversamente proporcional à precisão, que “Moro provavelmente nem sequer era senador” à época do vídeo, razão pela qual o caso não deveria ter sido julgado pela corte. Errado.

A leitura do próprio acórdão deixa claro que o vídeo foi publicado durante o exercício do mandato, em abril de 2023. Fico imaginando como a Folha reagiria se um senador dissesse que o jornal vende editoriais e aceita promoções de combo incluindo alguns colonistas pelo mesmo preço.

A colonista também erra ao dizer que a frase era genérica e sem contexto. Assistam o vídeo, leiam a transcrição: um senador afirma que um ministro do STF recebe dinheiro para conceder habeas corpus. O que a colonista mais queria? Que o senador tivesse

Um senador afirma que um ministro do STF recebe dinheiro para conceder habeas corpus. O que a colonista mais queria? Que o senador tivesse inventado um preço?

inventado um preço?

Acusar um magistrado de vender decisão é a mais grave ofensa possível —atinge não só a pessoa, mas o próprio Judiciário. Há uma metonímia nesse processo que agrava o cenário. A vítima aqui é o decano do tribunal, que, ao lado de outros ministros, têm sofrido sanções internacionais por ter defendido a democracia brasileira.

É nesse contexto que textos iguais a esse, publicados por jornal de credibilidade nacional, somente servem para desinformar e alimentar a ideia de o STF como inimigo ficcional. Afinal, a maior parte dos leitores não é da área jurídica e não leu a decisão da corte. A colonista, inclusive, se leu, não entendeu.

Também convém lembrar que o fato de essa frase estar em vídeo de terceiro, ter sido feita numa festa junina ou numa convenção lavajatista não altera a gravidade do seu conteúdo. O recebimento da denúncia pelo STF exige apenas indícios mínimos de materialidade e autoria, não uma discussão jurídica exaustiva. Ou seja, a articulista, num exercício de futurologia, já conseguiu cravar que o STF contrariou a jurisprudência do STJ mesmo sem ter sido julgado o mérito do processo.

O STF não virou piada. Já a colonista...

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Governo de SP e a 2ª Guerra

Com Renato Feder no comando e suas empresas de serviços educacionais, só poderia dar nisso (“Material didático do governo Tarcísio diz que Segunda Guerra ocorreu na década de 1950”, Painei, 25/10). O difícil é entender como as denúncias demoraram tanto para aparecer na mídia.

Viviane M. Gonçalves (São Paulo, SP)

*

E os livros rejeitados do PNLD saem de graça para o estado.

Helena Hawad (Rio de Janeiro, RJ)

Perfil de Jorge Messias

Existem mulheres, negras, fora do Sudeste e qualificadas para ocupar a corte (“Perfil de ministro do STF combina elite jurídica, masculina, branca e próxima ao poder”, Política, 26/10)? Existem. Representatividade só na rampa, meio ambiente, cultura, pasta das mulheres e coisa que o valha. Poder, dinheiro e política ainda são dos homens brancos, incluindo Lula. Precisa mudar.

Roberta Melissa Oliveira Sales (Diadema, SP)

*

Puseram Rosa Weber e Cármen Lúcia lá, e o que fizeram no julgamento do mensalão? Joaquim Barbosa, vimos no que deu. Então Lula está certo em privilegiar alguém que tenha não só conhecimento jurídico mas também seja leal a ele e à Constituição, independente de gênero e de cor.

Geraldo Magela Sobrinho (Belo Horizonte, MG)

DOI-Codi liderou mortes

E tem gente que apoia e até elogia esses horrores narrados aqui (“DOI-Codi de São Paulo, onde Herzog foi morto, e do Rio lideram mortes da ditadura”, Política, 26/10). Não foi Bolsonaro quem elogiou torturador da ditadura?

Paulo R. de Oliveira (São Paulo, SP)

Ato na Sé, sem Tarcísio

“Ato relembra Herzog após 50 anos, e religiosos exaltam resistência por democracia” (Política, 26/10). E o governador Tarcísio de Freitas não apareceu.

João Pastina Neto (Pereiras, SP)

Smart Sampa

O sistema não tem nada de smart, pois roubos de alianças e celulares continuam a mil (“Gestão Nunes eleva gastos com Smart Sampa em ano eleitoral”, Painei, 26/10). E Nunes facilita a vida de construtoras, Derrite faz mansão em Porto Feliz, e Tarcísio é MAGA.

Debie dos S. Bastos (São Paulo, SP)

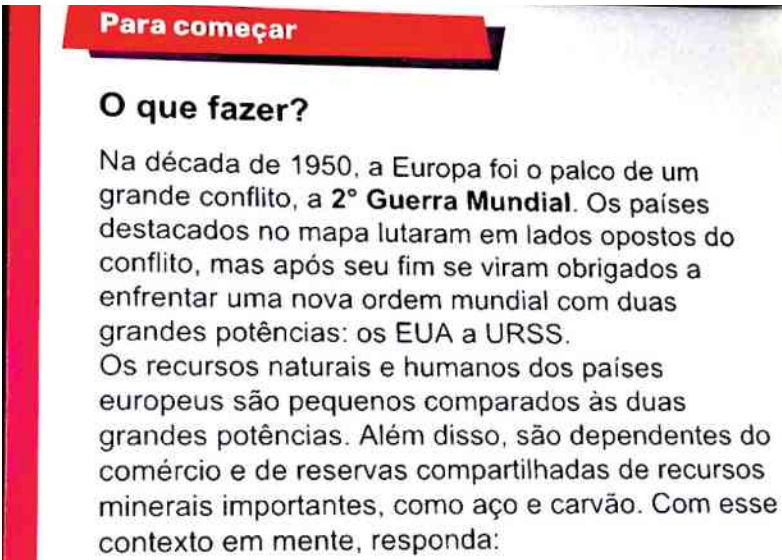


Foto de material didático distribuído a escolas estaduais de SP com informação errada sobre a Segunda Guerra Mundial Reprodução

Câncer e covardia masculina

Às vezes a doença traz livramento (“Mulheres contam como superaram abandono dos parceiros após diagnóstico de câncer de mama”, Saúde, 26/10). Chocada com o primeiro caso. O nível de grosseira que ele dizia no dia a dia devia ser alto. É melhor estar só do que ter desamor do seu lado.

Joana Souto (São Paulo, SP)

Perigo constante

Enquanto mulheres não estamos seguras em nenhum lugar (“Polícia prende suspeito de tentativa de estupro de brasileira em trem de Paris”, Cotidiano, 26/10). Somos alvos porque, dotados de força física superior a nossa, muitos homens se acham no direito de fazer o que quiserem conosco. Misoginia, ódio e loucura masculina sempre vão tentar nos ferir.

Helenice Figueira (Timóteo, MG)

Manifestações que valem

Bom para brasileiro aprender (“Milhares exigem renúncia de governante de Valência por enchentes que mataram 229 pessoas”, Mundo, 26/10). Manifestações que valem a pena são as de luta por direitos e as contra os políticos. Aqui se vai às ruas por ladrão de joias e líder de quadrilha.

Alberto Bianco (São Paulo, SP)

Cerveja sem álcool

Tomo cerveja sem álcool desde 2015, quando passei por cirurgia cardíaca para revascularização (“Mudança no sabor impulsiona mercado de cervejas sem álcool”, Mercado, 26/10). Na recuperação, a cerveja agia como antioxidante por ordem médica. Desde então, tomo cerveja com álcool misturada com a sem álcool. E, para minha glicemia, tem a sem glúten.

Claudio Messias (Assis, SP)

Rubio e o desespero dos EUA

A frase de Marco Rubio não faz sentido (“Brasil ganha mais como parceiro dos EUA que da China, diz Marco Rubio”, Mercado, 26/10). A China tem 1,4 bilhão de habitantes e economia que cresce quase 5% ao ano. Os EUA têm menos de 400 milhões de habitantes, déficit público de 5,6% do PIB e endividamento de US\$ 38 tri. O dinamismo dos EUA está no fim.

Igor Cornelsen (São Paulo, SP)

Emplacamentos no Paraná

Estranho isso (“Emplacamentos de carros sobem no Paraná e ajudam Ratinho”, Painei, 26/10). Seriam carros de outros estados? Se forem, não é fraude fiscal?

José L. da Silva Lino (Goiânia, GO)

Cooperativa de alimentos

Mais trabalho para o Judiciário entupido (“Supermercado em São Paulo vai trocar turnos de trabalho por desconto em produtos”, Mercado, 26/10).

Geraldo Ismael Bays (Chapecó, SC)

Depressão

Quatro dos seis quadrinhos da Folha (Quadrinhos, Ilustrada, 25/10) retratam bem a solidão. A humanidade está cheia de individualismo, falta de compaixão. Precisamos ser agentes de estímulo ao diálogo, encontros, pontes, resgate de heróis, homenagens em vida.

Joacz Guerra (Sorocaba, SP)

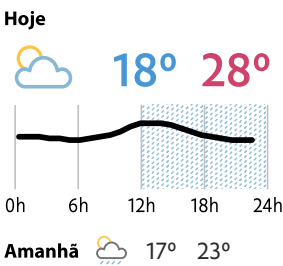
ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

FOLHINHA (25.OUT, PÁG. C16) O cartum Amok, do cartunista Bennet, repetiu aquela publicada na Folhinha em 27 de setembro. A tirinha inédita da edição de outubro está em folha.com/z7pd3nox.

ATMOSFERA

São Paulo



Fonte: www.climatempo.com.br

Hoje	Rio	21° 36°
Hoje	Brasília	20° 33°
Hoje	Ribeirão	22° 33°

Amanhã	Rio	20° 29°
Amanhã	Brasília	21° 34°
Amanhã	Ribeirão	22° 31°

LITERATURA

O QUÊ A 67ª edição do Prêmio Jabuti vai revelar nesta segunda (27) os premiados deste ano em cada categoria, incluindo o Livro do Ano

CATEGORIAS Serão revelados os vencedores de Romance e Literatura, Biografia e Reportagem, Contos, Poesia e Outras Categorias

HOMENAGEM A escritora Ana Maria Machado será homenageada como Personalidade Literária do ano.

ONDE No Theatro Municipal do Rio de Janeiro, às 19h, com transmissão ao vivo pelo canal da #CBL no YouTube, pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=v86bTiUXDRg>

PONTO FACULTATIVO

QUANDO A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) informa que nesta segunda (27), ponto facultativo em razão da antecipação do Dia do Servidor Público (28), funcionarão normalmente equipamentos de saúde como as Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) e Assistências Médicas Ambulatoriais/Unidades Básicas de Saúde (AMAs/UBSs) Integradas, sendo que nestas, a parte da UBS atenderá exclusivamente para vacinação contra gripe, Covid-19 e multivacinação. Equipamentos como as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), e Centros Especializados em Reabilitação (CERs) permanecerão fechados neste dia.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 27.OUT.1925



Mussolini batiza hidroavião que tentará cruzar oceano Atlântico

O primeiro-ministro da Itália, Benito Mussolini, batizou o hidroavião que será utilizado pelo aviador Eugenio Casagrande na tentativa de fazer a travessia aérea do oceano Atlântico. No porto de Sesto Calende, o líder fascista examinou detalhadamente o aparelho e, como é de praxe em cerimônias assim, quebrou uma garrafa de champanhe na hélice do hidroavião. O aparelho vai decolar da Itália rumo à Argentina, com escalas previstas no Brasil.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA	R\$ 29,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM	R\$ 49,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA	ASSINATURA MENSAL*	
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
SP	R\$ 7,90	R\$ 9,90	R\$ 204,90
MG, PR e RJ	R\$ 7,90	R\$ 9,90	R\$ 209,90
DF e SC	R\$ 8,90	R\$ 11	R\$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R\$ 9,90	R\$ 12	R\$ 334,90
AL, BA, PE, SE e TO	R\$ 14,90	R\$ 15,50	R\$ 361,90
Outros estados	R\$ 15,90	R\$ 16,50	R\$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN

ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Pais e filhos

O deputado Pedro Campos (PSB-PE), relator do projeto que aumenta gradualmente a licença-paternidade até chegar a 30 dias, diz que, após uma revisão de cálculos solicitada à consultoria da Câmara, o impacto fiscal da medida caiu quase à metade, de R\$ 4,34 bilhões para R\$ 2,26 bilhões em 2027. A expectativa é que isso ajude a viabilizar a aprovação da proposta. Ele afirma que a ministra Simone Tebet (Planejamento) sugeriu usar espaço fiscal aberto pelo fim de benefícios fiscais como compensação.

INFATIGÁVEL O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) protocolou um projeto que resgata parte da ideia do governo de tributar aplicações financeiras. Ele propõe uma alíquota de 15% de Imposto de Renda sobre LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) e CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), hoje isentos. O texto inicial da chamada medida provisória dos impostos previa 5% para esses investimentos.

CASOS DE FAMÍLIA O deputado federal Felipe Francischini, que em setembro perdeu o comando do União Brasil no Paraná para o senador Sergio Moro, afirma que vai assumir o controle do Podemos em abril, na janela partidária. Na prática, o parlamentar já iniciou o trabalho na nova sigla e colocou a própria mãe, Luciane Bonatto, na presidência do partido.

INSPIRAÇÃO O pai do parlamentar, Fernando Francischini, o primeiro deputado federal casado por fake news, fez algo semelhante no governo do Paraná. Como revelou o PAINEL, ele deixou um cargo comissionado na gestão Ratinho Jr. (PSD) e colocou no lugar a mãe, Tania Marcia Francischini, avó de Felipe.

DUELO DE TITÃS A pouco mais de um mês para eleição da presidência da Câmara Municipal de São Paulo, vereadores da base do prefeito Ricardo Nunes (MDB) articulam a reeleição de Ricardo Teixeira (União Brasil). A movimentação contraria Milton Leite, ex-presidente da Casa e que quer emplacar no cargo Silvão Leite (União). Milton, que foi vereador por quase 30 anos, cita acordo que teria aval do presidente do MDB, Baleia Rossi, para que seu afilhado político comande a Câmara.

REVANCHE Deputados ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) protocolaram um projeto para criar um cadastro nacional de grileiros. A ideia é barrar acesso a crédito rural a quem for inscrito nesse banco de dados. O texto é uma resposta à aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, de registro de invasores de terra.

Com Danielle Brant, Carlos Petrocilo e Catarina Scortecchi

Cláudio



Fachada de clínica veterinária na zona oeste do Rio que recebe verba de emendas Eduardo Anizelli/Folhapress

Congresso destina mais verbas para castrar pets do que para ambiente, mesmo na Amazônia

Das emendas para ministério, 54% vão para esterilizar cães e gatos; ação tem visibilidade eleitoral, e preservação de floresta perde força

PODER E DEVASTAÇÃO

Flávio Ferreira e Jullia Gouveia

SÃO PAULO Mais de metade dos valores de emendas parlamentares destinados pelo Congresso Nacional ao ministério da área ambiental foram para castração de cães e gatos desde 2021, quando o governo Jair Bolsonaro (PL) decidiu que a coordenação política das esterilizações deveria ficar a cargo da pasta dedicada à proteção da natureza.

Ao todo, nos últimos cinco anos, os deputados federais e senadores reservaram cerca de R\$ 249 milhões do Orçamento federal para o ministério, que na atual gestão Lula (PT) é chamado de Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

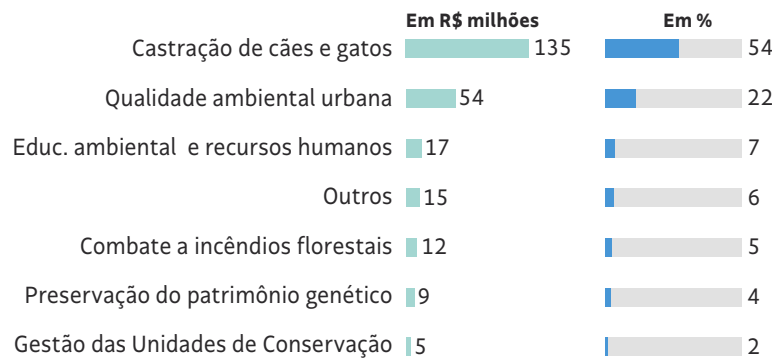
Desse total, já corrigido pelo IPCA, 54% dos valores foram para o procedimento cirúrgico em animais, o que corresponde a aproximadamente R\$ 135 milhões, segundo dados do portal oficial Siga Brasil.

Considerando as emendas investidas nos estados da Amazônia Legal, composta por Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, os gastos para castração de pets também prevalecem.

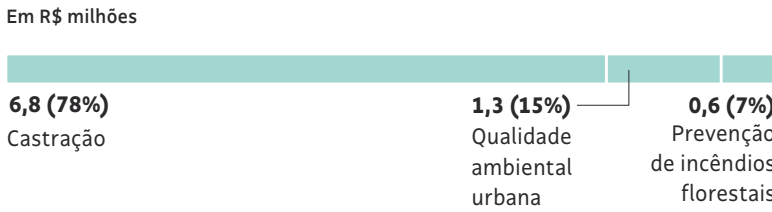
Nos últimos cinco anos, foi de R\$ 8,8 milhões a soma das emendas direcionadas para essa região, onde fica a área de floresta tropical no país. Mais de três quartos (78%) desse montante, o equivalente a R\$ 6,8 milhões, foram destinados para a esterilização de animais domésticos.

Além disso, os valores de abrangência nacional, que podem ter sido entregues para qualquer dos estados ou órgãos como ICM-

Emendas para o ambiente desde 2021, por função



Emendas para o MMA aplicadas na Amazônia Legal desde 2021, por função



Bio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), totalizam R\$ 18,7 milhões.

O levantamento da Folha toma como marco inicial 2021 porque foi naquele ano que o governo Bolsonaro retirou a coordenação da política de castrações de pets da área de zoonoses do Ministério da Saúde e a transferiu para a pasta de meio ambiente.

No período, a emenda de maior montante é de autoria do deputado federal Bruno Ganem (Podemos-SP), de R\$ 16,7 milhões. Eleito por São Paulo, o deputado reservou os recursos para castrações direcionando as verbas para um projeto de entidade com sede no Rio de Janeiro chamada Eu Sou Testemunha do Golias, argumentando que os planos são de

que a instituição promova as esterilizações em cidades paulistas.

Esse valor foi quase o dobro do montante em emendas destinado aos estados da Amazônia Legal nos últimos cinco anos.

Segundo Natalia Figueiredo, gerente de Políticas Públicas na ONG Proteção Animal Mundial, as atenções dos congressistas ao destinar emendas não devem ficar restritas à castração de animais domésticos.

“É central olhar um pouco mais para animais silvestres, o que congrega tanto ICMBio quanto Ibama, que são órgãos que têm essa prerrogativa, do que focar somente em programas de castração que são facilmente instrumentalizados e focados em atores locais, nos municípios”, ela afirma.

Continuação da pág. A7

Continuação da pág. A6

Para Figueiredo, a defesa de animais domésticos, ainda que muito necessária, é um tema fácil de ser explorado com o fim de garantir votos. “É uma pauta muito palatável e fácil de ser despolitizada, porque é bonito fazer um vídeo com um cachorro ou um gato. É um contrassenso se colocar como defensor dos animais e ser a favor do aumento do desmatamento, que atinge claramente os animais silvestres.”

Na avaliação da especialista, o retorno da pauta animal para a pasta da Saúde poderia aumentar a verba disponível, mas o comprometimento do Ministério do Meio Ambiente com o tema levou a avanços importantes.

A secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, Anna Flávia Franco, diz que a castração de pets sempre foi tratada como um problema de saúde pública e a recente migração do assunto para a área do meio ambiente permite uma abordagem

mais ampla do tema, que é objeto de um programa específico no ministério ambiental.

Procurada pela Folha, a assessoria do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), enviou nota na qual afirma que “a presidência do Senado e do Congresso Nacional não emite juízo de valor sobre as escolhas alocativas de parlamentares”.

Segundo a manifestação, “a definição do orçamento ambiental é de competência do Executivo, por meio do Ministério do Meio Ambiente com órgãos como o Ibama e o ICMBio. Cabe ao Congresso aprovar as leis orçamentárias, fiscalizar sua execução e participar das decisões por meio de emendas parlamentares”.

A reportagem buscou a presidência da Câmara dos Deputados por meio de sua assessoria de imprensa, que afirmou que o tema deveria ser tratado por líderes de comissões orçamentárias da Casa. As lideranças foram procuradas, mas não se manifestaram.

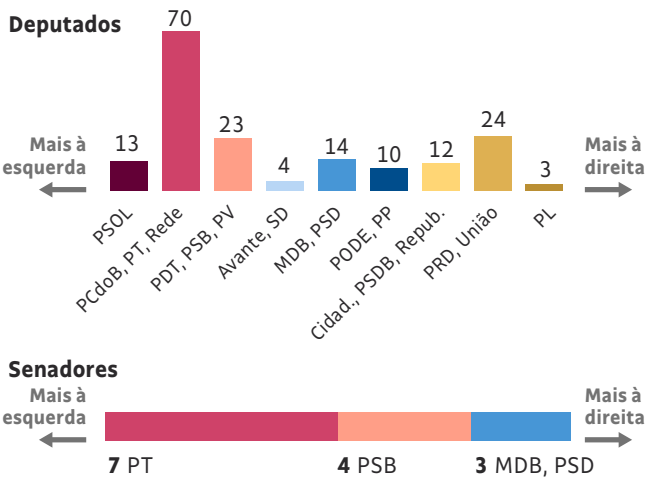
+

Série mostra danos ao ambiente sob impulso de emendas

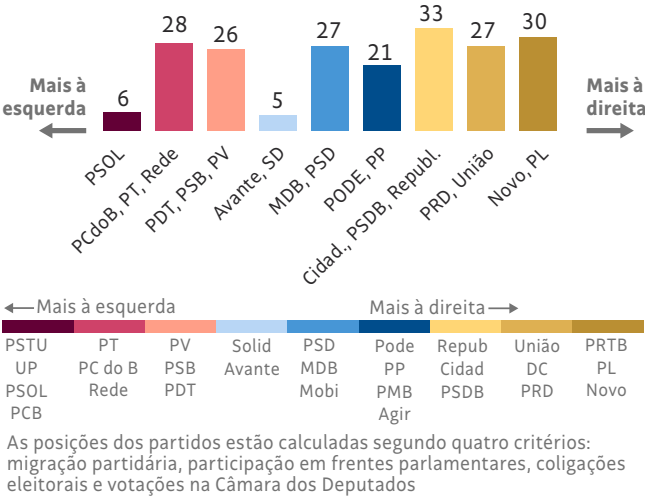
Com o apoio da Rainforest Investigations Network (Rede de Investigações sobre Florestas Tropicais, em português), do Pulitzer Center, a **Folha** publica uma série de reportagens que mostra como o poder público e seus representantes

podem causar danos ao meio ambiente principalmente ao usar recursos de emendas parlamentares. O crescimento dessa verba nos últimos anos, com previsão de R\$ 50 bilhões em 2025, se tornou alvo de embates entre os Poderes.

Composição da Frente Parlamentar Mista Ambientalista



Composição da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais



ONGs acionam STF para investigação de máquinas usadas em desmate ilegal

SÃO PAULO Entidades de combate à corrupção pediram ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de inquérito para investigar o caso das máquinas compradas com emendas parlamentares que abriram estrada no interior do Acre com desmate ilegal e invasão de terra indígena, conforme revelado pela Folha no último dia 11.

A petição assinada pela seção brasileira da Transparência Internacional, pela Transparência Brasil e pela Contas Abertas também requer que o STF acione a Polícia Federal e órgãos do meio ambiente para que as autoridades “se manifestem sobre evidências e riscos da utilização de maquinário adquirido com recursos de emendas na realização de atos ilícitos de desmatamento e degradação ambiental”.

O documento foi protocolado na terça-feira (21) na ação do STF sobre emendas, que tem Flávio Dino como relator, que deve decidir sobre as medidas requeridas na petição.

Flávio Ferreira, Jullia Gouveia e Henrique Santana

Um amanhã melhor é responsabilidade de todos nós.

O futuro já está acontecendo na BHP.

O mundo não para de crescer, e a demanda por recursos essenciais produzidos de forma consciente segue aumentando.

Esse é o nosso compromisso e o que estamos construindo agora na BHP: um futuro melhor.

Porque essa é uma responsabilidade de todos nós.

Saiba mais em bhp.com/futuromelhor

BHP

Recursos minerais para um mundo melhor

política

Brasil pode ser nova potência global

Existem interesses de longo prazo na aproximação entre país e EUA

Camila Rocha

Doutora em ciência política pela USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

O Brasil é um país grande e importante. Essa foi a resposta de Marco Rubio, secretário de Estado dos Estados Unidos, ao ser questionado sobre o objetivo do encontro entre Donald Trump e Lula em Kuala Lumpur, na Malásia.

Ainda que as tarifas impostas por Trump tenham prejudicado a economia norte-americana, existem interesses de longo prazo em jogo na aproximação entre os dois países. Rubio afirma que os Estados Unidos querem se tornar os parceiros comerciais preferenciais do Brasil em detrimento da China. A missão não será fácil.

Após o tarifaço, o Brasil registrou em agosto um incremento de 30% nas exportações para a China e um recuo de 18% nas vendas para os EUA. Além disso, Lula já afirmou que “o mundo de hoje não aceita mais uma nova Guerra Fria” e que o Brasil quer estar “do lado de todos os países do mundo que queiram fazer negócio conosco”. Mas não qualquer negócio.

Dias antes de seguir para a Malásia, Lula declarou em Jacarta, na Indonésia, que o Brasil “não quer reproduzir a condição de meros exportadores de commodities”. Citou como inspiração a própria Indonésia, que incentiva o processamento de minério bruto em seu próprio território.

O modo como o Brasil irá lidar com os chamados minerais críticos é de extrema importância em meio à rápida transição para um novo sistema energético. Não à toa, tais minerais estão no topo das parcerias estratégicas que o governo brasileiro deve propor ao governo norte-americano.

Na Indonésia, Lula destacou a criação do Conselho Nacional de Política Mineral como um passo fundamental para garantir a soberania do Brasil no setor. Porém, para que o país possa, de fato, aproveitar todo o seu potencial, há muito mais a ser feito. De acordo com economistas do Net Zero Industry Policy Lab, abrigado na Johns Hopkins University, o Brasil, com seu tamanho e riqueza de recursos, pode se tornar uma potência de primeira linha na ordem geopolítica emergente, ao lado da China, dos Estados Unidos e da Rússia

O país pode liderar setores críticos para a economia verde global de 2050, como metais de transição, biocombustíveis, aço de baixo carbono, fabricação de turbinas eólicas e fabricação de aeronaves. O Brasil possui tudo o que é necessário para se tornar um grande produtor e exportador de energia, materiais e tecnologia: reservas significativas de petróleo e gás e expertise, além de minerais essenciais, recursos renováveis, biocapacidade e base industrial.

Porém, para aproveitar todo esse potencial, é preciso fazer a lição de casa. Isso inclui: concentrar a política industrial em subsetores ou áreas tecnológicas específicas; evitar a dispersão dos 60 bilhões de dólares alocados para a Nova Indústria Brasil (NIB); se firmar em setores altamente competitivos; ter um plano claro de colaboração entre governo, empresas, sindicatos, sociedade civil e especialistas independentes; e investir em sinergias entre educação, inovação e indústrias estratégicas, seguindo os modelos da Embraer, da Embrapa e da Petrobras.

Mas a principal lição é, segundo a especialista Carlota Perez, evitar a (re)primarização e a dependência de commodities. Ao que tudo indica, ao menos no discurso, começamos bem

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
SEG. Camila Rocha / Lara Mesquita TER. Joel Pinheiro da Fonseca
QUA. Elio Gaspari QUI. Conrado H. Mendes
SEX. Marcos Augusto Gonçalves SÁB. Demétrio Magnoli

Deputado de SP lidera emenda de pasta ambiental turbinando ONG de castração de animais

Bruno Ganem destina R\$ 16,7 mi a ONG do Rio e empresta sobrenome para eleições; instituto afirma que atuação é exclusivamente técnica

PODER E DEVASTAÇÃO

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO O deputado federal Bruno Ganem (Podemos-SP), autor da emenda parlamentar com o maior valor reservado ao ministério da área ambiental desde 2021, no montante de R\$ 16,7 milhões, direcionou a verba para um projeto de um instituto de defesa animal com sede no Rio de Janeiro e diz que a instituição deverá realizar 60 mil castrações de cães e gatos em cidades paulistas.

Segundo o congressista, o valor foi separado no Orçamento federal (empenhado, no jargão técnico) a um só instituto porque um despacho do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais, vinculado à pasta ambiental, determinou que cada deputado ou senador só poderia endereçar emendas a uma ONG, por limitação de capacidade em celebrar novos convênios.

O montante destinado ao programa corresponde a quase toda a verba de livre alocação do deputado, já que metade do valor de R\$ 37,8 milhões a que cada congressista tem direito em emendas precisa ser investido em saúde.

“Sinceramente, se pudesse usar a verba da saúde [para castração de cães e gatos], usaria”, afirmou Ganem em entrevista à Folha.

No dia 11 de outubro o Instituto Golias publicou em rede social um post em que afirma que começou a fazer entrega de 10 mil castrações na cidade de Jundiaí, no interior de São Paulo, viabilizadas com recursos de emenda.

“O Instituto Golias dará um grande passo na causa animal onde na cidade de Jundiaí, sob emenda parlamentar do deputado Bruno Ganem, juntamente com o prefeito Gustavo Martinelli, faremos a entrega de 10 mil castrações, com isso ganham nossos animais”, escreveu o perfil.

O deputado afirmou que as castrações também ocorrerão em sua cidade natal, Itapetininga, e em municípios como Campinas, Sorocaba, Taboão da Serra, Ipojuca e Embu das Artes, além da capital paulista.

Nas últimas eleições municipais, Campinas e Sorocaba elegeram vereadores da causa pet que pegaram o sobrenome Ganem “emprestado” do deputado —Herbert e Rodolfo Ganem, respectivamente. Além deles, Lucas Ganem foi eleito vereador em Belo Horizonte e Simone Ganem, em São Paulo.

O deputado confirma que todos que usam o sobrenome são pessoas muito próximas de seu mandato e convívio pessoal. A mãe de Bruno, Clarice Ganem, foi eleita deputada estadual por São Paulo em 2022.



Fachada do Hospital Golias, na zona oeste do Rio de Janeiro, que recebeu emendas de deputado federal de São Paulo Eduardo Anizelli/Folhapress



Bruno Ganem (Podemos-SP) ao lado de Greicy Taranto, do Golias Reprodução/Instituto Golias no Instagram

A presidente do Instituto de Proteção e Defesa dos Animais Eu Sou Testemunha do Golias, Greicy Taranto, é dona de duas clínicas veterinárias no Rio de Janeiro.

Um dos estabelecimentos fica em Sepetiba, bairro da zona oeste carioca a 425 km da capital paulista. A reportagem permaneceu por 30 minutos em frente ao endereço, na tarde de uma quinta-feira, e observou atendimento veterinário a um cão. Dentro da unidade também havia pássaros.

A outra unidade veterinária fica em uma avenida em Santa Cruz, na mesma região. Nas redes, o espaço mostra cuidados a cães, gatos e outros animais, como cavalos.

Um dos funcionários afirmou que as unidades veterinárias particulares financiam o trabalho do instituto, que realiza resgates, reabilitação e adoção de animais.

Em resposta à reportagem, a responsável pelo instituto, Greicy Taranto, afirmou que “o Instituto Golias nunca recebeu qualquer verba proveniente de emendas parlamentares”.

A entidade assinou termo de colaboração com o MMA para implantação de programa de castração e a emenda está em fase de empenho, com recursos reserva-

dos, mas ainda não desembolsados, segundo os portais de dados orçamentários oficiais.

Greicy afirmou que “o papel da instituição é exclusivamente técnico, responsável pela coordenação das ações do Castramóvel [veículo nos quais esterilizações são realizadas]” em São Paulo.

“Recebi com grande alegria o convite para gerir e fiscalizar a equipe de castração que atuará em todo o estado de São Paulo”, disse Greicy à reportagem.

A publicação de 11 de outubro faz agradecimentos a Flávio Ganem, ex-secretário municipal de Proteção e Defesa dos Animais do Rio. Flávio permaneceu no cargo de 2023 a 2024. Nas últimas eleições municipais foi candidato a vereador pelo Avante, mas não foi eleito. As redes sociais de Flávio têm vídeos em que registra resgates de animais com Greicy.

Flávio foi procurado por mensagem, mas não respondeu.

O deputado Bruno Ganem citou grande proximidade com Flávio, que também adotou seu sobrenome na carreira política. Questionado se Flávio teve influência na escolha do Instituto Golias para receber os recursos, o congressista confirmou. “Não tenha dúvidas de que ele participou muito da discussão, mas a decisão final foi minha”, afirma.

O cadastro do instituto Eu Sou Testemunha do Golias na Receita Federal tem data de abertura em 2017, com atividades como restaurante e similares, armazéns gerais, cantina, lavanderias e depósito de mercadorias.

Greicy foi questionada sobre o rol de atividades no CNPJ, mas não respondeu. O deputado afirmou desconhecer que o instituto apresente outras atividades no registro da Receita e atribuiu isso a uma dificuldade de caracterização formal das atividades de ONGs voltadas a animais.

Jullia Gouveia, Yuri Eiras e Flávio Ferreira

política

Constituições tiveram oscilação de pacto federativo após Estado Novo

Carta Magna de 1937 centralizou poder e chegou a impedir estados de ter bandeira; texto de 1988 distribui mais competências, mas segue com governo federal forte

FIM DA ERA VARGAS, 80

Matheus Tupina

SÃO PAULO Das sete Constituições que o Brasil já teve em sua história, duas foram sob Getúlio Vargas: a de 1934, que se pretendia democrática, e a de 1937, outorgada com a instauração do Estado Novo, de caráter centralizador e que suprimiu direitos.

As duas Cartas representaram um aumento da centralização de poder e funções no país após a Primeira República, marcada pela força dos estados em detrimento do governo federal a ponto de os partidos possuírem caráter estadual, não nacional.

Os dois textos sob Vargas, porém, influenciaram as três Constituições seguintes, que flutuaram em quanto o poder central poderia fazer, além da extensão dos direitos garantidos pela lei.

A Constituição de 1988, atual texto que rege o país, adota a co-operação entre União, estados e municípios. Há competências exclusivas dos três graus políticos, além de temas comuns, ou seja, onde mais de uma figura pode legislar sobre o assunto. Por fim, há as competências concorrentes, quando a lei federal dá diretrizes gerais, que são suplementadas pelos estados.

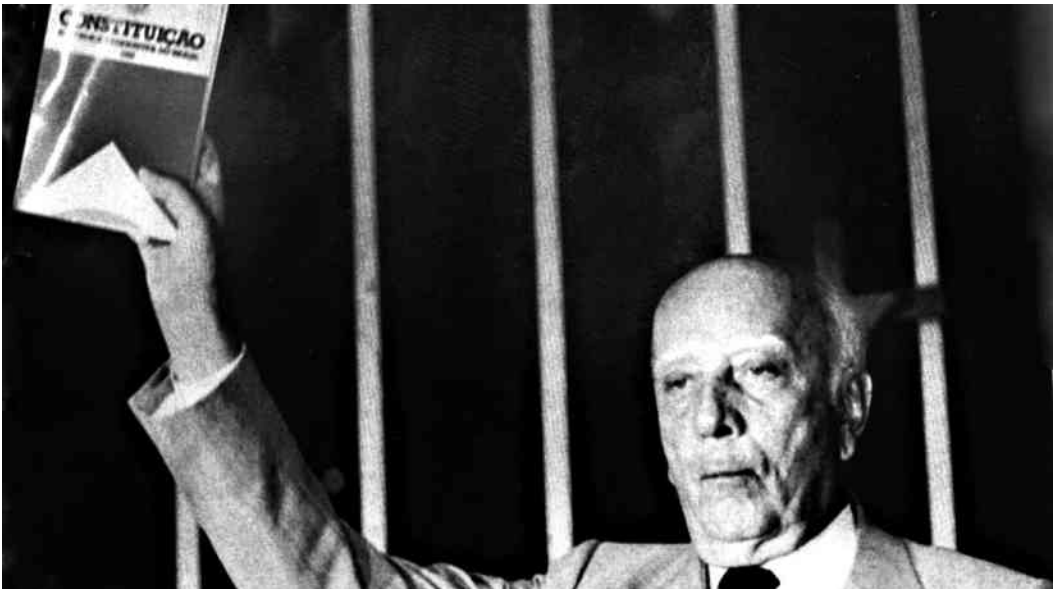
A forma como os diferentes temas e questões da administração pública são organizados nem sempre foi assim, e flutuou conforme o contexto político do Brasil. A primeira Constituição da história do país, a de 1824, ainda no Império, era essencialmente centralizadora.

O Estado brasileiro era unitário à época — todo o poder político e de legislação ficava na monarquia e no Legislativo nacional. O país era parlamentarista, ou seja, um primeiro-ministro teria autonomia para formar um gabinete de governo e executar a legislação.

Havia províncias, equivalentes aos estados, e municípios, mas estes tinham caráter meramente administrativo, sem autonomia para tomar decisões que divergissem do poder central brasileiro a depender da realidade local.

Veio a Proclamação da República em 1889 e, dois anos depois, a Constituição de 1891, com uma essência contrária ao que o Império preconizava: além da mudança do tipo do Estado, que agora se tornou federativo, o poder central perdeu força e foram empoderados os estados.

Os estados à época tinham a prerrogativa de contrair, eles mesmos, empréstimos no exterior, decretar impostos e ter códigos eleitorais próprios, dentre outras. Mesmo com mais independência, o governo central ainda tinha força, já que ele tinha a prerrogativa de legislar sobre direito civil, comercial e criminal.



O deputado constituinte Ulysses Guimarães com a Constituição de 1988 Lula Marques - 3.out.88/Folhapress



Série discute fim da Era Vargas em 1945

A Folha publica série de reportagens que retrata a renúncia de Getúlio Vargas à Presidência da República em outubro de 1945, há 80 anos, após oito anos de governo autoritário no Estado Novo.

Os textos buscam mostrar como o regime que Getúlio promoveu vai além da visão tradicional de expansão dos direitos trabalhistas e modernização do Estado, destrinchando as violações de direitos, a articulação pela derubada do mandatário e as consequências do período até os dias de hoje.

A primeira Carta Magna da República durou 39 anos, quando Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930 e a suspendeu. Quatro anos depois, foi promulgado o texto de 1934, já com algumas mudanças em relação à Primeira República ao, pela primeira vez, assegurar direitos sociais.

É nessa Constituição que as competências privativas da União frente aos estados ganham força. Neste texto, o poder central passou a ser o único autorizado a manter serviço de correios, estabelecer plano ferroviário, traçar diretrizes educacionais e fazer o recenseamento da população, dentre outros.

Três anos depois, o texto foi revogado pela Constituição de 1937, outorgada na inauguração do Estado Novo. É completamente centralizadora, não apenas em atribuições, como em símbolos: ela chegou a proibir os estados de ter símbolos ou bandeiras. “Não temos mais problemas regionais. Todos são nacionais, e interessam ao Brasil”, disse Getúlio.

Segundo o documento, o estado que não mantivesse as contas públicas no azul poderiam ser transformados em territórios pelo governo federal — neste caso, seriam administrados mais diretamente pelo poder central.

Findada a Era Vargas, a missão da Constituição de 1946 era retomar o pacto federativo e o regime democrático. Ela seguiu com certa centralização na União por se inspirar no texto de 1934.

Os governadores voltaram a ser eleitos, sem intervenção do poder central, podendo ter bandeiras, símbolos e hinos. As unidades federativas voltaram a instituir impostos e legislar livremente ou de forma concorrente ao que a União regulamentava.

Ela sobreviveu 21 anos, mas foi amplamente violada a partir do golpe de 1964, que editou o Ato Institucional número 1. Esse tipo legal, não previsto pela Carta Magna, suspendeu a lei máxima do país e deu aos militares con-

trole sobre os partidos, a estrutura política e institucional, o que centralizava o poder entre os fardados que comandavam o país.

O famoso AI-5 (Ato Institucional de número 5) foi o símbolo da centralização sob a ditadura: decretação de estado de sítio pelo presidente da República, dando mais poderes ao chefe do Executivo federal, além da autorização para intervir em estados e cidades, nomeando governadores e senadores, por exemplo.

Segundo Wallace Corbo, advogado e professor de direito constitucional da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a Carta Magna atual é o modelo mais descentralizado de repartição de atribuições desde a Era Vargas, mas segue mantendo papel importante da União em questões nacionais.

A lista de competências do governo federal, segundo Corbo, é ampla em resposta ao coronelismo visto na Primeira República, mas descentralizada. Ele vê atualmente uma descentralização atenta para evitar abusos locais.

“Embora o modelo atual seja mais centralizado que muitos outros pelo mundo, é menos centralizado do que já foi. O exemplo mais evidente ocorreu no período da pandemia, em que a União não foi capaz de impedir estados e municípios de adotarem as medidas de isolamento social.”

Já Juliana Bastos, docente de direito constitucional da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), ressalta que o texto atual segue a tradição centralizadora do país.

Ela diz que, na ditadura sob Vargas e no regime militar, a concentração de poder foi tanta que a organização como federação se tornou uma mera fachada legal.

“A verdade é que, com o número de atribuições da União, sobra pouca função para estados e municípios. Há um grande número de matérias onde só a União pode legislar”, afirma a docente.



Veja a cronologia do Estado Novo, ditadura de Getúlio Vargas encerrada há 80 anos

1937 Em 10 de novembro, Getúlio anuncia o início do Estado Novo em transmissão de rádio e afirma que o país estava à beira de uma guerra civil. Em 2 de dezembro, um decreto extingue todos os partidos políticos do país

1938 Na madrugada de 11 de maio, um grupo de camisas-verdes faz um ataque ao Palácio Guanabara, onde o presidente residia. A revolta é rapidamente desmontada. Na sequência, Vargas publica um decreto reduzindo os prazos para julgamento pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

1939 Em setembro, é iniciada a Segunda Guerra Mundial. A essa altura, Vargas mantinha boas relações com os regimes de Hitler e Mussolini. Em dezembro, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão essencial para a censura do regime

1940 Discurso de Vargas é visto como uma aproximação ao Eixo e gera constrangimento diplomático. Dois dias depois, o brasileiro envia uma mensagem aos EUA dizendo que não se referia ao presidente norte-americano em sua fala

1941 Em março, o navio brasileiro Taubaté é atacado por forças alemãs enquanto navegava próximo à costa do Egito. Esse foi o primeiro de uma série de ataques a embarcações brasileiras que culminariam na entrada do país na guerra.

1942 Sob pressão dos EUA, Vargas negocia os termos da entrada do Brasil na Segunda Guerra. Em agosto, o país declara oficialmente guerra aos países do Eixo.

1943 É criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), após acordo com os EUA. Em outubro, é publicado o Manifesto dos Mineiros, carta de políticos e intelectuais pedindo pela redemocratização do país. Seus signatários foram alvo de perseguição e demissões.

1944 O ano é dominado pelo envio e pela chegada da FEB à Itália.

1945 Ex-aliado de Vargas defende a redemocratização do país e novas eleições em entrevista, reanimando defensores do fim do Estado Novo. A censura não consegue conter os efeitos da publicação. Decreto de Vargas estabelece anistia aos presos políticos, convoca eleições e permite a organização partidária. Vargas e aliados organizam o que ficou conhecido como queremismo. Líderes militares preparam movimento para depor o presidente. Com o palácio cercado de militares, o ministro da Justiça diz para Getúlio que o Exército controlava a situação e pede para que o presidente renuncie, evitando uma derrubada violenta. O ditador responde: “Já que é um golpe branco, não serei elemento de perturbação. Diga-lhes que não sou mais presidente da República”.

O comando militar convoca o presidente do STF para ocupar a presidência e transmitir o cargo a quem fosse eleito. Acaba o Estado Novo.



Imagem do Museu da Bolsa do Brasil, que conta a história da evolução do mercado de capitais no país

Karime Xavier-6.set.22/Folhapress

Investimento em índices é via barata para diversificação, dizem analistas

Estratégia é possível por fundos de investimento e por ETFs, fundos de índice negociados na Bolsa como as ações; taxas, imposto e liquidez devem ser pesados

Júlia Moura

SÃO PAULO Para quem está dando os primeiros passos no mundo dos investimentos ou precisa rebalancear o portfólio, índices são um excelente aliado. Segundo especialistas, os ativos que acompanham índices oferecem uma maneira de diversificar os ativos de uma forma barata e simples.

“Temos assistido uma procura e uma liquidez crescentes. Há muitas opções em renda fixa e em renda variável que são bacanas para o investidor que está começando e quer diversificar a sua carteira a custo baixo”, diz Bruna Sene, analista da Rico.

Um índice é uma carteira teórica de ativos feito por empresas como a B3 e a S&P para medir o desempenho de diferentes frentes do mercado financeiro. No Brasil, o mais famoso é o Ibovespa, que visa refletir as ações das maiores empresas da Bolsa.

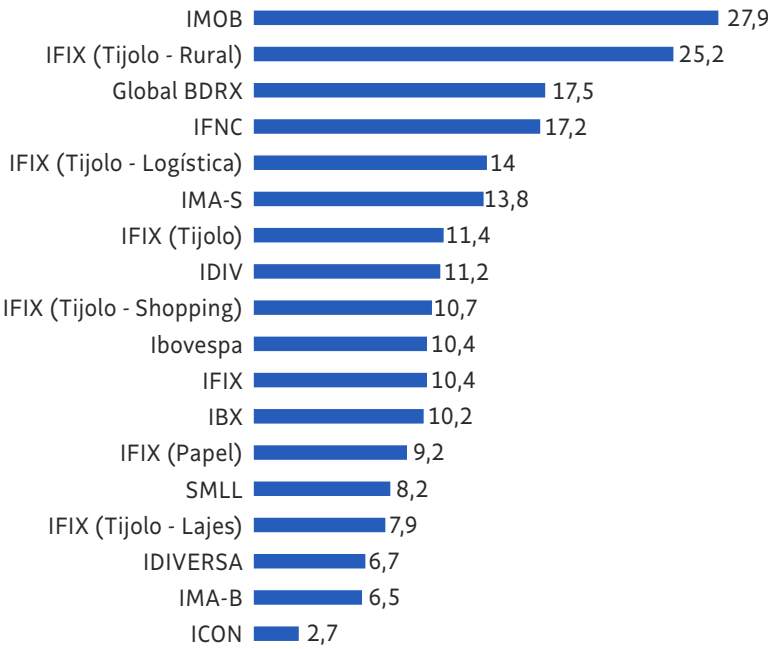
Cada companhia tem uma determinada fatia neste índice e, quanto mais negociada, valorizada e relevante na economia nacional, maior a sua participação. Atualmente, a maior representante é a Vale, com 12% do Ibovespa, seguida de Petrobras, com 10%.

“Há índices com 90, 500 ou 10 mil empresas. A grande vantagem é essa, a diversificação”, afirma Danilo Moreno, analista da Investo.

Os índices são atualizados periodicamente para excluir ativos que não correspondam mais ao objetivo do índice, e adicionar outros que passaram a fazer, recalibrando a participação de ca-

Retorno acumulado nos últimos 12 meses

Em %



Fonte: Quantum Axis

da um. Essa escolha é feita por profissionais do mercado financeiro, o que facilita a vida do pequeno investidor.

“O investidor tende a vender o ativo no qual está ganhando para embolsar os ganhos, mantendo as que estão mal na carteira. Já via índice é investir nas campeãs, o que contraria o habitual e, no longo prazo, dá mais resultado. Ele segue com as que performam bem, e abandona a que vai mal”, afirma Nicolas Merola, analista da EQI Research.

Investir em índices é possível por meio de fundos de investimento e previdência passivos — que têm taxas de administração,

entre outros custos—, e por meio de ETFs (fundos de índice), mais baratos e negociados na Bolsa da mesma forma que ações.

Uma das grandes diferenças entre esses instrumentos é que nos ETFs não há “come-cotas”, a antecipação semestral do Imposto de Renda sobre os lucros obtidos no período. Outro chamariz é que não há a cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em caso de resgates em menos de 30 dias.

Os ETFs acompanham, necessariamente, algum índice. Ou seja, eles vão replicar as oscilações do índice ao qual estão atrelados. O BOVA11, por exemplo, acompa-



Entenda como investir em índices de ações

Quais os produtos? Cotas de fundos passivos ou ETFs (fundos de índices), vendidos pelas corretoras.

Para quem o investimento é indicado? Analistas recomendam a exposição a índices a todos os investidores, desde que a compra esteja de acordo com o perfil de risco. Se o investidor for conservador, não é recomendado o aporte em índices de renda variável.

Quanto custa? Cotas de ETFs e fundos passivos costumam ser negociadas a partir de R\$ 100. Há taxas de administração que vão de 0,1% a 0,3% ao ano, em média.

No caso dos fundos passivos, há “come-cotas” e incide a tabela regressiva do IR. Nos ETFs de renda variável, o IR é o mesmo de ações, 15% ou 20%, se a compra e a venda for feita no mesmo dia (day trade). Para recolher o imposto, é preciso gerar um Darf.

nha os passos do Ibovespa.

Como a renda fixa atualmente está com rentabilidades mais atrativas que a variável, os índices dessa modalidade estão aumentando.

“Neste ano, lançamos 12 novos índices, a maioria de renda fixa, em linha com o foco atual dos investidores”, diz Hênio Shciedt, gerente de Produtos na B3.

Um deles é o Índice Tesouro Selic (TSLC), lançado no início de outubro. É o primeiro índice da B3 referenciado em títulos públicos, e veio acompanhado do ETF Nu CDI Tesouro Selic B3 (NCDI11), com uma taxa de administração de 0,15% ao ano. Desde 2023, já era possível colocar dinheiro nos títulos Teosuro Selic (LFTs) via ETFs, com o LTFS11, a uma taxa de 0,19% ao ano.

Um ponto de atenção, porém, é o IR: a alíquota cobrada sobre ETFs de renda fixa varia conforme o prazo médio dos títulos do índice de referência (25% até 180 dias, 20% entre 181 e 720 dias, e 15% acima de 720 dias).

No caso do LTFS11, a alíquota é de 25%, independente do prazo de resgate, já que o prazo médio de vencimento dos títulos dela é de até 180 dias. Da mesma forma, há ETFs de renda fixa com alíquota fixa de 15% de IR, independente do prazo de investimento. Um deles é o B5P211 (ETF It Now IMA-B5 P2), que acompanha títulos do Tesouro IPCA+ (NTN-Bs).

Ou seja, ETFs de renda fixa podem ser utilizados como “caixa”, onde o dinheiro rende, mas pode ser resgatado a qualquer momento, com prazo de liquidação de um dia útil — em ETFs de renda variável, dois dias úteis.

Para garantir a liquidez, no entanto, o investidor deve estar atento ao volume médio de negociação diária do ETF antes de comprá-lo, bem como aos formadores de mercado ligados a esse ativo — instituições financeiras contratadas para comprar e vender as cotas junto ao público, fornecendo a liquidez necessária.

“Para os índices famosos, há várias opções de ETFs. É preciso se atentar aos custos e à aderência ao índice, comparando se o desempenho de ambos está bem semelhante”, diz Merola, da EQI.

Moreno, da Investo, recomenda o índice FTSE Global All Cap, que reúne mais de 9.000 ações do mundo todo, para investidores com objetivos de longo prazo e que podem deixar o dinheiro aplicado por uma década.

“No Brasil, o ETF BEST11 acompanha as ações mais defensivas (menos cíclicas e voláteis) da Bolsa, como bancos, elétricas, empresas de saneamento e de telecomunicações e seguradoras. É o índice mais defensivo da nossa Bolsa”, diz o analista.

Nos últimos 12 meses, o índice brasileiro que mais rendeu, segundo a Quantum Axis, foi o IMOB, que acompanha as ações do setor imobiliário da B3. Com um ganho de 28%, ele supera o IMA-S, índice da Anbima que acompanha o Tesouro Selic, com retorno de 14%.

Também teve um bom desempenho o Ifix tijolo rural, que reúne fundos de investimento imobiliários ligados ao agronegócio, com alta de 25% no último ano.

Como sair do rotativo, o crédito com taxa de juros mais alta do mercado

Entender com o que se está gastando, calcular a capacidade de pagamento, usar investimentos para quitar dívidas e negociar são algumas das recomendações

SÃO PAULO Com juro mensal de 15,14%, em média, o rotativo é o mais caro dos créditos a pessoas físicas. Por regra do BC, esta modalidade só pode ser utilizada até a próxima fatura. Após esse período, o montante devido entra no parcelamento, com juro de 8,86% ao mês, em média.

Isso significa que R\$ 1.000 em atraso no cartão viram R\$ 1.151,40 em 30 dias e R\$ 1.253,41 no segundo mês: mais de R\$ 250 apenas em juros. Sem falar no IOF adicional e diário e na multa por atraso.

Porém, pela Lei do Desenrola, os juros aplicados ao montante devido não podem ultrapassar os 100%. Ou seja, o valor original da dívida pode, no máximo dobrar. Neste caso hipotético, a cobrança poderia ir até R\$ 2.000.

Antes de contrair mais dívidas, especialistas orientam organizar a vida financeira na ponta do lápis, separando os gastos por classe, como saúde, alimentação, moradia e mobilidade, com as subclasses essencial e não essencial, como supermercado e delivery, por exemplo. Assim, é possível identificar o custo de vida e desenhar um plano de reestruturação e reorganização financeira.

“Quando não se sabe o custo do padrão de vida, muito provavelmente vai se gastar mais do que tem”, diz Carlos Castro, planejador financeiro da Planejar.

Gustavo Riess, sócio e assessor de investimentos da Ável, diz que, depois dos ganhos e gastos iden-



Catarina Pignato/Folhapress

tificados, é preciso entender a dívida, quanto se deve de compras parceladas e qual é o valor de juros e de encargos.

“Muita gente acha que deve X, quando na verdade boa parte disso já é custo por ter deixado de pagar no mês anterior”, diz Carol Stange, planejadora financeira.

Se o devedor tiver dinheiro investido, o recomendado é fazer o resgate para pagar a dívida. Também se deve mapear a capacidade real de pagamento, o valor mensal que é possível comprometer sem deixar de pagar necessidades básicas. “É isso que vai definir se a melhor saída será renegociar, parcelar ou buscar um crédito mais barato para substituir o rotativo”, afirma Carol.

O crédito pessoal e o crédito consignado são empréstimos mais baratos que cartão de crédito em atraso. Segundo dados do BC, eles estão, em média, a 5,29% e a 1,99% ao mês, respectivamente. O custo varia de acordo com o banco, a modalidade (INSS, servidor ou CLT) e o cliente.

No caso do consignado, como as parcelas são descontadas direto do salário ou da aposentadoria, é importante calcular se elas não farão falta no mês, de modo a não se endividar novamente.

Os planejadores também ressaltam a importância de negociar. “Os bancos preferem renegociar a correr o risco de inadimplência. Por isso, costumam oferecer alternativas como pra-

+ Passo a passo

- 1 - Reestruture o custo de vida;
- 2 - Entenda a composição da dívida;
- 3 - Mapeie a capacidade real de pagar;
- 4 - Se tiver investimentos, resgate e pague a dívida;
- 5 - Senão, troque a dívida por uma mais barata;
- 6 - Mude seus hábitos financeiros;
- 7 - Construa reserva financeira de 6 a 12 meses de despesas

zos mais longos e, em alguns casos, até descontos em juros acumulados para facilitar a quitação”, afirma Carol.

Também vale pedir dinheiro emprestado a familiares ou amigos, desde que bem combinado. “Faça um contrato, não fique apenas na fala, para não gerar conflito e até ruptura na relação. Mesmo que esse contrato não tenha valor jurídico, ele terá valor moral”, diz Castro. O planejador também indica os feirões de birôs de crédito que oferecem descontos.

Depois de quitar as dívidas, é importante manter hábitos financeiros saudáveis para evitar um novo endividamento.

“O brasileiro tende a considerar o limite do cartão como um complemento à renda, e cada um tem, em média, três cartões”, afirma Castro —segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da CNC, 79,2% das famílias brasileiras estão endividadas e 30,5% estão com contas em atraso. Já 13% não terão condições de pagar.

Dados de agosto do BC, os mais recentes disponíveis, mostram que o índice de pagamentos em atraso tanto do rotativo quanto do parcelamento do cartão de crédito eram os maiores da série histórica, iniciada em 2011.

Se for difícil controlar os gastos no cartão de crédito, é possível reduzir o limite mensal, ou trocá-lo por um cartão pré-pago, em que o gasto é limitado ao valor de recarga. Outra dica é que se não for possível pagar a fatura do cartão na íntegra, opte por parcelá-la antes do vencimento, de modo a evitar o rotativo.

Além disso, especialistas aconselham que as pessoas continuem economizando todos os meses até que consigam construir uma reserva financeira que equivalha a de 6 a 12 meses de gastos.

Júlia Moura

Uso de Pix estimulou aceitação de cartão de débito, mostra estudo

Maeli Prado

SÃO PAULO A ascensão meteórica do Pix levou a um aumento significativo em depósitos, empréstimos e uso de cartões no Brasil, em um efeito cascata que mostra que o meio instantâneo de pagamento, em vez de concorrer, ajudou o sistema financeiro.

Dados de um estudo feito em conjunto por pesquisadores do Banco Central e da Florida State University mostram que, a cada 1% de crescimento no número de usuários do Pix nos últimos anos, a quantidade de empresas que aceitam cartão de débito aumentou em média 1,2%.

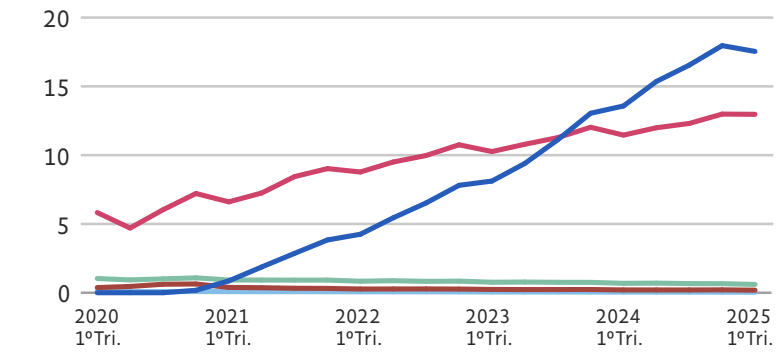
Para chegar a essa conclusão, o levantamento comparou cidades brasileiras que tiveram um pico no uso do Pix após enchentes (que estimulam o uso para socorro financeiro) com municípios que não tiveram esse crescimento extraordinário.

“A conclusão foi que o Pix complementa em vez de substituir”, aponta Matheus Sampaio, professor de finanças da Florida State University. O levantamento ainda mostrou que a chamada ta-

Pix elevou transações bancárias e estimulou uso de cartões

Em milhões de transações

- Pix
- Cartões (Crédito, Débito e Pré-Pago)
- Saques
- TED, DOC e TEC
- Cheque



Fonte: Banco Central

xa de desconto, cobrada por comerciantes para vender através de cartões de crédito e débito, não se reduziu ao longo do tempo em relação ao período anterior à introdução do Pix.

Isso reforça que o novo meio de pagamento beneficiou bancos e empresas do setor ao am-

pliar a aceitação de cartões. “A demanda por cartão aumentou. Se a teoria de que as pessoas usariam menos cartão por causa do Pix fosse verdade, veríamos uma queda”, diz o pesquisador.

O uso mais intenso do sistema financeiro pode ser medido por outra descoberta do estudo: a ca-



A demanda por cartão aumentou. Se a teoria de que as pessoas usariam menos cartão por causa do Pix fosse verdade, veríamos uma queda

Matheus Sampaio
professor de finanças da Florida State University

1,2%

foi o crescimento do número de empresas que aceitam cartão de débito, para cada 1% de alta no número de usuários de Pix, segundo pesquisadores do Banco Central e da Florida State University

da 1% de alta no número de pessoas usando o Pix, a quantidade de movimentação de contas bancárias subiu em média 0,8%.

O levantamento mostra um ciclo virtuoso: o meio instantâneo de pagamento estimulou a utilização de contas pela população de baixa renda, o que fez com que os bancos passassem a confiar mais nesses clientes, que passaram a ter acesso a cartões. Como consequência, houve um aumento importante no número de empresas, como comércios e MEIs, aceitando o cartão de débito.

Boanerges Ramos Freire, presidente da Boanerges & Cia, consultoria especializada em serviços financeiros, observa: “também tem o lado da oferta, bancos novos que entraram no mercado, do lançamento de cartões pelas varejistas e a possibilidade do uso de contas digitais”. Essa digitalização fez com que a quantidade de saques se reduzisse em 44,3% entre o final de 2020 e o início deste ano, segundo dados do BC.

Marcos Vasconcellos

Excepcionalmente, a coluna não é publicada nesta segunda



APRESENTA

EstúdioFOLHA

Clarisse Cunha Linke
Diretora-executiva para o Brasil
do Instituto de Políticas de
Transporte e Desenvolvimento

Marcel Martin
Diretor geral Brasil do
Conselho Internacional
de Transporte Limpo

Em menos de um mês, o Brasil estará no centro das discussões climáticas durante a COP30, em Belém. A conferência da ONU será uma oportunidade para trazer à luz um tema muitas vezes negligenciado: o papel do setor de transporte na crise climática.

O transporte responde por 53,3% das emissões do setor de energia no Brasil, segundo dados do Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) de 2023. O transporte rodoviário por carros, caminhões e ônibus é responsável por mais de 90% dessas emissões de carbono.

Quando o assunto é transição energética justa no setor de transportes, é fundamental começar pela principal forma de deslocamento da população brasileira: os sistemas de transporte coletivo por ônibus. No centro da discussão está a eletrificação da frota de ônibus, uma das estratégias mais eficazes para reduzir emissões de gases de efeito estufa e melhorar a qualidade do ar nas cidades.

De acordo com um estudo do ICCT Brasil, os ônibus movidos a diesel produzem, em média, 3 a 4 vezes mais emissões de gases de efeito estufa ao longo do ciclo de vida do que os ônibus elétricos, incluindo a produção das baterias.

Nesse contexto, as cidades brasileiras já apresentaram avanços importantes na transformação de seus sistemas de transporte, ainda que sigam atrás dos esforços de outros países. Na China, por exemplo, ônibus elétricos correspondem a 98% das vendas, enquanto na Europa são a tecnologia mais vendida desde 2024. A América Latina, por sua vez, conta atualmente com mais de 7.000 ônibus elétricos, segundo dados da E-bus Radar, plataforma que monitora frotas de ônibus elétricos e divulga dados para ajudar governos a atingirem suas metas climáticas. Desse total, 1.143 estão no Brasil, e a cidade de São Paulo concentra a maior parte, com 841 veículos.

Para tornar a eletrificação uma realidade em todo o território brasileiro, é preciso ir além da demanda atual das cidades, ainda tímida, considerando que a frota total de ônibus urbanos ultrapassa 105.000 veículos. O desenvolvimento de políticas públicas com metas nacionais de eletrificação e mobilização de investimentos do setor privado é central para impulsionar a eletrificação das frotas de ônibus, garantindo não somente benefícios ambientais, mas também de saúde e qualidade de vida para toda a população.

No âmbito federal, cabe ao governo estruturar mecanismos de financiamento estáveis, com

Brasil precisa priorizar o transporte público para cumprir suas metas climáticas

Só com ambição política e investimentos o país poderá acelerar a transição energética do transporte, responsável por mais da metade das emissões do setor

VANTAGENS DA ADOÇÃO DE FROTAS DE ÔNIBUS ELÉTRICOS

Mais conforto

São ônibus novos, com conforto térmico e operação mais silenciosa. Além de proporcionarem viagem mais confortável para os passageiros, também garantem melhores condições de trabalho para motoristas e cobradores

Ar mais limpo e melhor saúde

Por não emitirem fumaça nem poluentes, os ônibus elétricos contribuem para a melhoria da qualidade do ar e para a redução de doenças respiratórias e cardiovasculares causadas pela poluição

Mais sustentabilidade

Ônibus elétricos são a única forma de eliminar poluentes locais e emissões de gases de efeito estufa nos serviços de transporte de passageiros

Mais empregos

Investir nessa tecnologia impulsiona diretamente o mercado de veículos elétricos, que está em expansão. Estimativas apontam que, até 2030, pelo menos 22,5 milhões de empregos serão criados pela eletromobidade em toda a América Latina

24,6% as emissões do transporte coletivo nessas cidades e poderia gerar uma economia de até R\$ 62 milhões por ano em custos de saúde pública, de acordo com a análise do ITDP.

Apesar desses avanços, o Brasil ainda precisa percorrer um caminho longo para que seu setor de transportes esteja alinhado com a meta de neutralidade climática até 2050. A eletrificação das frotas de ônibus tem papel essencial para uma transição energética inclusiva que considere os impactos ao meio ambiente, à economia e às pessoas, mas cabe lembrar: ela é apenas a primeira etapa dentro de um esforço mais amplo.

O programa Mover, do Governo Federal, que visa promover a mobilidade verde e a inovação por meio da determinação de metas de redução de emissões veiculares, foi anunciado como um grande avanço para incentivar tecnologias mais limpas. No entanto, hoje apenas carros e vans são regulados. As primeiras metas para veículos pesados incluem poucas tipologias de caminhões que correspondem a aproximadamente 40% das vendas desse setor. Os ônibus, por sua vez, não estão incluídos no programa.

Sem estabelecer metas de longo prazo, o Brasil corre o risco de ficar para trás na corrida global pela transição para veículos elétricos e de emissão zero. A União Europeia, por exemplo, já definiu 2035 como prazo para banir a venda de carros novos movidos a combustíveis fósseis. A partir desse mesmo ano, o bloco também proibirá a comercialização de ônibus urbanos que não sejam totalmente livres de emissões. Na América Latina, Chile e Colômbia seguiram a mesma direção, adotando 2035 como prazo final para a venda de ônibus urbanos que não atendam aos critérios de emissão zero.

À medida que os principais mercados mundiais progridem na eletrificação de suas frotas, o Brasil precisa avançar com uma estratégia de política industrial voltada à produção nacional de veículos elétricos e de zero emissão. O desafio que se coloca não é apenas tecnológico e de investimento, mas político. O Brasil precisa decidir se será coadjuvante ou protagonista da transição energética no transporte.

Ao priorizar a eletrificação dos ônibus, o país pode não só reduzir emissões e melhorar a qualidade de vida urbana, mas também sinalizar ao mundo que é capaz de liderar pelo exemplo. A COP30 será o palco para essa escolha e para mostrar que o futuro da mobilidade brasileira pode ser mais limpo, inclusivo e sustentável.

*O Conselho Internacional de Transporte Limpo e o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento são membros da Crux Alliance, uma iniciativa que garante que formuladores de políticas em países com maiores emissões tenham acesso a pesquisas e conhecimentos de nível internacional para moldar políticas de energia limpa que impulsionem metas climáticas e de desenvolvimento. Saiba mais em cruxalliance.org/

linhas de crédito contínuas e garantias que ofereçam previsibilidade e segurança aos investimentos, especialmente para municípios com orçamentos menores. Já os governos locais devem avançar na modernização dos marcos regulatórios do transporte público por meio de processos de licitação, contratos e modelos de remuneração que incentivem a qualidade na prestação dos serviços. Além disso, é fundamental o desenvolvimento de planos operacionais e redes de infraestrutura de recarga, aproveitando essa oportunidade

de para alinhar os investimentos às demandas reais relacionadas aos deslocamentos da população.

Nos últimos anos, já notamos desenvolvimentos positivos. Graças ao Novo PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), desde 2023, o montante investido nas renovações de frota dos setores público e privado chegou a R\$ 13 bilhões, com parte da verba destinada ao financiamento de mais de 2.000 novos ônibus elétricos.

No entanto, no cenário atual, uma pequena parte da frota nacional é composta por veículos elétricos, presentes em 26 cidades, como Belém, Salvador, Curitiba e Porto Alegre. Nesse contexto, o impacto do programa pode ser ampliado se fizer parte de uma estratégia nacional de eletrificação do transporte público.

Segundo um estudo do ITDP Brasil lançado recentemente, o país tem potencial para substituir, nos próximos cinco anos, mais de 14 mil ônibus a diesel por modelos elétricos nas 21 maiores regiões metropolitanas, priorizando a troca dos veículos mais antigos e poluentes. Essa transição reduziria em

Se depender de Trump e de mim, vai haver acordo, diz Lula após reunião

Presidentes se encontraram na Malásia neste domingo (26) para discutir tarifas; Brasil diz esperar que conversas avancem rapidamente e com desfecho favorável

Quem é quem na reunião de Lula e Trump



Evelyn Hockstein/Reuters

Victoria Damasceno

KUALA LUMPUR O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na manhã desta segunda na Malásia (à noite de domingo, no horário brasileiro) que a reunião com Donald Trump serviu para esclarecer equívocos e disse esperar um acordo entre os dois países. Segundo Lula, reuniões devem acontecer em Washington na próxima semana, e Trump manifestou interesse em viajar ao Brasil. “Eu tenho o telefone do presidente Trump, ele tem o meu telefone, e se alguém das nossas equipes falhar a gente sabe onde a corda vai roer”, disse, acrescentando que está convencido de que haverá uma solução em poucos dias.

Os líderes se encontraram na tarde deste domingo (26), madrugada do Brasil, em Kuala Lumpur, na Malásia, onde participaram como convidados da cúpula da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

“O presidente Trump declarou que dará instruções à sua equipe para que comece um processo, um período de negociação bilateral que deve se iniciar hoje ainda, porque é para ser tudo resolvido em pouco tempo”, disse o chanceler Mauro Vieira.

A reunião entre os dois presidentes, que começou por volta das 16h do horário local (manhã de domingo no Brasil), durou cerca de 50 minutos.

No local do encontro, Trump afirmou que as tarifas “poderi-



Conversas não excluem política, diz Marco Rúbio

Apontado por Trump como o principal interlocutor dos Estados Unidos nas negociações com o governo brasileiro, o secretário de Estado, Marco Rubio, afirmou que questões políticas podem estar ligadas ao possível acordo com o Brasil.

“Obviamente, temos alguns problemas com o Brasil, particularmente com a forma como eles têm tratado alguns de seus juizes, com o setor digital nos Estados Unidos, com os indivíduos localizados nos EUA, por meio de postagens nas redes sociais. Teremos que resolver isso também”, disse ele a caminho da Malásia, onde também participou do encontro entre Lula e Trump.

“Isso se tornou um problema em tudo isso. Mas o presidente vai explorar se há maneiras de resolver tudo isso, porque achamos que será benéfico fazê-lo. Vai levar algum tempo.”

am ser resolvidas muito rapidamente”.

“A circunstância com a qual estamos lidando agora ainda será discutida, e eu acho que provavelmente chegaremos a uma conclusão bem rápido. Nós nos conhecemos, sabemos o que cada um quer. Acho que chegaremos a uma conclusão”, disse ele.

Na entrevista desta segunda, Lula afirmou que está otimista de que o tarifaço será retirado, porque ficou claro para Trump que os EUA têm superávit comercial com o Brasil.

Ainda antes da reunião, questionado se as penas contra o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, eram uma das condições para as negociações com o governo brasileiro, o líder americano disse que isso não era da conta dos jornalistas. “Eu gosto de Bolsonaro. Ele é um bom sujeito. Nós ficamos incomodados com as penas contra ele”, afirmou Trump.

Segundo Lula, o presidente americano já entendeu que “rei morto, rei posto”, e ficou claro que o brasileiro em nada poderia influenciar em relação às decisões do Judiciário brasileiro, o que teria sido acolhido pelo americano.

“A gente não se conhecia. Tem que se conhecer, tem que olhar, pegar na mão. Acho que rolou muita sinceridade na nossa relação”, disse Lula sobre seu encontro com Trump. “Está restabelecida a relação entre os dois países. Quem achava que não ia

ter perdeu.”

Segundo participantes do governo brasileiro, o americano estava aberto para Lula e entendeu pontos importantes, acolhendo a demanda de urgência das negociações, o que foi considerado como um dos principais pontos positivos.

Em conversas com jornalistas após a reunião, o chanceler Mauro Vieira disse que o pedido para que os negociadores dos dois governos se falassem logo veio de Lula e foi acolhido por Trump.

“O diálogo foi franco, o presidente Lula deixou claro que a motivação utilizada pelos EUA para impor a elevação de tarifas para o restante do mundo não se aplica ao Brasil.” Não há expectativa por parte do governo, porém, de que exista uma medida a ser divulgada hoje, como por exemplo a suspensão das tarifas até que se conclua as negociações. A estimativa é que exista alguma resolução nas próximas semanas.

Na entrada da reunião, o presidente brasileiro afirmou que tinha inúmeras pautas para tratar com Trump e que entregaria a ele um papel com cada um dos assuntos. “O presidente Lula reforçou a necessidade de suspensão do tarifaço, a necessidade de suspensão da Lei Magnitsky em relação a algumas autoridades, o quanto isso é também injusto. E o presidente Trump, muito simpático, ouviu com muita atenção”, disse Vieira.

Leia mais sobre a viagem de Lula à Ásia na pág. A24



Acompanhe os ‘tapas e beijos’ entre os presidentes até a reunião na Malásia

10.FEV.25

Trump impõe tarifas de 25% sobre importações de aço e alumínio

22.FEV.25

Em festa de aniversário do PT, Lula diz que Trump não foi eleito para o ser o “xerife do mundo”

11.MAR.25

“Não adianta o Trump ficar gritando de lá, porque aprendi a não ter medo de cara feia. Fale manso comigo”, disse Lula em nova resposta a críticas do americano

27.MAR.25

“É colocar em prática a lei da reciprocidade. Não dá para a gente ficar quieto, achando que somente [eles] podem taxar”, disse Lula sobre a taxaço do aço brasileiro

7.JUL.25

Trump publicou mensagem nas redes sociais acusando o Brasil de estar fazendo uma “coisa horrível” no tratamento de Jair Bolsonaro. O presidente Lula reagiu: “A defesa da democracia no Brasil é um tema que compete aos brasileiros. Somos um país soberano”

9.JUL.25

Trump publica uma carta endereçada a Lula em sua rede social na qual anuncia a tarifa de 50% sobre todas as exportações brasileiras para os EUA a partir de 1º.ago e cita processos contra Bolsonaro como uma “caça às bruxas”

18.JUL.25

Lula diz que as ameaças tarifárias de Trump são “chantagem inaceitável”

30.JUL.25

Trump impõe tarifa adicional de 40% sobre os produtos importados do Brasil, elevando o valor total da sobretaxa para 50% —considerando os 10% anunciados em abril

1º.AGO.25

Trump diz que Lula “pode ligar a qualquer momento” para discutir tarifas e tensões bilaterais

14.AGO.25

Trump afirma que o Brasil é um parceiro comercial ruim, tem leis ruins e promove uma execução política de Bolsonaro

5.SET.25

Decreto de Trump retira a tarifa de 10% sobre a celulose importada

23.SET.25

Lula e Trump se encontram durante 39 segundos na ONU. Trump afirmou que ele e Lula tiveram uma “excelente química”

24.SET.25

“Fiquei feliz ao ouvir dele que ‘pintou uma química’ entre nós. (...) Torço para que essa relação dê certo”, disse Lula, que também chamou Trump de simpático

6.OUT.25

Trump e Lula conversaram por cerca de 30 minutos por videoconferência. O americano descreveu a reunião como “muito boa” e disse que “nossos países vão se dar muito bem juntos!”

EUA e China chegam a acordo sobre terras raras

Segundo negociadores, isso deve interromper tarifas mais rígidas e permitir retomada de exportações de soja

KUALA LAMPUR | REUTERS As principais autoridades econômicas da China e dos Estados Unidos elaboraram, neste domingo, a estrutura de um acordo comercial para que os presidentes dos EUA, Donald Trump, e da China, Xi Jinping, finalizem. Isso deverá interromper as tarifas americanas mais rígidas e os controles de exportação de terras raras chinesas e permitirá a retomada das vendas de soja dos EUA para a China, disseram autoridades norte-americanas.

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, disse que as negociações paralelas à Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) eliminaram a ameaça de tarifas de 100% impostas por Trump sobre as importações chinesas a partir de 1º de novembro.

As autoridades chinesas foram mais cautelosas com relação às negociações e não forneceram detalhes sobre o resultado das reuniões.

Trump e Xi devem se reunir na quinta-feira em programação paralela à cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) em Gyeongju, Coreia do Sul, para assinar os termos. Embora a Casa Branca tenha anunciado oficialmente as tão esperadas conversas entre Trump e Xi, a China ainda não confirmou que os dois líderes se encontrarão.

“Acho que temos uma estrutura muito bem-sucedida para os líderes discutirem na quinta”, disse Bessent aos repórteres depois que ele e o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, se reuniram com o vice-primeiro-ministro chinês, He Lifeng, e o principal negociador comercial da China, Li Chenggang, para uma quinta rodada de discussões presenciais desde maio.

Bessent disse que prevê que a trégua tarifária com a China será estendida para além da data de expiração, em 10 de novembro, e que a China voltará a comprar soja dos EUA, depois de não ter comprado nada em setembro, em favor da soja do Brasil e da Argentina.

Os produtores de soja dos EUA “se sentirão muito bem com o que está acontecendo nesta temporada e nas próximas temporadas por vários anos” quando os termos do acordo forem anunciados, disse Bessent à ABC.

Greer disse ao programa “Fox News Sunday” que ambos os lados concordaram em pausar ações punitivas e encontraram “um caminho a seguir no qual podemos ter mais acesso a terras raras da China, podemos tentar equilibrar nosso déficit comercial com as vendas dos Estados Unidos”.

Li Chenggang, por sua vez, disse que os dois lados chegaram a um “consenso preliminar” e, em seguida, passarão

Tivemos consultas intensas e intercâmbios construtivos

Li Chenggang
principal negociador comercial da China

por seus respectivos processos de aprovação interna. “A posição dos EUA tem sido dura. Tivemos consultas muito intensas e nos envolvemos em intercâmbios construtivos para explorar soluções e acordos para tratar

dessas preocupações.” As autoridades americanas e chinesas disseram que, além das terras raras, discutiram a expansão do comércio, a crise do fentanil nos EUA, as taxas de entrada nos portos dos EUA e a transfe-

rência do TikTok para o controle acionário dos EUA.

Segundo Bessent, os dois lados precisam acertar os detalhes do acordo com o TikTok, permitindo que Trump e Xi “consumem a transação” na Coreia do Sul.

A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece, muitas vezes, no silêncio.

E é o silêncio que permite que ela continue.
Informação é prevenção.



Acesse o Guia Saber Liberta de Educação para Prevenção

Escaneie o QR Code ao lado ou acesse www.liberta.org.br/guia e saiba como agir para proteger crianças e adolescentes.



LIBERTA
ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

www.liberta.org.br | @institutoliberta

mercado

QUE IMPOSTO É ESSE?

Não só Netflix será afetada por decisão tributária

Caso concreto no STF envolve a Scania e tem a Petrobras como interessada

Eduardo Cucolo

Repórter de Mercado, foi secretário de Redação em Brasília

Chamou a atenção na semana passada a reclamação da Netflix sobre o julgamento a favor da União na disputa que envolve a contribuição conhecida como Cide-Remessas, Cide-Royalties ou Cide-Tecnologia. A tentativa de derrubar ou restringir essa cobrança era uma das maiores teses tributárias contra o governo federal, e a briga ainda pode ter desdobramentos econômicos, jurídicos e internacionais.

A decisão de agosto do STF levará muitas multinacionais a registrar perdas em seus balanços neste ano. A Netflix foi só a primeira.

O caso concreto analisado pelo Supremo, que tem repercussão sobre outras ações, se referia a um contrato de transferência de tecnologia entre a Scania Latin America e sua matriz na Suécia. Também atuaram como partes interessadas a Petrobras e as principais associações do setor de tecnologia, que representam empresas como Meta, Google e Amazon.

As reclamações das empresas contra a Cide podem ser divididas em duas frentes. A contribuição de 10% foi criada em 2000 para tributar remessas ao exterior para pagamento de transferência de tecnologia. Em 2001, a legislação foi alterada para alcançar também o pagamento por serviços técnicos e administrativos. Os contribuintes questionaram a ampliação: não seria possível taxar recursos de royalties, por exemplo, com um tributo criado para fomentar a inovação.

As empresas também argumentam que, embora a finalidade da contribuição seja financiar programas de pesquisa científica e tecnológica, o dinheiro é utilizado para outras finalidades. O governo nega e diz que a Cide-Royalties responde por 74% da arrecadação do FNDCT (fundo de desenvolvimento científico e tecnológico).

Na dúvida, os ministros do STF validaram a legislação atual, mas determinaram que o governo garanta que a arrecadação vá integralmente para a área determinada na lei.

A Scania recorreu ao tribunal na semana passada. Argumenta que a decisão contém “omissão, obscuridade e contradição” ao não exigir conexão entre fato gerador e finalidade da contribuição. Diz ainda que a decisão ignora uma suposta histórica falta de destinação integral da arrecadação para a área apontada, além de contrariar precedentes do tribunal. A montadora já havia perdido uma ação em instância inferior. Já a Netflix conseguiu em 2022 afastar a cobrança, e agora terá de pagar o que não foi recolhido desde então.

A necessidade de o país aumentar investimentos em tecnologia, especialmente no cenário atual de dependência em relação às big techs, ajudou o governo a vencer a disputa bilionária. Os magistrados expressaram claramente o entendimento de que as big techs devem pagar esse tributo, embora não sejam as únicas atingidas por ele, para ajudar o país a investir nessa área. As sanções dos EUA contra o Brasil também foram citadas, diante do risco de serviços prestados por elas ao nosso país serem bloqueados.

Contribuições como a Cide não seguem o padrão OCDE. Para alguns críticos, ela se tornou um imposto digital disfarçado, embora tenha sido criada antes das discussões sobre digital taxes na Europa e alcance todos os setores.

No início do ano, já havia escrito sobre a possibilidade de que o tributo entrasse na lista de práticas consideradas fora do padrão internacional pelo governo Trump nas investigações que os EUA promovem contra o Brasil, algo que não pode ser descartado, especialmente após o barulho da Netflix.

Não é descartada a possibilidade de o governo Trump incluir o tributo na lista de práticas que considera ‘fora do padrão’

Campos Neto propõe tributação mínima de 17,5% para instituições financeiras

Ideia é que haja uma taxa de imposto efetiva, que representa o percentual real de impostos pago em relação à renda tributável

Adriana Fernandes e Marcos Hermanson

BRASÍLIA O chefe global de Políticas Públicas e vice-presidente do Nubank, Roberto Campos Neto, propõe a criação de uma alíquota mínima de 17,5% de imposto para todas as instituições financeiras.

Campos Neto defende esse índice para a chamada taxa de imposto efetiva (ETR, na sigla em inglês), que representa o percentual real de impostos que uma empresa paga sobre a sua renda tributável. Ou seja, o que efetivamente sai do caixa de bancos, fintechs, instituições de pagamento e outras empresas financeiras como pagamento de impostos deve equivaler a no mínimo 17,5% da renda. “O que importa é o imposto efetivo pago”, afirma.

A ETR considera todas as deduções, isenções, créditos e outros benefícios fiscais a que a empresa tem direito com base na legislação em vigor. Segundo Campos Neto, “17,5% é um valor que aumentaria até a arrecadação do governo em relação ao que é hoje e colocaria todo mundo na mesma linha de tributação”.

“Vamos fazer um modelo que nem o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad fez de imposto mínimo para pessoa física com 10%. Vamos botar então que todas as empresas financeiras paguem 17,5%”, afirma à Folha.

Segundo ele, se a instituição financeira tiver muitos descontos tributários, teria que complementar o pagamento dos impostos para alcançar o nível de 17,5%.

Presidente do Banco Central até dezembro do ano passado, Campos Neto está no meio de uma guerra de números entre as fintechs e a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) sobre quem paga mais tributos.

A troca de farpas aumentou após a Câmara derrubar a MP (Medida Provisória) do governo Lula que estabelecia um aumento da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) das fintechs e aproximaria o pagamento feito por elas àquele praticado pelos grandes bancos.

A medida provisória que acabou sendo derrubada pela Câmara pretendia aumentar a CSLL cobrada das instituições financeiras digitais.

No caso das instituições de pagamento, a alíquota aumentaria de 9% para 15%, e no caso das fi-



Roberto Campos Neto, vice-chairman e chefe global de políticas públicas do Nubank, em seminário em SP

Eduardo Knapp - 25.ago.25/Folhapress

nanceiras, de 15% para 20%, a mesma cobrada de bancos.

O setor de fintechs argumenta que, na prática, elas já pagam mais impostos que grandes bancos. Segundo levantamento da Zetta —associação que reúne representantes do setor, como o Nubank—, a soma da CSLL e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica pagos pelas maiores fintechs é de 29,7%, contra 12,2% pagos pelos grandes bancos, em 2024.

Após a derrubada, a Febraban divulgou estudo na tentativa de mostrar que as fintechs pagam menos impostos e que deveriam contribuir com a mesma alíquota da CSLL que os bancos para igualar a carga tributária. Em um dos posicionamentos oficiais, a entidade faz uma dura crítica ao Nubank, o que acabou escalando a crise.

A Febraban não só chamou de tímida a bancarização promovida pelas fintechs no crédito como também as acusou de não se interessarem por crédito para segmentos essenciais —como financiamento imobiliário, de veículos, crédito do agronegócio e empresarial.

Contra esse argumento, as fintechs dizem que esses produtos de crédito têm garantias mais sólidas, como o imobiliário e automotivo, e elas atendem uma população de renda mais baixa, com risco de crédito maior —o que explicaria as taxas de juro superiores.

Também apontam para relató-

rio recente do FMI (Fundo Monetário Internacional) que atribuiu às fintechs o aumento da inclusão financeira e a redução da taxa de juros praticada pelos bancos.

As empresas digitais enxergam nos ataques dos bancos tradicionais uma tentativa de interromper a agenda de inovação e expansão do setor —visão que é compartilhada por uma parcela representativa de dirigentes do BC, que acompanham com olhar atento os desdobramentos da crise que envolve os maiores bancos do país. Para elas, os bancos estão com medo de maior competição.

Os bancos, por outro lado, cobram o aumento da tributação das fintechs e também a elevação pelo BC dos limites de capital para essas empresas digitais operarem, com maior aperto na regulação.

Lideranças do mercado bancário ouvidas pela Folha na condição de anonimato manifestaram ainda preocupação com o rumo do embate e alertaram para o risco de o Congresso acabar aprovando uma elevação de impostos para todo o setor com apoio do governo. O Executivo precisa aumentar a arrecadação para fechar o Orçamento de 2026 dentro da meta fiscal.

Para Campos Neto, o acerto na ETR acabaria com o uso errado dos números. “Não achamos justa essa narrativa de que as fintechs pagam menos; porque é o contrário, pagam mais”, diz.

Continua na pág. A17

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Roberto Campos Neto / Marcos Lisboa / Candido Bracher / Ana Paula Vescovi
SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo / Michael Viriato TER. Michael França / Cecília Machado, Mauro Zafalon
QUA. Bernardo Guimarães / Jerson Kelman, Vinicius Torres Freire QUI. Solange Srouf, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva
SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire SÁB. Marcos Mendes / Laura Müller Machado

Continuação da pág. A16

Segundo o ex-presidente do Banco Central e colunista da **Folha**, a alíquota efetiva média sobre a renda — CSLL mais IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) — das instituições financeiras digitais foi maior do que a paga pelos grandes bancos nos últimos dois anos.

Em 2024, de acordo com o executivo, o percentual para as fintechs foi de 29,7%, enquanto o dos bancos chegou a 12,2%; um ano antes, em 2023, as instituições digitais pagaram em média 36,5%, quanto os bancos recolheram o equivalente a 8,9% sobre a renda.

Os bancos têm a alíquota de CSLL mais alta, mas, por outro lado contam com mais ganho de JCP (Juros sobre Capital Próprio)

– uma forma de remuneração que empresas brasileiras distribuem aos seus acionistas ou sócios com base no capital investido.

Esse modelo de remuneração pode trazer benefícios fiscais para a empresa, pois os valores pagos são dedutíveis da base de cálculo do IR e da CSLL.

Os bancos têm muito mais crédito tributário do que empresas, porque durante muitos anos fizeram operações que geraram esse direito.

Campos Neto defende um debate público sobre os números do setor financeiro com o governo, Congresso e a sociedade, tomando como base os dados da Receita Federal e as informações prestadas nos balanços das instituições financeiras.

Ele argumenta que as fintechs, impulsionadas pela agenda de inovação desenvolvida nos últimos anos pelo Banco Central, geraram uma inclusão financeira massiva, além de uma redução significativa dos custos para os consumidores, do crescimento de contas e de uma maior bancarização (mais pessoas com acesso aos serviços bancários).

Após a crítica direta da Febraban, Campos Neto diz que o Nubank teve um papel significativo nessa expansão, com a bancarização de 28 milhões de pessoas no Brasil até 2024.

De acordo com ele, até setembro de 2025, 27,9 milhões de clientes obtiveram seu primeiro cartão de crédito pelo Nubank.

Procurada pela Folha para fa-

15% era a alíquota proposta pela MP derrubada pela Câmara para a CSLL cobrada das instituições de pagamento; no caso das financeiras, a proposta era 20%, a mesma cobrada de bancos

17,5%
é a proposta de uma
alíquota mínima efe-
tiva de imposto para
todas as instituições
financeiras, feita por
Campos Neto

lar sobre o aumento das críticas que tem feito às fintechs, em especial ao Nubank, a Febraban respondeu que é pública a pauta estrutural da federação em relação “às assimetrias regulatórias e tributárias entre bancos e instituições não bancárias que exercem a mesma atividade”.

“A entidade continuará vocal, alertando que a regra atual tem perpetuado uma vantagem fiscal injustificável para grandes fintechs, que já dominam alguns mercados”, afirmou a Febraban em sua resposta.

Para a federação dos bancos, a diferença de tributação representa uma distorção clara na concorrência do setor financeiro, gerando vantagens competitivas que precisam ser eliminadas.

Indra Sistemas S.A. e Empresas Subsidiárias

CNPJ nº 18.685.111/0001-44

Relatório de Contas Anuais em 31 de dezembro de 2024

CERTIFICO e dou fé, para os fins de direito, que o texto abaixo é tradução fiel de um documento em língua inglesa que me foi apresentado por pessoa interessada. **Indra Sistemas, S.A.** - Contas Anuais da Indra Sistemas, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e Relatório de Gestão, juntamente com o Relatório de Auditoria Independente. **Deloitte, S.L.** - Plaza Pablo Ruiz Picasso, 1 - Torre Picasso - 28020 Madri - Espanha - Tel:+34 915 14 50 00 www.deloille.es

Balança Financeiro Consolidado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Expresso em milhares de euros)*

	2024	2023	Patrimônio líquido e passivo	2024	2023
Ativo imobilizado	118.765	99.143	Capital subscrito	35.330	35.330
Investimentos imobiliários	9.601	11.708	Prêmio de emissão	523.754	523.754
Ativos por direitos de uso	125.861	119.025	Reservas por lucros acumulados	898.677	701.154
Fundo de Comércio	1.043.490	996.374	Ações próprias	(12.635)	(32.960)
Ativos intangíveis distintos do Fundo de Comércio	250.450	263.827	Outros instrumentos de patrimônio próprio	7.830	21.090
Investimentos contabilizados aplicando o método da participação	14.678	16.898	Coberturas de fluxo de caixa	(12.079)	(4.044)
Derivados de ativos não circulantes	868	1.376	Diferenças de conversão	(143.720)	(126.817)
Dívidas comerciais e outras contas a receber não circulantes	42.014	31.805	Patrimônio total atribuível aos proprietários da empresa controladora	1.297.157	1.117.507
Outros ativos financeiros não circulantes	294.981	364.150	Participações não controladoras	17.550	18.461
Ativos contratuais não circulantes	132.988	106.191	Patrimônio líquido	1.314.707	1.135.968
Ativos por impostos diferidos	104.174	118.109	Provisões não circulantes para remuneração dos funcionários	34.873	11.384
			Outras provisões não circulantes	52.652	60.540
			Total de provisões não circulantes	87.525	71.924
			Dívidas com entidades de crédito e obrigações não circulantes	343.176	479.063
			Derivados de passivos não circulantes	4.002	1.217
			Outros passivos financeiros não circulantes	688.043	695.210
			Subsídios	54.147	43.391
			Outros passivos não financeiros não circulantes	1.370	1.286
			Passivos por impostos diferidos	3.945	4.140
			Passivos não circulantes	1.182.208	1.296.231
			Passivos mantidos para venda	83.699	2
			Provisões circulantes para remunerações aos funcionários	27.738	38.614
			Outras provisões circulantes	102.715	89.105
			Total de provisões circulantes	130.453	127.719
			Dívidas com instituições de crédito, outros e obrigações circulantes	186.336	223.528
			Derivados de passivos circulantes	14.176	8.303
			Outros passivos financeiros circulantes	119.343	113.874
			Credores comerciais e credores diversos	1.699.373	1.579.603
			Passivos por impostos circulantes	21.896	38.352
			Outros passivos não financeiros circulantes	203.493	199.010
			Passivos circulantes	2.458.769	2.290.391
			Passivos	3.640.977	3.586.622
			Patrimônio líquido e passivos	4.955.684	4.722.590

Ativos não circulantes

2.137.8702.128.606

Ativos mantidos para venda

213.696108

Estoque e ativos contratuais circulantes

658.756554.747

Dívidas comerciais e outras contas a receber

1.155.0841.229.826

Ativos por imposto circulante

65.58875.764

Derivados de ativos circulantes

3.5304.671

Outros ativos financeiros circulantes

90.41960.548

Outros ativos não financeiros circulantes

75.59572.579

Caixa e equivalentes de caixa

555.147595.741

Ativos Circulantes

2.817.8142.593.985

Ativos

4.955.6844.722.590

Demonstração das alterações no patrimônio líquido consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Expresso em milhares de euros)*

Patrimônio líquido atribuído aos proprietários da empresa controladora

Outro resultado global

	Capital emitido	Prêmio de emissão	Ações próprias	Pagamentos em ações	Reservas por lucros acumulados	Diferenças cambiais na conversão	Cobertura de fluxos de caixa	Subtotal	Part. não controladoras	Total
Saldo em 01/01/2023	35.330	523.754	(5.342)	13.794	541.035	(114.775)	(6.781)	987.015	17.566	1.004.581
Alterações no patrimônio líquido										
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	205.752	-	-	205.752	2.944	208.696
Outro resultado global	-	-	-	-	-	(12.042)	2.737	(9.305)	(535)	(9.840)
Resultado global total	-	-	-	-	205.752	(12.042)	2.737	196.447	2.409	198.856
Dividendos reconhecidos	-	-	-	-	(44.094)	-	-	(44.094)	(981)	(45.075)
Aumento (diminuição) por outras alterações	-	-	-	-	(2.807)	-	-	(2.807)	(533)	(3.340)
Aumento (redução) por transações com ações próprias, patrimônio líquido (nota 18)	-	-	(27.618)	7.296	1.268	-	-	(19.054)	-	(19.054)
Aumento (diminuição) total do patrimônio	-	-	(27.618)	7.296	160.119	(12.042)	2.737	130.492	895	131.387
Saldo em 31/12/2023	35.330	523.754	(32.960)	21.090	701.154	(126.817)	(4.044)	1.117.507	18.461	1.135.968
Saldo em 01/01/2024	35.330	523.754	(32.960)	21.090	701.154	(126.817)	(4.044)	1.117.507	18.461	1.135.968
Alterações no patrimônio líquido										
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	277.541	-	-	277.541	2.739	280.280
Outro resultado global	-	-	-	-	-	(16.903)	(8.035)	(24.938)	241	(24.697)
Resultado global	-	-	-	-	277.541	(16.903)	(8.035)	252.603	2.980	255.583
Dividendos reconhecidos	-	-	-	-	(44.100)	-	-	(44.100)	(2.560)	(46.660)
Aumento (diminuição) por outras alterações	-	-	-	-	(46.232)	-	-	(46.232)	(1.331)	(47.563)
Aumento (redução) por transações com ações próprias, patrimônio líquido (nota 18)	-	-	20.325	(13.260)	10.314	-	-	17.379	-	17.379
Aumento (diminuição) total do patrimônio	-	-	20.325	(13.260)	197.523	(16.903)	(8.035)	179.650	(911)	178.739
Saldo em 31/12/2024	35.330	523.754	(12.635)	7.830	898.677	(143.720)	(12.079)	1.297.157	17.550	1.314.707

O relatório e os anexos são parte integrante das Contas Anuais Consolidadas.

Demonstração do fluxo de caixa consolidado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Expresso em milhares de euros)*

Fluxos de caixa provenientes de (utilizados em) atividades operacionais

	2024	2023	Varição no capital circulante	2024	2023
Resultado do exercício	280.280	208.696	Tesouraria proveniente das atividades operacionais	(5.446)	14.086
Despesa com imposto sobre o rendimento	105.981	94.896	Impostos sobre as sociedades pagos	536.050	457.927
Resultado antes dos impostos	386.261	303.592	Fluxos de caixa líquidos de (utilizados em) atividades operacionais	(85.155)	(78.406)
Subsídios	(25.444)	(22.745)	Fluxos de caixa provenientes de (utilizados em) atividades de investimento	450.895	379.521
Provisões	21.424	19.491	Outros recebimentos em dinheiro por vendas de instrumentos de dívida ou de capital de outras entidades	-	-
Outros resultados provenientes do imobilizado	309	965	Outros pagamentos em dinheiro para adquirir instrumentos de dívida ou de capital de outras entidades	60.723	-
Despesas com depreciação e amortização	106.950	99.070	Pagamentos por aquisição de ativo imobilizado material	(92.140)	(284.155)
Resultados em empresas associadas	5.470	3.220	Receitas pela venda de ativo imobilizado material	(23.562)	(22.988)
Resultado financeiro	46.526	40.182	260	-	-
Dividendos recebidos	-	66	Pagamentos por aquisição de ativos intangíveis	(87.438)	(39.719)
Lucro operacional antes das variações do capital circulante	541.496	443.841	Cobrança de subsídios oficiais	41.364	47.186
Diminuição (aumento) dos estoques e ativos contratuais	(125.854)	(116.406)	Juros cobrados	18.881	25.410
Diminuição (aumento) das contas a receber de origem comercial	121.305	53.947	Fluxos de caixa líquidos de (utilizados em) atividades de investimento	(81.912)	(274.266)
Diminuição (aumento) de outras contas a receber decorrentes das atividades operacionais	(22.432)	(16.616)	Fluxos de caixa provenientes de (utilizados em) atividades de investimento	-	-
Aumento (diminuição) das contas a pagar de origem comercial	78.859	26.055	O relatório e os anexos são parte integrante das Contas Anuais Consolidadas.		
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar decorrentes de atividades operacionais	(57.324)	67.106			

Demonstração de Resultados Consolidada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Expresso em milhares de euros)*

Demonstração de Resultados

	2024	2023
Receitas ordinárias	4.842.857	4.343.072
Outras receitas operacionais	34.189	32.903
Variação de estoque	125.616	130.832
Trabalhos realizados pelo Grupo para seus ativos imobilizados	69.958	40.989
Custos	(1.169.275)	(1.032.710)
Despesas com pessoal	(2.610.943)	(2.403.416)
Outras despesas operacionais	(725.463)	(645.150)
Variação da provisão para operações comerciais	(21.424)	(19.491)
Amortização do imobilizado	(108.950)	(99.070)
Outros resultados provenientes do imobilizado	(309)	(965)
Resultado das atividades operacionais	438.256	346.994
Receitas financeiras	36.158	32.617
Despesas financeiras	(82.683)	(73.110)
Variação do valor justo em instrumentos financeiros	-	311
Resultado das atividades financeiras	(46.525)	(40.182)
Participação nos lucros (prejuízos) método de participação	(5.470)	(3.220)
Resultado antes dos impostos	386.261	303.592
Receitas (despesas) com impostos	(105.981)	(94.896)
Lucro (prejuízo) de operações contínuas	280.280	208.696
Resultado do exercício	280.280	208.696
Lucro (prejuízo) atribuível aos proprietários da controladora	277.541	205.752
Lucro (prejuízo) atribuível a participações não controladoras	2.739	2.944
Lucro básico por ação		
Lucro (prejuízo) básico por ação proveniente de atividades continuadas	1,5799	1,1690
Lucro (prejuízo) básico por ação proveniente de atividades descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) básico por ação total	1,5799	1,1690
Lucro diluído por ação		
Lucro (prejuízo) diluído por ação proveniente de atividades continuadas	1,5799	1,1008
Lucro (prejuízo) diluído por ação proveniente de atividades descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) diluído por ação total	1,5799	1,1008

O relatório e os anexos são parte integrante das Contas Anuais Consolidadas.

Demonstração do Resultado Global Consolidado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Expresso em milhares de euros)*

Lucro (prejuízo) do exercício

280.280208.696

Outro resultado global

Componentes de outro resultado global que serão reclassificados para resultados antes dos impostos

Diferenças cambiais na conversão

Lucro (prejuízo) por diferenças cambiais na conversão, imputados diretamente ao patrimônio líquido

(16.662)(12.577)

Outro resultado global, antes dos impostos, diferenças cambiais por conversão

(16.662)(12.577)

Coberturas de fluxos de caixa

Cobertura de fluxos de caixa imputados diretamente ao patrimônio líquido

(11.701)5.740

Cobertura de fluxos de caixa transferidos para a conta de resultados

987(2.090)

Outro resultado global, antes dos impostos, coberturas de fluxo de caixa

(10.713)3.650

Total de outros resultados globais que serão reclassificados para resultados, antes de impostos

(27.375)(8.927)

Total de outros resultados globais, antes dos impostos

(27.375)(8.927)

Imposto sobre os lucros relativos a componentes de outros resultados globais que serão reclassificados nos resultados

Efeito tributário cobertura de fluxos de caixa imputados diretamente ao patrimônio

2.925(1.435)

Efeito tributário cobertura de fluxos de caixa transferidos para a conta de resultados

(247)522

Outro resultado global total

(24.697)(9.840)

Resultado global total

255.583198.856

Resultado global atribuível a

Resultado global atribuível aos proprietários da controladora

252.603196.447

Resultado global, atribuível a participações não controladoras

2.9802.409

O relatório e os anexos são parte integrante das Contas Anuais Consolidadas.

Diretoria

Ángel Escribano

Presidente

Virgínia Arce

Vicepresidente

Diretor Executivo

José Vicente de los Mozos

Luis Abril

Belén Amatriain

Jokin Aperribay

Coloma Armero

Antonio Cuevas

Javier Escribano

Francisco Javier García

Pablo Jimenez de Parga

Juan Moscoso del Prado

Olga San Jacinto

Ángeles Santamaría

Miguel Sebastián

Bernardo Villazán

NADA MAIS constava do referido original, que devolvo ao interessado com esta tradução fiel que conferi, achei conforme e assino, na data abaixo. DOU FÉ.

São Paulo, 10 de Outubro de 2025

AS NOTAS EXPLICATIVAS E DEMAIS DISPOSIÇÕES SE ENCONTRAM ARQUIVADAS NA SEDE EMPRESA.

Athena440258

Manoel Antonio Schmidt - Tradutor Público

mercado **folha em defesa da energia limpa**



Instalações da mineradora Anglo American nas imediações da cidade de Barro Alto (GO), uma das maiores áreas de extração de níquel no Brasil Pedro Ladeira/Folhapress

Plano para minerais críticos esbarra em carência de dados e fiscalização

Maior parte das informações não é detalhada e está dispersa entre órgãos federais; MME admite fragilidade e avalia possibilidade de vender relatórios para obter receita

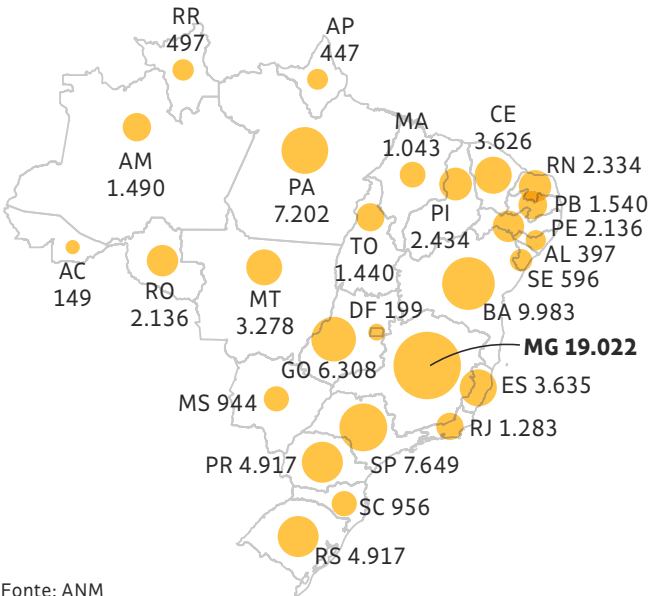
André Borges

BRASÍLIA A intenção do governo brasileiro de transformar a exploração de minerais críticos no país no centro de sua estratégia de transição energética esbarra em um cenário marcado por desconhecimento geológico, dados desorganizados e fiscalização precária. Diagnóstico detalhado do setor realizado pelo MME (Ministério de Minas e Energia) aponta que, atualmente, apenas 27% do território nacional possui um mapeamento em escala detalhada sobre seu potencial mineral efetivo. A realidade é que o Brasil ainda desconhece o que existe, de fato, em boa parte de seu subsolo. Áreas de grandes dimensões, especialmente na Amazônia, no Centro-Oeste e no Nordeste, não possuem estudos precisos sobre o tipo de solo e o potencial mineral. “Em que pese seu enorme potencial mineral, o Brasil só dispõe de mapeamento 1:100.000 em cerca de 27% do país”, afirma o ministério em documento de setembro obtido pela *Folha*. Nesta escala, a precisão pode revelar formações rochosas, falhas geológicas, tipos de minério e áreas com potencial econômico. É o tipo de informação usada por mineradoras, governo e cientistas para identificar onde há chance real de jazidas. O documento também aponta que o país ainda não possui banco de dados geológicos unificado, com informações dispersas entre órgãos como a ANM (Agência Nacional de Mineração), o SGB (Serviço Geológico do Brasil), univer-

Mapa da paralisia

País tem 96,9 mil áreas paradas, equivalente a cerca de 40% dos títulos minerários ativos, que poderiam ir a leilão

Número de áreas bloqueadas



Fonte: ANM

sidades e governos estaduais. “Há dados geológicos com os empreendedores, com ANM, ANP (Agência Nacional do Petróleo), Ministério da Defesa, universidades, companhias de pesquisa estaduais, e nenhum deles está armazenado no SGB”, afirma o MME. “Essa cobertura poderia ser muito maior, atraindo mais investidores na atividade mineral, se os dados fossem armazenados em uma base única do SGB e pudessem ser utilizados para adensar os mapeamentos existentes e preencher os vazios.” A incapacidade da ANM para processar o volume de trabalho que

27%
do território nacional possui mapeamento em escala detalhada sobre seu potencial mineral efetivo

80 mil
processos administrativos referentes a mineração estão represados

acumula também chama atenção. Atualmente, há mais de 96 mil áreas minerais paradas, que poderiam ser oferecidas ao mercado, uma vez que foram abandonadas, renunciadas ou tiveram o direito de pesquisa caducado. “A manutenção desse estoque trava o investimento e o desenvolvimento do setor mineral brasileiro. São áreas que poderiam estar sendo pesquisadas ou lavradas, gerando emprego, renda e receitas”, afirma o texto. Paralelamente, há ainda 80 mil processos administrativos represados. O resultado disso é que, apesar do potencial minerário do país e de seu extenso território, como ocorre com nações como Austrália e Canadá, historicamente o Brasil tem recebido apenas 3% dos investimentos globais em pesquisa mineral. “Com tantas áreas paralisadas, ampliar essa participação requer, entre outras iniciativas, ofertar novas áreas ao mercado. Sem áreas, não há pesquisa mineral. Sem pesquisa, não há mineração”, afirma a pasta. O MME e a ANM foram procurados para comentar as informações desta reportagem, mas não se manifestaram até a publicação deste texto. Para reduzir os problemas observados, está em estudo a publicação de um dispositivo legal para definir a propriedade estatal sobre dados e informações de atividade de mineração e geologia. A ideia é que essas informações, obtidas por meio de processos fiscalizados pela ANM, passem a compor os bancos de dados do Serviço Geológico Brasileiro.

Antes dessa integração, porém, o governo precisa padronizar a publicação dessas informações. Hoje, diferentes bancos de dados do setor mineral, inclusive dentro da própria ANM, usam diferentes terminologias para se referir a uma mesma substância, unidades de medição. “Há, ainda, uma confusão entre classes diferentes: o que é uma rocha, o que é um mineral, o que é um produto final”, afirma o documento do MME, ao citar o exemplo do argilito, da argila e da argila refratária. “A falta de padronização impede que sistemas diferentes conversem entre si. Muitos relacionamentos são feitos de forma manual e dependem da expertise do servidor.” Ao organizar dados que hoje estão dispersos e sem padronização, o MME entende que essas informações, se bem estruturadas, podem gerar relatórios pagos. Em um cenário de orçamentos enxutos e dificuldades estruturais da ANM e SGB, afirma o MME, abrir mão desses relatórios é injustificável. A proposta do MME é avançar com um possível acordo de cooperação técnica entre ANM e o Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração). Para garantir que a proposta avance, o MME avalia a criação de uma nova cobrança no setor inspirada no setor elétrico, onde encargos são usados para financiar determinadas políticas públicas. Mas ainda não há detalhes de como o novo pagamento no setor mineral funcionaria. Na semana passada, o governo realizou a primeira reunião do CNPM (Conselho Nacional de Política Mineral). Foram aprovadas seis resoluções que estruturam a nova governança da política mineral do país, com medidas voltadas ao tratamento de minerais críticos, insumos considerados fundamentais para a transição energética e a indústria de alta tecnologia, o que tem movimentado o interesse crescente dos Estados Unidos, além da China.

Eletronuclear pede a Lula socorro de R\$ 1,4 bi

Ofício cita risco de efeito cascata, com antecipação de dívidas, retenção de receitas e inviabilidade de Angra 3

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A Eletronuclear, empresa estatal responsável pelas usinas de Angra 1 e 2, pediu socorro de R\$ 1,4 bilhão ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para conseguir honrar pagamentos que vencem até o fim de 2025. A empresa prevê um rombo no caixa já a partir de novembro.

Em ofício encaminhado na última segunda-feira (20) à ENBPar, empresa pública por meio da qual a União controla as usinas, o comando da Eletronuclear alertou que eventual inadimplência de contratos terá um efeito cascata, com antecipação de cerca de R\$ 6,5 bilhões em dívidas, retenção de receitas dadas como garantia de financiamentos e “inviabilidade definitiva do Projeto Angra 3, com geração de passivos estimados em R\$ 21 bilhões”.

“Vislumbra-se risco de colapso operacional e financeiro da Eletronuclear já a partir de novembro de 2025, diante do esgotamento de caixa, com potenciais desdobramentos”, diz o documento a que a Folha teve acesso.

O alerta é o mais recente de uma sequência de pedidos de socorro feitos pela estatal ao longo dos últimos meses. Ele chega num momento em que a fatia privada da empresa (67,95% do total de ações) vai trocar de mãos. A Âmbar Energia, braço da J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, assinou contrato para comprar a participação detida pela Eletrobras, agora rebatizada de Axia Energia, por R\$ 535 milhões.

Enquanto o negócio não é concluído, ambas as empresas tentam se distanciar da responsabilidade por eventual rombo imediato no caixa da Eletronuclear.

Do lado da Axia, o discurso é que a situação de fragilidade da estatal foi discutida durante a negociação, e suas obrigações, agora repassadas à J&F, se limitavam à obra de Angra 3. Na J&F, a visão é que o grupo ainda não é o dono formal da participação e, embora planeje investir recursos no futuro, não pode responder pelos desequilíbrios imediatos.

Procuradas por meio de suas assessorias, Axia e J&F não se manifestaram.

O risco é a conta da crise cair no colo da União. A estatal já avisou que, sem solução para o colapso iminente, pode se tornar dependente do Tesouro para pagar despesas de pessoal e custeio.

Tal desfecho seria desastroso para o governo, que precisaria abrir espaço no Orçamento Fiscal para acomodar as despesas da Eletronuclear, mediante cortes em outras políticas.

A situação é de penúria. Em dezembro de 2025, a empresa precisa quitar R\$ 570 milhões com os bancos BTG Pactual e ABC Brasil. A companhia esperava pagar a fatura com a emissão de R\$ 2,4 bilhões em debêntures subscritas pela então Eletrobras e que agora serão assumidas pela J&F, mas a operação não saiu do papel. A

expectativa é concluir o processo até dezembro.

“Sem o ingresso dos recursos oriundos da emissão, a companhia incorrerá em inadimplemento, sujeitando-se não apenas a multas e juros, mas também à aceleração de outras dívidas”, alertou a ENBPar, citando financiamentos contratados com BNDES e Caixa Econômica Federal. Procurados, Caixa, BTG e ABC Brasil disseram não comentar o caso. O BNDES não respondeu.

O ofício cita ainda um passivo de R\$ 450 milhões com a INB (Indústrias Nucleares do Brasil), que fornece combustível às usinas. Até o fim de outubro, esse número já subiu para algo próximo de R\$ 700 milhões.

A empresa ainda gasta cerca de R\$ 1 bilhão por ano com a manutenção e o serviço da dívida de Angra 3, obra inacabada. A obrigação consome o caixa próprio da companhia, uma vez que não é coberta pela tarifa de energia.

No documento, a ENBPar indica à União quanto ela precisaria injetar na empresa —R\$ 1,4 bilhão— e dá a entender que o aporte é pré-condição para a emissão das debêntures.

Procurado, o Ministério da Fazenda disse que “tem posição restritiva quanto a pedidos de aporte em empresas estatais”.

Sem perspectivas de aporte, a Eletronuclear busca opções, como o “enquadramento extraordinário e antecipado” nas regras do decreto n.º 12.500 de 2025, que regulamenta o plano de reequilíbrio econômico-financeiro de estatais não dependentes.

Por esse caminho, a companhia poderia receber recursos da União sem se tornar dependente, mas teria dois anos para executar o plano de ajuste. A medida depende do aval do MME e do MGI (Ministério de Gestão e Inovação). Procurados, eles não se manifestaram.

A Eletronuclear tenta ainda resgatar cerca de R\$ 1,2 bilhão de um fundo criado para financiar o desmonte seguro de usinas nucleares, mas pode haver liberação apenas parcial dos recursos.

Em 30 de setembro, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) encaminhou aos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Esther Dweck (Gestão e Inovação) um alerta de que as previsões de aporte na companhia em 2026 também foram suprimidas da proposta de Orçamento do ano que vem. Segundo ele, isso compromete “de forma imediata e severa” a capacidade de preservar a solvência da companhia e de honrar compromissos operacionais e trabalhistas.

Já a Eletronuclear cita em nota um “risco iminente de desequilíbrio estrutural” se não houver definições mais amplas sobre os projetos da empresa. “O custo de R\$ 1 bilhão por ano de Angra 3 é insustentável e ameaça corroer a geração de caixa das demais usinas. A tarifa atual está dimensionada apenas para Angra 1 e 2.”



Obras da usina nuclear de Angra 3, da Eletronuclear, no Rio de Janeiro Alexa Salomao - 28.nov.2024/Folhapress

R\$ 570 milhões

É o valor que a Eletronuclear precisa pagar, em dezembro deste ano, para os bancos BTG Pactual e ABC Brasil

R\$ 700 milhões

aproximadamente é o passivo que a empresa tem com a INB (Indústrias Nucleares do Brasil), que fornece combustível

R\$ 6,5 bi

É o valor de dívidas que poderiam ter pedido de pagamento antecipado

R\$ 1,4 bi

É quanto a ENBPar indica à União quanto ela precisaria injetar na empresa

RECALL

AVISO AOS PROPRIETÁRIOS DE PRODUTOS STIHL



A STIHL convoca os usuários dos **SOPRADORES STIHL BR 800**, com números de série **546515117** a **547916107**, fabricados entre **30/04/2025** e **19/08/2025**, a **interromper o uso dos equipamentos imediatamente**.

Durante o uso do equipamento, é possível que a roda do ventilador, componente do motor, quebre e se projete em direção ao usuário ou a terceiros no entorno, com riscos de ferimentos, que podem ser de leves a graves.

Agende gratuitamente a inspeção do produto em uma assistência técnica STIHL informada em **stihl.com.br** ou pelo **0800-707-5001**. Se necessário, a roda do ventilador será **substituída sem custo**.

STIHL

mercado

Conteúdo feito por IA venceu os humanos

Empresas de IA passaram a querer 'engajamento', como redes sociais

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Há uma virada histórica em curso. Pela primeira vez, o número de artigos escritos por inteligência artificial superou os textos produzidos por humanos na internet. Em 2025, 53,5% do conteúdo textual da web passou a ser gerado por máquinas. Áudio e vídeo estão indo na mesma direção.

Em paralelo, há uma mudança rápida no modelo de negócios das empresas de inteligência artificial. A IA até agora era vendida como uma ferramenta a ser aplicada em tarefas práticas. Não mais. As empresas de IA passaram a querer “engajamento”, isto é, aumentar o tempo de uso da plataforma. Tudo para reter a atenção do usuário ao máximo.

Soa familiar? Sim. Esse é o modelo de negócio das redes sociais. Só que agora movido por IA. Por exemplo, a OpenAI anunciou que vai permitir conversas sexuais da sua IA com adultos. Lançou também o Sora, aplicativo focado em vídeos curtos, como o TikTok, só que produzidos com IA.

As empresas do setor como um todo estão apostando em IAs que atuem como “companheira”, “terapeuta”, “amiga”, “namorada” e outros antropomorfismos capazes de gerar dependências emocionais entre humanos e máquinas. Se a expressão dos últimos anos foi “capitalismo de vigilância”, a dos próximos pode ser “capitalismo de dependência”.

Isso porque a IA ocupa uma posição privilegiada para explorar vulnerabilidades humanas: solidão, luto, tristeza, frustração. Especialmente entre os mais jovens. Em um mundo com pessoas cada vez mais solitárias e atomizadas, a IA estará sempre à espreita. Alguém que perde um parente próximo, tem um dissabor profissional, separa-se do companheiro pode se sentir tentado a “se abrir” com a IA. É um ato mais fácil (e “sem fricção”) do que conversar com outro ser humano.

A relação emocional das IAs com seres humanos é o triunfo do behaviorismo. Ao hiperfocar só no que pode ser observado externamente (ações, estímulos, respostas, palavras) e desincumbir-se dos processos mentais internos e verdadeiros, a IA assume um lugar de domínio estrutural. A partir da capacidade de testar seu agulhão em centenas de milhões de pessoas, captando sinais objetivos e verificáveis e respondendo a eles em tempo real, converte-se em uma ferramenta de condicionamento sem precedentes.

Há exatos quatro anos escrevi na *Folha* o artigo sobre a “grande ruptura” (“Como as redes digitais de-molem a cultura e ampliam a ansiedade”). Nele falava de como as mídias vinham sendo “instrumentalizadas para produzir manipulação emocional do que para comunicar”. E como “a informação ou conteúdo textual, quando presentes, servem apenas de veículo para transportar efeitos emocionais”. Estamos agora vivendo a grande ruptura com esteroides.

Conversando com o amigo Hermano Vianna, ele disse: “A internet precisa de uma Revolução Francesa –estamos numa nova Bastilha–, é preciso reconstruir as praças públicas, os ‘Commons’, os rocios. Seria um bom projeto europeu”. Seu comentário é apropriado. Nesta terça (28) vou jantar com Emmanuel Macron no Palácio Eliseu. Vou propor exatamente isso. Talvez ele seja a pessoa certa para essa ideia.

READER

Já era – democracias estáveis

Já é – falar no risco da desinformação para as democracias

Já vem – falar no risco da distração (e da atenção capturada) para as democracias

Príncipe Harry e prêmio Nobel assinam carta contrária à superinteligência

TEC

SÃO PAULO O príncipe Harry, sua mulher, Meghan Markle, o cofundador da Apple Steve Wozniak e o ex-estrategista chefe da Casa Branca Steve Bannon se juntaram a um grupo de figuras públicas que pedem a “proibição” do desenvolvimento da chamada superinteligência —sistema avançado de inteligência artificial.

Mais de 800 pessoas, incluindo cientistas de IA, políticos, celebridades e líderes religiosos, assinaram a declaração. “Pedimos uma proibição do desenvolvimento de superinteligência, até que haja amplo consenso científico de que será feita de forma segura e controlável, e forte apoio público”, afirma o texto.

Outros signatários da carta são os pioneiros da IA Geoffrey Hinton e Yoshua Bengio, a ex-presidente da Irlanda Mary Robinson, o economista Daron Acemoglu (vencedor do Nobel de economia em 2024) e o cofundador da Virgin Richard Branson.

O Instituto Futuro da Vida (FLI, na sigla em inglês) publicou a carta na quarta-feira (22) junto com uma pesquisa mostrando que quase três quartos dos americanos eram a favor de uma regulamentação robusta da tecnologia. “É nossa humanidade que nos une aqui... Cada vez mais pessoas estão começando a pensar que a maior ameaça não é a outra empresa ou mesmo o outro país, mas talvez as máquinas que estamos construindo”, afirmou o presidente do instituto, Max Tegmark, ao Financial Times.

Vários grandes grupos de tecnologia e startups de IA, incluindo OpenAI, Meta e Google, estão em uma acirrada competição para serem os primeiros a desenvolver a superinteligência ou inteligência artificial geral. Ambos os termos se referem a sistemas de IA que podem superar os humanos na maioria das tarefas.

Em março de 2023, cinco meses após o lançamento do ChatGPT, especialistas em tecnologia, incluindo Elon Musk, divulgaram declaração que pedia uma moratória de seis meses no avanço da IA. Mas a xAI de Musk continua a construir sistemas de IA.

“Você não precisa de superinteligência para curar o câncer, para carros autônomos ou para melhorar massivamente a produtividade e eficiência”, avaliou Tegmark.

Vários cientistas chineses proeminentes assinaram a declaração, incluindo Andrew Yao e Ya-Qin Zhang, ex-presidente da Baidu. Outros signatários incluem ex-funcionários do governo como Susan Rice, conselheira de segurança nacional da gestão Barack Obama, e Mike Mullen, presidente do Estado-Maior Conjunto nas administrações de Obama e George W. Bush.

Sindicato dos Empregados em Empresas Distribuidoras e Vendedoras de Jornais, Revistas e em Empresas de Distribuição e Entrega de Produtos Porta a Porta do Estado de São Paulo
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, quítes e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de outubro de 2025, às 14h00, em primeira convocação, na Av. Rio Branco, nº 320 – 4º andar – conjunto 43 – São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço dos exercícios de 2023 e 2024; b) Leitura, discussão e votação do relatório da Diretoria e dos balanços referentes aos exercícios de 2023 e 2024; c) Leitura, discussão e votação das Propostas Orçamentárias para os exercícios de 2024, 2025 e 2026 e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Não havendo, no horário acima, número legal de associados para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a assembleia será realizada 01 (uma) hora após, no mesmo local, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, conforme determina o § 2º do artigo 16º do Estatuto Social. São Paulo, 27 de outubro de 2025. *Waldir Abrantes – Presidente.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 058/2025 – EDITAL 065/2025 – cujo objeto é o **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE 10M³, MODELO TRUCK 0KM, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO – CONFORME ANEXO I DO EDITAL. O período de envio das propostas será a partir de 29/10/2025 até 13/11/2025 – 08:00 no endereço eletrônico novobmmnet.com.br. O início da sessão ocorrerá no dia 13/11/2025 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobmmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 29/10/2025. Ituverava-SP, 23 de outubro de 2025. **LUIZ ANTONIO DE ARAUJO**, Prefeito Municipal.**

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
Chamamento – Súmula – Concorrência nº 07/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL COM GABIÃO NAS ALAS DA PONTE MISTA SOBRE O CÔRREGO DA FIGUEIRA, NO MUNICÍPIO DE SANTOANASTÁCIO/SP. ABERTURA/SESSÃO: 11/11/2025 às 08:30h. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico <https://scpi.santoanastacio.sp.gov.br/comprasedital/>, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.

Santo Anastácio, 24 de outubro de 2025.
LUIZ INFANTE – Prefeito Municipal



Universidade Estadual Paulista
“CAMPUS DE RIO CLARO”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas



Encontra-se aberto no Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UASG 102323, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90027/2025 – IGCE/CRC, objetivando o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO ELÉTRICA DE MÉDIA TENSÃO ENTRE A CABINE DA BIBLIOTECA E A CABINE DE GEOLOGIA E PETROLOGIA, PERTENCENTES AO IGCE, CAMPUS DE RIO CLARO, cujo critério de escolha é o de maior desconto. A abertura da sessão pública “online”, será no dia 12/11/2025, às 09:00h, junto ao endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 28/10/2025 até o dia e horário previstos para abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situada à Avenida 24 A nº 1515, Bairro Bela Vista, Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital, na íntegra, consta nos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://ape.unesp.br/licitacao/> - Processo nº 832/2025 – IGCE/CRC.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DAS COOPERATIVAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA FESCOOP/SP

A Federação dos Sindicatos das Cooperativas no Estado de São Paulo - FESCOOP/SP, entidade inscrita no CNPJ sob nº 11.699.151/0001-04, com endereço no Município de São Paulo, na Rua Treze de Maio, 1.376 - Bela Vista, CEP 01327-002, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Edivaldo Del Grande, com domicílio profissional no endereço supracitado, no uso das atribuições estatutárias convoca o Conselho de Representantes dos sindicatos filiados para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **26 de novembro de 2025**, de forma virtual por meio da plataforma TEAMS Office 365, às 13h30 (treze horas e trinta minutos), em primeira convocação com a presença da maioria dos representantes filiados ou às 14h00 (quatorze horas), em segunda e última convocação com qualquer número de representantes, para a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1. Deliberação para instituição da contribuição confederativa (art. 8º, IV da CF), por prazo indeterminado, a ser recolhida pela categoria econômica das cooperativas no Estado de São Paulo; 2. Aprovação da forma de cobrança e centralização do recolhimento da contribuição confederativa por parte da federação.

São Paulo, 24 de outubro de 2025
EDIVALDO DEL GRANDE - Presidente

Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região S.E.C.O.R. - CUT, com base de representação nas cidades de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi, Taboão da Serra e Embu das Artes, faz saber por meio deste, que foi firmada a Convenção Coletiva de Trabalho com os seguintes sindicatos: **Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção, Maquinismos, Ferragens, Tintas, Louças e Vidros da Grande São Paulo - SINCOMAVI e Sindicato do Comércio Atacadista, Importador, Exportador e Distribuidor de Material de Construção e de Material Elétrico no Estado de São Paulo - SINCOMACO**, com a aplicação do índice de **5,10% (cinco vírgula dez por cento)**, incidente sobre os salários vigentes em 01 de outubro de 2024. A Contribuição Assistencial dos Empregados será de 3% (três por cento), incidente sobre o salário já reajustado em 1º de outubro de 2025 a título de contribuição assistencial, observado o limite para desconto de R\$ 138,00 (cento e trinta e oito reais), e 1,5% (um vírgula cinco por cento) a ser descontado mensalmente, limitado a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais); Fica ressalvado aos trabalhadores que não concordam com o desconto das contribuições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho, e aprovada em assembleia no dia 23/06/2025, na sede central, o direito a oposição às contribuições. Os mesmos deverão protocolar pessoalmente e individualmente a manifestação por escrito de próprio punho e deverá o apresentar documento com foto (RG ou CNH), CPF e recibo de pagamentos que conste o CNPJ do local de trabalho, na sede do Clube dos Comerciantes situado a Rua Laura Josefa dos Santos, 400 - Pq. Jandaia - Carapicuíba/SP (Próximo ao Rodoanel), a oposição será protocolada nos dias **27, 28, 29, 30, 31** de outubro e **03, 04, 05, 06 e 07** de novembro de **2025** no horário das **9h00min às 16h00min**. Informações consultar o site: www.secor.org.br. **Osasco, 24 de outubro de 2025. Luciano Pereira Leite** - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ**, neste ato representada por seu Presidente em exercício, **Sr. Francisco Ivanécio de Oliveira Silva**, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025**, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada para realização de serviços de limpeza e higienização no prédio da Câmara Municipal de Guará, com áreas internas e externas, conforme especificações constantes no edital. Data final para retirada do edital: 12/11/2025.

1. Data de entrega do Envelope nº 01 (Proposta Comercial): 13/11/2025.
2. Data de entrega do Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação): 13/11/2025.
3. Horário de entrega dos Envelopes nºs 01 e 02: até 13:45 h.
Hora e data de início da sessão de lances: 14:00 horas do dia 13/11/2025.
Local de consulta do Edital: Sede da Câmara Municipal de Guará, localizada na Avenida Dr. Francisco de Paula Leão, nº 400, centro, nesta cidade de Guará/SP. Telefone: 16 3831.3262. Sítio eletrônico: www.camaraguara.sp.gov.br

Guará/SP, 24 de outubro de 2025.
FRANCISCO IVANÉCIO DE OLIVEIRA SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO



LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
1º Leilão: dia 07/11/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 17/11/2025 às 14h00



EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Oleno Sul, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças nº 10189073100, firmado em 12/11/2024, no qual figura como Fiduciante, **ANA PAULA MARQUES BARBOSA**, brasileira, solteira, maior, não mantendo união estável, professora, RG nº 48.261.551-SSP/SP, CPF nº 390.113.098-55, residente e domiciliada em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **07 de novembro de 2025, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 554.874,42 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO nº 143, localizado no 14º pavimento, da Torre C – Safira, integrante do Subdomínio Residencial que compõe o condomínio denominado SÍDE BARBÁ FUNDADA, situado à Rua do Bosque, nº 980, no 3º Subdistrito – Barra Funda, com a área privativa total de 49,230 m², a área comum de 43,183 m², (sendo 37,013 m² de área coberta e 6,170 m² de área descoberta); perfazendo a área total (coberta e descoberta) de 92,413 m² e a área total edificada de 86,243 m², equivalente à fração ideal de 0,001556 no terreno e nas partes de propriedade e uso comum do condomínio; com direito a 01 vaga de carro de uso comum e indeterminada. Matrícula nº 111252.2.0305984-41 do 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **17 de novembro de 2025, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 436.423,45 (Quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos)**. Todos os horários estipulados no presente edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. Os (s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham arrematado o imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. A **transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB – Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.**

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

mercado

Final de outubro tem veículos e imóveis à venda em leilões

Ana Paula Branco

SÃO PAULO O mês de outubro ainda tem opções de leilões de imóveis em andamento. Pela Leilão VIP, há 173 bens diversos colocados à venda, entre eles imóveis, em parceria com o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) e o Bradesco. As ofertas, que incluem casas, apartamentos, terrenos, veículos e equipamentos industriais, têm descontos de até 40% em relação ao valor de avaliação e podem ser disputadas de forma totalmente online. Os lances começam nesta segunda (27).

O Bradesco colocou 34 imóveis à venda, com lances marcados para os dias 27 e 30 de outubro. Entre as ofertas, há apartamentos em São Paulo, terrenos no Rio de Janeiro, casas em Minas Gerais e imóveis comerciais localizados no interior do país.

O TJ-SP contribui com um volume maior de ativos. Entre os destaques está um apartamento de 332,52 m² na rua Roque Petrella, no Brooklyn Paulista (zona sul de São Paulo), com lance inicial de R\$ 2.429.537,28.

Além de imóveis residenciais, comerciais e rurais, o TJ-SP também leiloa bens móveis, como veículos e motocicletas. Um exemplo é um carro Renault Sandero Authentic 1.0, ano 2009/2010, localizado em Taubaté (interior de SP), com valor do segundo leilão de R\$ 13.752,60, já considerando 40% de desconto, marcado para o dia 29 de outubro de 2025.

De acordo com um levantamento da Zuk, pessoas com até 40 anos —conhecidas como a geração Z e os millennials— já respondem por mais de 40% do total de compradores.

Os jovens também demonstram poder aquisitivo significativo: o ticket médio das transações realizadas por essa faixa etária foi de aproximadamente R\$ 400 mil em 2025.

A geração X e os baby boomers (acima dos 40 anos de idade) respondem por 13% e 9% das compras.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 07/11/2025, às 10h30 | 2º Público Leilão: 11/11/2025, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 0207, TIPO "1", 2º PAVIMENTO, DO BLOCO Nº 02, INTEGRANTE DO "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL THE GATE"**, situado na Rua Dona Tecla, nº 602, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa Total de 81,5000m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 53,6190m²; Comum de Divisão Proporcional de 27,6726m², composta de 16,8097m² de área padrão de construção do condomínio e 10,8629m² de área descoberta; Total de 162,7916m²; FIT de 19,7928m² no terreno e o coeficiente de proporcionalidade de 0,3167% nas demais coisas de uso comum, vinculado o direito ao uso de 1 (um) depósito e de 02 (duas) vagas indeterminadas, localizados na garagem coletiva do condomínio. Matrícula Imobiliária nº 164.287 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.34.0536.00.000 (área maior). Obs: Inscrição não individualizada para o imóvel. Consolidação da Propriedade em 26/09/2025. **Lances Iniciais: 1º Leilão: R\$ 587.005,12. 2º Leilão: R\$ 647.529,28. Encargos do Arrematante:** i) Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; ii) Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) Débitos de Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de Condomínio vencidos antes dos leilões; **v)** Débitos de IPTU, água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **vi)** Venda **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vii)** **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficom os Devedores Fiduciantes **CLAUDIA VIEIRA DA SILVA**, CPF nº 296.588.048-88, e **CLAYTON TEOTONIO VIEIRA DA SILVA**, CPF nº 346.343.568-30, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponíveis no portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 93777-0485; Fone (19) 3794-2044 / (19) 3295-9777. Avenida Rotary nº 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/11/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 17/11/2025 às 14h00

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/11/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 17/11/2025 às 14h00

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/11/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 17/11/2025 às 14h00

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/11/2025 às 14h00 2º Leilão: dia 17/11/2025 às 14h00

LEILÃO EXTRAJUDICIAL SOMENTE ON-LINE | ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | LEI Nº 9.514/97

Data e horário do 1º leilão: 07/11/2025 - 11h00 | Data e horário do 2º leilão: 17/11/2025 - 11h00

Central de Informações: 11 3117.1001

www.freitasleiloeiro.com.br

af@freitasleiloeiro.com.br



Milei comemora com partidários o resultado das eleições legislativas, em hotel que reuniu sua equipe em Buenos Aires

Cristina Sille/Reuters

Milei tem vitória surpreendente em legislativas e sai fortalecido das urnas

'Hoje começa a construção da Argentina grande', diz presidente; governismo vai além da conquista de um terço da Câmara e ganha estabilidade após sequência de crises

Douglas Gavras

BUENOS AIRES Quatro meses antes das eleições legislativas deste domingo (26), Javier Milei prometeu uma consagração nas urnas, como um sinal de apoio popular ao seu governo, continuidade da política econômica e pavimentando o caminho para uma reeleição em 2027. A Casa Rosada enfrentou uma sucessão de escândalos que ameaçaram a popularidade do governo antes de um pleito crucial, mas os argentinos decidiram dar uma vitória surpreendente ao presidente.

Os resultados mostram que o mileísmo conseguiu se impor como a principal força política do país. Com 98,5% das mesas apuradas à oh desta segunda (27), o partido governista A Liberdade Avança obteve 40,8% do total de votos e 64 cadeiras na Câmara dentre as 127 que estavam em disputa —metade dos 257 assentos da Casa foi renovada. Do lado opositor, o peronismo, concentrado no Força Pátria, conseguiu 31,6%, com 44 cadeiras; o Províncias Unidas teve 7,1%, ou 8 assentos; e a Frente de Esquerda, 4,8%, com 3 cadeiras vagas.

Forças provinciais e outros grupos menores ficaram com 15,7%, ou 8 cadeiras.

O governo disputava voto a voto a província de Buenos Aires, maior colégio eleitoral do país e bastião dos peronistas. Das 23 províncias mais a cidade de Buenos Aires (que é um distrito federal), o governo se impunha em 16 e perdia em 8.

Além da Câmara, foi renovado

um terço do Senado (24 de 72 vagas). Dessas 24 cadeiras em disputa, o governismo obteve 13.

A taxa de participação ficou em 67,9%, a menor desde 1983, com a volta da democracia ao país. Até então, o comparecimento mais baixo em uma outra eleição legislativa tinha sido em 2021 (no contexto da pandemia), com 71%.

Os partidários de Milei se reuniram em um hotel no centro de Buenos Aires, o mesmo em que Milei acompanhou a apuração nas eleições de 2023. No fim da noite, antes que os resultados começassem a ser divulgados, o clima já era de euforia.

Milei discursou por volta das 22h30 e comemorou os resultados. “Assim como agradeço a todos os argentinos pelo enorme ato cívico, seria hipócrita se eu não fizesse um agradecimento particular aos que abraçaram as ideias da liberdade. Que linda a Argentina fica de violeta [a cor do seu partido].”

“O povo argentino decidiu deixar para trás cem anos de decadência e persistir no caminho da liberdade, do progresso e do crescimento, hoje começa a construção da Argentina grande”, seguiu o presidente.

A sigla A Liberdade Avança e o PRO (do ex-presidente Mauricio Macri), que neste ano foram unidos às urnas e disputaram em todas as províncias, detinham 74 cadeiras na Câmara dos Deputados e 13 no Senado antes do pleito deste domingo. O governo vai conseguir ir além das 86 vagas necessárias para um terço na Câmara e crescerá no Senado, onde

“

O povo argentino decidiu deixar para trás cem anos de decadência e persistir no caminho da liberdade

Javier Milei
 presidente da Argentina, após divulgação dos primeiros resultados do pleito

40,8%

do total de votos nacionais teve o partido governista A Liberdade Avança; das 127 cadeiras da Câmara em disputa, a sigla obteve 64, e o peronismo, principal bloco opositor, teve 31,6%, com 44 cadeiras

não precisava renovar cadeiras.

Milei estava preocupado com o pleito deste domingo, em parte pela derrota na província de Buenos Aires no mês passado. Na próxima composição do Congresso, a partir de 10 de dezembro, porém, a aliança governista poderá evitar que os vetos do presidente sejam derrubados e terá mais folga para dar passos maiores, como fazer reformas e aprovar cortes de gastos para defender o plano de austeridade do governo.

O Executivo também conseguiu contornar escândalos que afetaram a campanha, como o suposto esquema de propina que envolveria a irmã e braço-direito de Milei, Karina, e a saída do principal candidato do mileísmo na província de Buenos Aires por suspeita de envolvimento com um acusado de narcotráfico.

Em uma votação que faz um balanço da primeira metade do mandato, Milei conseguiu colher os frutos da desaceleração da inflação, após o duro ajuste que o governo promoveu em quase dois anos. O argentino teve de apelar ao presidente dos EUA, Donald Trump, para evitar uma crise cambial no mês passado, e recebeu respaldo da Casa Branca.

A estratégia de aproximação com o governo Trump, que tinha condicionado seu apoio ao desempenho eleitoral de Milei, foi concretizada com compras de moeda pelo Tesouro dos EUA e um acordo de troca de divisas entre os países, o que conseguiu evitar uma crise cambial logo antes das eleições.

Triunfo não foi arrasador, mas dá respiro ao governo no Congresso

Análise

Sylvia Colombo

SÃO PAULO Num domingo agitado, de mau tempo e participação eleitoral baixa, os argentinos foram às urnas para renovar parte do Legislativo, e o partido do governo, A Liberdade Avança, obteve uma vitória mais expressiva do que apontavam as pesquisas: 40,8% contra 31,6% do peronismo, de acordo com os primeiros números divulgados.

Não foi o “arraso” prometido por seu líder, Javier Milei, mas garantiu uma maior participação no Congresso e a formação de uma verdadeira bancada. Ainda assim, minoritária, que necessitará fazer alianças para aprovar suas reformas, mas que dá um respiro a um governo que, até outro dia, andava tão enraivecido com o Congresso que dizia que iria emular o salvadoreño Nayib Bukele “na base do decreto e do veto”, caso o Legislativo não o acompanhasse em seus projetos.

Agora, pelo menos, um ar de ainda difícil negociação será respirado no Congresso. O desejo profundo de Milei —o de não precisar mais das fileiras do partido de Mauricio Macri, o PRO— não se cumpriu.

O momento político desta eleição é talvez o de maior desgaste para o governo. Milei chegou ao poder numa eleição presidencial em 2023 com forte discurso de outsider antipolítica e promessa de ruptura. Agora se agarra a ambos sem nenhum constrangimento, desde que lhe deem mais tempo.

Não tem sido incomum a comparação de Milei com a trajetória de Carlos Menem nos anos 1990 —que, com seu discurso peronista liberal, arrebatou corações argentinos para, uma década depois, mergulhar em escândalos de corrupção e crimes que terminaram numa desvalorização do peso ainda hoje traumática.

Embora sirva para renovar parte do Congresso, as eleições de meio de mandato funcionam mais como um referendo intermediário sobre o governo Milei.

Por ora, está longe a promessa de Milei de que a Argentina seria como um país europeu em 15 anos.

O que se vê é a nação enredada em sua própria história, em que um líder surge e se encaminha para a tragédia. Ele ainda tem meio governo para provar que, desta vez, será diferente. Neste domingo, recebeu um voto de confiança. O inteligente seria usar esses números contra a maré de reprovação às suas políticas econômicas e à tensão crescente nas ruas. A história dirá.

mundo

É hora de pedir perdão às vítimas

Nos 50 anos sem Vlado, Brasil precisa responsabilizar militares por seus crimes

Bianca Santana

Doutora em ciência da informação, mestra em educação e jornalista. Autora de "Quando me Descobri Negra"

“Aditadura segue nas periferias” era a frase estampada em preto no verso de fotos de jovens negros assassinados recentemente, espalhados por bancos da Catedral da Sé neste sábado (25). Estavam ao lado de fotos de desaparecidos políticos da ditadura cujo verso, em vermelho, perguntava “Onde estão os nossos desaparecidos?”.

O ato realizado 50 anos depois do assassinato de Vladimir Herzog pelo instituto que leva seu nome e a Comissão Arns lembrou o de 1975, bravamente realizado pelo Sindicato dos Jornalistas, representado naquela ocasião por Audálio Dantas, dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor Jaime Wright.

No último sábado, dom Odilo Scherer, o rabino Uri Lam e a pastora Anita Wright, filha de Jaime, pregaram para representantes do Estado brasileiro, como o presidente em exercício Geraldo Alckmin e o ministro Paulo Teixeira. Participaram também a pianista Cida Moreira e o coro Luther King, estudantes da Escola Municipal Vladimir Herzog, Sérgio Gomes e Paulo Markun, companheiros de Vlado. Com a Polícia Militar na porta da igreja protegendo o encontro, não ameaçando como antes. Com fotos de Débora Maria da Silva, Mãe de Maio, e Marielle Franco projetadas no telão ao lado de Clarice Herzog, Eunice Paiva, Ana Dias, Zuzu Angel.

O púlpito também foi ocupado por Jurema Werneck, liderança do movimento de mulheres negras e diretora da Anistia Internacional no Brasil, Geraldo Alckmin, Ivo Herzog – acompanhado do irmão André, o filho Lucas e as sobrinhas Sofia e Helena –, o advogado José Carlos Dias, e a desembargadora Elizabeth Rocha, cuja intervenção reproduzo abaixo:

“Senhoras e senhores, estou presente neste ato ecumênico de 2025 para, na qualidade de presidente da Justiça Militar da União, pedir perdão a todos que tombaram e sofreram. Pedir perdão pelos erros e as omissões judiciais cometidas durante a ditadura”.

Os aplausos foram tantos. Seria este o primeiro pedido de desculpas a vítimas da ditadura feito por um representante dos militares no Brasil?

“Eu peço perdão a Vladimir Herzog e sua família, a Paulo Ribeiro Bastos e a minha família. A Rubens Paiva e Miriam Leitão e seus filhos. A José Dirceu, a Aldo Arantes, a José Genoino, a Paulo Vanucchi, a João Vicente Goulart e a tantos outros homens e mulheres que sofreram as torturas, as mortes, os desaparecimentos forçados e o exílio.”

“Eu peço, enfim, perdão à sociedade brasileira e à história do país pelos equívocos judiciais cometidos pela Justiça Militar Federal em detrimento da democracia e favoráveis ao regime autoritário. Recebam meu perdão, a minha dor e a minha resistência.”

Estaríamos testemunhando um primeiro passo?

Que papel imenso o da corajosa magistrada em nossa história. Porque passou da hora de militares abrirem os arquivos que permitam saber o que aconteceu com cada presa e preso político, se responsabilizarem por seus crimes e condenarem os que desviaram de suas funções de proteger a nação, torturando e matando quem lutava por democracia.

É por verdade, memória e justiça. É para interromper também o genocídio negro. Viva Vlado e a luta da família Herzog pelo Brasil.

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana
TER. Mundo Leu QUA. Rui Tavares QUI. Lúcia Guimarães
SEX. Laura Greenhalgh SÁB. Igor Patrick

Lula se coloca à disposição de Trump para atuar como mediador na Venezuela

Presidentes conversaram neste domingo (26) na Malásia, onde estão para participar de cúpula da Asean; foi brasileiro quem levantou tema

Victoria Damasceno

KUALA LUMPUR O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se colocou à disposição do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para atuar como mediador da crescente tensão militar entre Washington e a Venezuela.

Segundo o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, Lula afirmou ao americano que o Brasil estaria disposto a atuar para a promoção da paz e do entendimento entre as nações.

“[Lula] levantou o tema, disse que a América Latina e América do Sul, especificamente onde estamos, é uma região de paz e ele se prontificou a ser um contato, ser um interlocutor, como já foi no passado, com a Venezuela para se buscar soluções que sejam mutuamente aceitáveis e corretas entre os dois países”, afirmou.

Lula e Trump se encontraram na tarde deste domingo (26) em Kuala Lumpur, na Malásia, onde participam da cúpula da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático, em português). O encontro ocorreu por volta das 16h do horário local (5h de Brasília) e durou cerca de 50 minutos.

O tema principal da conver-

sa foram as tarifas impostas pelo governo americano ao Brasil, mas outros assuntos também foram tratados.

Quando questionado por jornalistas antes de entrar na conversa com o petista, Trump afirmou que a Venezuela não seria um assunto da reunião. “Eu não acho que nós vamos discutir isso”, declarou.

A iniciativa partiu de Lula, que já havia afirmado que traria o tema na negociação. A avaliação do governo brasileiro é de que uma incursão militar na Venezuela traria instabilidade na região e afetaria negativamente o Brasil.

A proposta brasileira ocorre em meio a um aumento das hostilidades entre EUA e Venezuela. Na sexta (24), o Pentágono anunciou o envio ao Caribe do USS Gerald R. Ford, o maior e mais poderoso porta-aviões do mundo, e outras embarcações que o acompanham.

Trump tem usado o argumento do combate ao narcotráfico para justificar a explosão de embarcações na América Latina desde setembro, muito embora não tenha apresentado evidência de que os barcos estivessem relacionados à atividade ilegal.

Na sexta (24), ainda na Indonésia, Lula havia criticado os ataques dos EUA a embarcações, quando declarou que “os usuários são responsáveis pelos traficantes que são vítimas dos usuários também” —depois, ele se retratou pela frase, que diz ter sido mal colocada.

“É muito melhor os Estados Unidos se disporem a conversar com a polícia dos outros países, com o Ministério da Justiça de cada país, para a gente fazer uma coisa conjunta. Porque se a moda pega, cada um acha que pode invadir o território do outro para fazer o que quer. Onde é que vai surgir a palavra respeitabilidade da soberania dos países? É ruim”, afirmou Lula na entrevista coletiva em Jacarta.

Em um agravamento das tensões, Trump avalia planos para atacar instalações de cocaína dentro da Venezuela, embora ainda não tenha tomado uma decisão sobre isso, segundo a emissora CNN. Na véspera, o ditador Nicolás Maduro afirmou “não à guerra louca” e pediu “peace forever” diante dos ataques dos Estados Unidos.

Leia mais sobre o assunto nos cadernos Política e Mercado



O navio de guerra USS Gravelly é visto à distância na costa de Port of Spain, em Trinidad e Tobago Martin Bernetti/AFP

Navio de guerra americano chega a Trinidad e Tobago em meio a tensão crescente com Venezuela

SÃO PAULO Um navio de guerra lança-mísseis americano chegou neste domingo (26) a Trinidad e Tobago, pequeno país insular situado em frente à Venezuela, em um momento em que Donald Trump intensifica sua pressão contra o ditador Nicolás Maduro. O USS Gravelly estava visível no

domingo pela manhã nas águas de Port of Spain, capital trinitina que em linha reta fica a cerca de 570 km de Caracas. A chegada do navio, assim como de uma unidade de fuzileiros navais para exercícios com militares locais, havia sido anunciada na quinta-feira (23). Em resposta, o regime

em Caracas disse em nota que os exercícios são “provocação militar em conjunto com a CIA”.

A primeira-ministra de Trinidad e Tobago, Kamla Persad-Bissessar, tem oferecido apoio ao governo Trump recentemente. O USS Gravelly é capaz de lançar mísseis Tomahawk, entre outros.



Caminhões do Egito levam tratores e maquinário pesado para ajudar a encontrar corpos de reféns em Gaza após aval de Israel AFP

Netanyahu diz que Israel terá poder de veto sobre força militar em Gaza

Segundo premiê, Tel Aviv determinará com quais tropas estrangeiras vai trabalhar, em sinalização de que não abrirá mão de controlar segurança no território palestino

JERUSALÉM | AFP E REUTERS O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, disse neste domingo (26) que Israel sozinho decidirá quais países permitirá participar de uma planejada força de segurança internacional em Gaza quando a guerra terminar. De acordo com o cessar-fogo mediado pelos EUA entre o grupo terrorista Hamas e Israel, uma coalizão de potências principalmente árabes e muçulmanas deve enviar tropas para o território palestino. No entanto, Netanyahu, que se opõe a que o rival regional Turquia tenha um papel na força conjunta, disse: “Deixamos claro com relação às forças internacionais que Israel determinará quais forças são inaceitáveis para nós”. O governo de Donald Trump descartou enviar tropas americanas para Gaza e já teve conversas com Indonésia, Emirados Árabes, Egito, Qatar e Azerbaijão para contribuir com a força. Também neste domingo, Netanyahu disse que, como um Estado soberano, Israel determinará sua política de segurança e com quais forças estrangeiras trabalhar. “Nós controlamos nossa própria segurança e deixamos claro às forças internacionais que Israel decidirá quais forças são inaceitáveis para nós — e é assim que agimos e continuaremos a agir”, disse o primeiro-ministro israelense no início de uma reunião de gabinete. “Isso é, naturalmente, aceito pelos Estados Unidos, como seus representantes mais graduados expressaram nos últimos dias”, declarou o premiê. Na quarta-feira (22), Netanyahu teve reunião com o vice-pre-



Cruz Vermelha e Egito ajudam a procurar corpos

O governo de Israel anunciou, neste domingo (26), que autorizou equipes da Cruz Vermelha e do Egito a ingressarem em Gaza e procurarem os corpos de reféns mortos além da “linha amarela” que demarca o recuo militar israelense na Faixa de Gaza. A informação foi divulgada por um porta-voz do governo de Binyamin Netanyahu. Dos 28 cadáveres de sequestrados que permaneciam em poder do grupo terrorista Hamas, 15 foram devolvidos às autoridades israelenses e puderam ser velados por suas famílias. A facção palestina afirma ter dificuldade de recuperar os 13 restantes sob o argumento de que os corpos estão sob escombros de construções atingidas por bombardeios de Tel Aviv.

sidente dos Estados Unidos, J. D. Vance. Após o encontro, o primeiro-ministro israelense rejeitou de forma contundente a ideia de que seu país seja um vassalo dos Estados Unidos, classificando essa interpretação como besteira, de acordo com o jornal The Times of Israel. “Numa semana, dizem que Israel controla os EUA. Na semana seguinte, dizem que os EUA controlam Israel. Isso é besteira. Temos uma aliança entre parceiros que compartilham valores comuns. Podemos ter divergências aqui e ali, mas, no último ano, tivemos um acordo não só sobre os objetivos, mas também sobre como alcançá-los”, disse, ainda segundo a publicação. Os EUA são os maiores aliados e os principais fornecedores de armas e equipamentos militares de Israel. Netanyahu elogiou o papel americano na região e destacou que a cooperação com Washington tem sido essencial para o avanço dos objetivos de segurança e diplomacia de seu país. “Conseguimos colocar a faca na garganta do Hamas”, afirmou. O plano de Trump para Gaza prevê a criação de um comitê palestino tecnocrático supervisionado por um conselho internacional, sem que o Hamas tenha papel algum no governo. Críticos acusam a estratégia de uma forma de tutela inspirada em regimes coloniais do passado. Na semana retrasada, Mohammed Nazzal, dirigente do Hamas, disse à agência Reuters que o grupo esperava desempenhar algum papel de segurança em Gaza durante um período de transição indefinido. Com um Hamas enfraquecido após dois anos de guerra contra

Israel e uma Autoridade Palestina deslegitimada, os palestinos da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e da diáspora se veem sem lideranças capazes de navegar o momento político e conquistar avanços na direção de construir um Estado próprio. A Corte Internacional de Justiça, ligada às Nações Unidas, afirmou na quarta-feira (22) que Israel tem a obrigação de garantir que as necessidades básicas da população civil da Faixa de Gaza sejam atendidas. O parecer foi emitido a pedido da ONU, que solicitou ao tribunal com sede em Haia que esclarecesse as responsabilidades de Israel perante a organização e suas agências. A corte disse que Tel Aviv não deve usar a fome como “método de guerra” e precisa colaborar com as operações de ajuda humanitária coordenadas pela ONU, incluindo a UNRWA, responsável pelo atendimento a refugiados palestinos. O escritório humanitário da ONU afirma que Israel negou ou impediu 45% das 8.000 missões humanitárias solicitadas em Gaza desde 2023. A decisão ocorreu em meio à crise humanitária provocada pela ofensiva militar. O acordo de cessar-fogo, costurado pelos Estados Unidos, está sob risco de ruir, e Tel Aviv ameaçou cortar entrada de ajuda humanitária caso o Hamas não cumpra sua parte dos termos acertados. O acordo de paz inclui a entrada de 600 caminhões de ajuda por dia no território, onde a maioria dos 2 milhões de palestinos tem sido deslocada de suas casas. Israel já acusou o Hamas de desviar alimentos enviados, o que o grupo nega.

Polícia da França prende 2 suspeitos de roubo de joias do Louvre

André Fontenelle

PARIS Dois suspeitos do roubo das joias da coroa do Museu do Louvre foram presos em uma operação da polícia francesa na noite deste sábado (25). Eles seriam do departamento de Seine-Saint-Denis, na periferia de Paris, e teriam aproximadamente 30 anos. Ambos teriam antecedentes criminais de arrombamento. Um deles foi preso no aeroporto Charles de Gaulle, o principal de Paris, por volta das 22h locais (17h em Brasília), preparando-se para embarcar em um voo para a Argélia. O segundo suspeito estaria tentando fugir para o Mali, segundo a revista Paris Match. Não foi informado o local onde ele foi preso. Citando pessoas informadas sobre o andamento da investigação, o jornal londrino The Telegraph afirmou no sábado (25) que funcionários do Louvre podem estar envolvidos no crime. Já o Le Monde disse que um dos detidos seria franco-argelino e o outro, francês. Os detidos foram levados para a sede da Direção da Polícia Judicial, no 17º distrito da capital francesa. A polícia não divulgou as identidades. De acordo com a imprensa francesa, as joias não foram encontradas com os suspeitos. A polícia não deu mais informações sobre o possível paradeiro das peças. A rádio RTL afirmou que as demais joias valiosas da Galeria de Apolo foram transferidas para um cofre do Banco da França, o banco central francês. Pela rede social X, o ministro do Interior (responsável pela segurança pública), Laurent Nuñez —que até um mês atrás era o chefe da polícia de Paris—, parabenizou os investigadores, mas pediu que a busca continue em sigilo. Até sábado à noite havia poucas informações sobre a caçada aos suspeitos. A procuradora responsável pelo inquérito, Laure Beccau, havia revelado que cerca de 150 traços de DNA e impressões digitais haviam sido encontrados na cena do crime. Segundo a polícia, essas amostras foram decisivas para a localização dos suspeitos. O roubo do Louvre ocorreu na manhã do domingo passado (19) e foi cometido por quatro homens, em uma ação que durou apenas oito minutos. Eles usaram uma camionete com uma plataforma de elevação, quebraram duas vitrines, levaram nove joias (deixaram cair uma delas, a coroa da imperatriz Eugênia) e fugiram em duas scooters. As joias foram avaliadas em € 88 milhões (cerca de R\$ 550 milhões).

Educação ainda busca recursos para comprar livros didáticos para 2026

MEC minimiza falta de verba, diz negociar orçamento e promete entrega de material em braile; associações afirmam que atraso pode impedir produção para o começo do ano letivo

Mateus Vargas

BRASÍLIA O Ministério da Educação ainda busca recursos para garantir a entrega completa dos livros didáticos previstos para o próximo ano.

Discussões internas do governo Lula (PT) mostram que a pasta tenta ao menos desde o fim de agosto elevar a verba do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) para R\$ 3,7 bilhões — o orçamento atual é de R\$ 2,3 bilhões.

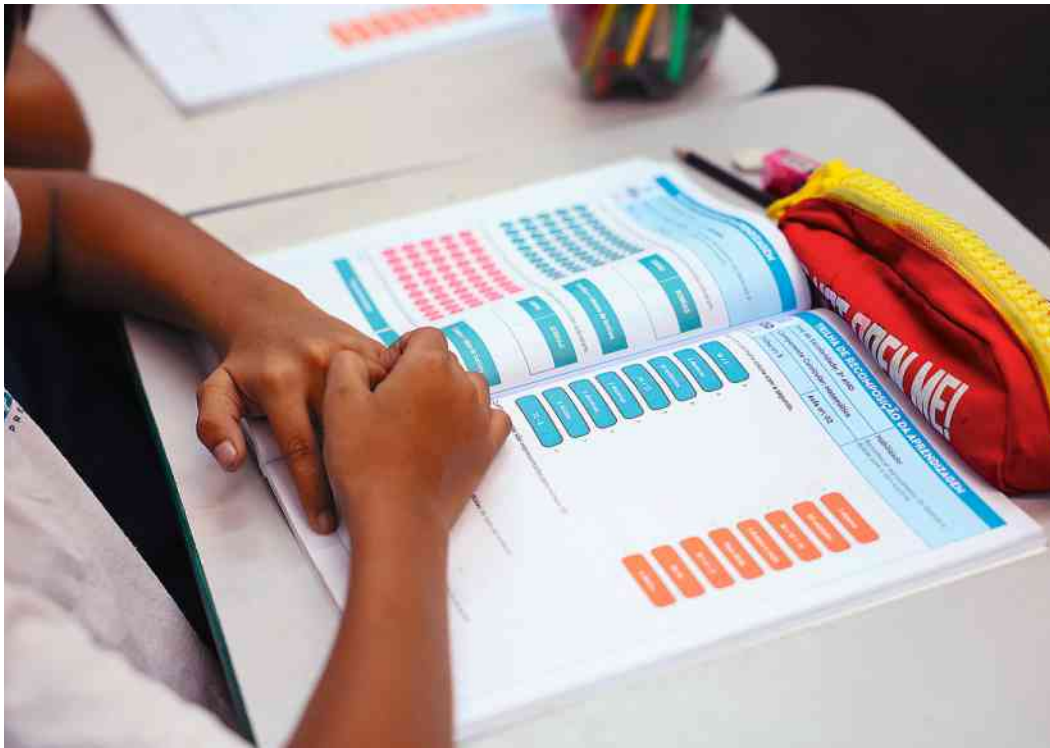
Além disso, o MEC tem pedido à equipe econômica aumento do limite de recursos que pode movimentar nas próximas semanas, dentro da verba já garantida no Orçamento. A pasta do ministro Camilo Santana reconhece que pode atrasar ou até deixar de entregar parte dos livros didáticos, se não destravar os recursos.

Esse cenário de compras atrasadas e a perspectiva de se tornar inviável a entrega do material foram revelados pela **Folha** em julho, mostrando que o MEC só havia comprado livros de português e matemática para o ensino básico em 2026. A compra escalonada foi a estratégia encontrada para contornar o aperto financeiro.

Em agosto, quando o TCU (Tribunal de Contas da União) aceitou representação para investigar possíveis erros na aquisição, a pasta ainda prometia a compra integral das obras.

Associações que representam a indústria dos materiais didáticos não só afirmam que as compras continuam atrasadas como apontam risco de o governo não entregar materiais em braile.

Em nota à reportagem, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvi-



Aluno do Centro Integrado de Educação Pública do Catete, no Rio Tomaz Silva - 4.jun.25/Agência Brasil

mento da Educação) minimiza a falta de recursos e diz que garantirá o material para estudantes cegos e com baixa visão.

“Em função dos ajustes orçamentários previstos pelo novo arcabouço fiscal, o FNDE tem atuado junto aos órgãos competentes para suplementar o orçamento do Programa”, afirma o fundo, que é o responsável por executar as compras do ministério.

Os títulos escolhidos em cada edital do PNLD são usados por quatro anos nas escolas. Todos os anos são feitas compras para o começo do ano letivo, além de aquisições de reposição.

Em nota, a Abrelivros (Associação Brasileira de Livros e Conte-

údos Educacionais) diz que, segundo o FNDE, não serão feitas reposições em 2025 de materiais de diversas disciplinas dos anos finais do ensino fundamental, como ciências, geografia e história.

As negociações sobre o material de 2026 para o ensino médio começaram com atraso, no fim de outubro, e ainda não há confirmação de que está disponível o recurso para compra do conjunto, ainda segundo a entidade.

Em agosto, ao pedir o aporte à equipe econômica, o FNDE disse que a verba disponível tornaria “inviável executar algumas ações” do programa de entrega de livros. Citou risco de “insuficiência, ou mesmo ausência,

R\$ 3,7 bilhões

é o valor demandado pelo Ministério da Educação à equipe econômica do governo Lula para fazer frente às despesas com livros didáticos para o ano letivo de 2026

de livros didáticos e demais materiais” para os estudantes, “representando descontinuidade de política pública com 87 anos de participação ativa na garantia do direito à educação”

Disse ainda que são desiguais as condições de acesso e permanência dos estudantes e que os materiais didáticos são ferramenta mínima para o desenvolvimento.

Dos cerca de R\$ 2,3 bilhões disponíveis para compra do material didático, o governo empenhou R\$ 1,3 bilhão e pagou R\$ 376 milhões. O MEC pede que a verba reservada suba a R\$ 3,7 bilhões e cita que apenas a compra de obras didáticas para o ensino médio custaria cerca de R\$ 1,4 bilhão.

Em ofício de 17 de outubro, o FNDE repetiu que a cadeia de produção e distribuição dos materiais é complexa e qualquer atraso orçamentário “compromete, também, a entrega nacional dos exemplares em tempo hábil para utilização pelos alunos”. O documento foi entregue na quinta (23) pelo MEC à Fazenda.

Em nota, a Abridef (Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva) alerta que obras em braile podem não ser entregues a tempo do início do ano letivo de 2026, mesmo se o edital de compra for lançado agora.

“O tempo técnico necessário não existe mais”, diz Rodrigo Rosso, presidente da associação. Segundo a mesma entidade, a produção desse material leva de seis a nove meses para ser concluída.

O FNDE afirma que garantirá o acesso de estudantes cegos e com baixa visão aos livros didáticos. “Há contrato vigente com saldo de recursos a serem utilizados e está prevista a publicação de edital específico para contratação de empresas especializadas na transcrição e impressão das obras”, diz a entidade.

A Abridef argumenta que esse “saldo” citado pelo FNDE refere-se a uma parcela da compra de reposição prevista para 2024, cobrindo apenas 500 alunos, e que não se aplica ao ciclo de 2026.

Gestão Tarcísio restringe aulas a quem tirou licença-maternidade e recua

Isabela Palhares

SÃO PAULO O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) publicou novas regras para o processo de atribuição de aulas para 2026 e estabeleceu restrições para professores que não tiveram ao menos 90% de frequência neste ano.

A resolução, assinada pelo secretário da Educação, Renato Feder, diz que não serão considerados para cômputo de presença qualquer tipo de licença. Ou seja, professores com licença médica serão penalizados e terão menos opções e prioridade na distribuição das aulas.

Pelo texto, docentes que não tiverem atingido esse mínimo de frequência não podem pedir ampliação de jornada e devem ficar com carga horária mínima de 20 horas semanais. Também não podem dar aulas em escolas do PEI (Programa de Tempo Integral), em que a remuneração é melhor.

A regra penalizaria, por exemplo, professoras que tenham tirado licença-maternidade.

“Desprezando-se todo e qualquer tipo de ausência e afastamento ou licença, exceto os dias de convocação docente para orientação técnica e para acompanhamento de estudantes nos jogos escolares e em competições e/ou premiações oficiais de caráter científico, de âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional, devidamente reconhecidos por esta Seduc”, diz resolução publicada no Diário Oficial do Estado.

Procurada pela **Folha**, a Secretaria da Educação declarou inicialmente em nota que a atualização anual dos critérios para atribuição de aulas é uma prática prevista pela pasta, visando o contínuo aprimoramento do processo educacional e sempre baseada em evidências pedagógicas.

“A medida contempla o com-

promisso com o cumprimento da legislação vigente e das decisões judiciais relacionadas ao tema”, diz. A pasta chegou a declarar que as novas regras foram “construídas em diálogo com a categoria e refletem o devido respeito aos direitos dos professores”. Mas, após a publicação da reportagem, na última sexta-feira (24), a secretaria recuou e disse que houve “erro administrativo” na inclusão da licença-maternidade na regra.

“Por um erro administrativo, a resolução sobre atribuição de aulas será corrigida para assegurar que professoras em licença-maternidade possam realizar a atribuição normalmente. A nova versão será publicada até segunda-feira (27)”, disse a pasta, em nota.

A secretaria disse que as novas regras ainda estabelecem restrições para professores que não tiveram ao menos 90% de frequência neste ano. E que essa frequên-

+
Sindicato diz que vai recorrer de regras na Justiça

A deputada estadual Maria Izabel Noronha (PT-SP), segunda presidente da Apeoesp (principal sindicato da categoria), disse que a entidade também vai ingressar com ação judicial contra as regras. Para ela, a resolução cria “barreira inaceitável” para ampliação de jornada dos professores e o credenciamento para atuar no programa de escolas integrais.

Disse ainda que a regra “restringe direitos fundamentais e ignora a proteção à saúde e maternidade”.

cia mínima para ampliação da jornada e atuação nas escolas do PEI já existia.

Os sindicatos da categoria estudam recorrer à Justiça para barrar essas regras. Recentemente, o governo Tarcísio foi obrigado por decisão liminar a recompor a carga horária de professores que foram punidos nos últimos meses por terem tirado licença médica.

O juiz reconheceu que os professores não podem ser punidos por afastamentos e licenças médicas para tratamento de saúde.

Ana Carolina Soares, advogada do CPP (Centro do Professorado Paulista), disse que vai entrar com uma ação contra a regra por entender ser ilegal a punição de professores que se ausentaram por motivos de saúde. A avaliação é a de que o governo está infringindo leis trabalhistas, que asseguram o direito do trabalhador de se afastar por motivos médicos.



Estudantes fazem a prova da primeira fase do vestibular da Unicamp em Campinas Divulgação Comvest/Unicamp

1ª fase da Unicamp tem menor abstenção em 15 anos e aborda ‘Ainda Estou Aqui’ e memes

Vestibular realizado neste domingo (26) atraiu 57,7 mil candidatos; professores destacam cobrança de leitura crítica e muito cálculo

★★★
FOLHA ESTUDANTES

Lucas Leite e Gustavo Gonçalves

SÃO PAULO E FORTALEZA A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) aplicou neste domingo (26) a primeira fase do vestibular. O processo seletivo registrou uma abstenção de apenas 6,4% dos inscritos, a menor em 15 anos, de acordo com a instituição. Além disso, a prova foi marcada também por questões com temas culturais e até memes.

A prova, realizada no período da manhã, teve a presença de 57,7 mil candidatos que fizeram o vestibular em 31 cidades do estado de São Paulo e em outras seis capitais. Segundo o professor José Alves de Freitas Neto, diretor da Comvest, que organiza o vestibular, o a abstenção menor reforça o sucesso da mudança de horário adotada pela instituição.

“O horário da prova no período da manhã é algo exitoso, não foi apenas do ano passado. Isso é um dado muito relevante do ponto de vista da adesão e da participação dos candidatos”, afirma Freitas Neto.

O nível de dificuldades da prova variou de acordo com a área de conhecimento, com questões que mesclaram atualidade e referências históricas. Entre os temas abordados, apareceram no filme “Ainda Estou Aqui”, estrelado por Fernanda Torres, e memes com a personagem Nazaré Tedesco, da novela “Senhora do Destino”.

Na área de ciências humanas, os candidatos tiveram uma ques-

tão sobre a estilista Zuzu Angel e sua resistência à ditadura militar por meio da moda. A prova também incluiu a canção “Alvorada”, de Cartola, uma das obras presentes na lista obrigatória do vestibular.

Freitas Neto, diretor da Comvest, afirma que a prova buscou equilibrar o que é ensinado no ensino médio, as expectativas da universidade e o repertório dos estudantes. “Essa é uma prova que se diferencia por respeito ao repertório dos estudantes, seja por memes, leituras de imagens, gráficos ou tabelas.”

Em transmissão ao vivo no site da Folha, o professor de português Tom Dantas, do grupo educacional Farias Brito, afirmou que a prova da Unicamp evidencia, por meio da escolha dos textos, da abordagem das questões e do nível de raciocínio exigido, uma valorização do estudante que é leitor crítico e assíduo.

Segundo ele, o exame apresentou uma ampla diversidade textual, além de textos contemporâneos ligados à internet e produções jornalísticas.

“É uma prova que exige domínio da sintaxe. O estudante precisa compreender orações subordinadas substantivas, adverbiais, adjetivas, coordenadas e ter um conhecimento completo da estrutura da língua”, explica Dantas.

Ainda na área de linguagens, o professor de inglês Ademarcia destacou que a prova se diferencia por promover uma conexão direta com o contemporâneo. Segundo ele, o exame propõe uma leitura mais ampla, que estimula o estudante a dia-

logar com temas atuais. Um dos exemplos foi a presença de questões relacionadas ao filme “Ainda Estou Aqui”.

“Trata-se de um assunto recente, que muitos já conhecem por meio do cinema e das conversas do dia a dia. Isso traz tranquilidade nas primeiras questões.”

Na área de ciência da natureza, muitos candidatos relataram nas redes sociais ter encontrado dificuldades nas questões de química da prova. De acordo com o professor de química Roberto Ricelly, 2 dos 7 itens apresentaram uma quantidade excessiva de cálculos, o que aumentou o nível de exigência para os estudantes.

“Embora os estudantes bem preparados consigam lidar com as operações, o volume de contas acabou sendo um pouquinho além da conta”, afirma Ricelly sobre as questões.

A lista de aprovados para a segunda fase do vestibular será divulgada no dia 24 de novembro e as provas ocorrem em 30 de novembro e 1º de dezembro.



Confira comentários de professores e gabarito extraoficial da prova

Apoio



MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

ADALBERTO GERCINO DA SILVA (1954 - 2025)

Ajudou doentes e animou folias no agreste de PE

Pelé do Gesso era um dos mestres do Boi Tira-Teima e fazia o personagem Mateus

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Quem viu o centenário Boi Tira-Teima se apresentar em Caruaru (PE) nas últimas décadas certamente notou a presença de Mestre Pelé do Gesso. Por muitos anos, deu vida a Mateus, uma das figuras centrais na narrativa do folgado popular. E era dele a função de guiar as evoluções da folia.

Pelé herdou do pai, o Mestre Gercino, dar vida a Mateus. “Meu pai era um Mateus muito autêntico e Pelé copiou isso dele, fazia com muita desenvoltura como se fosse um toureiro, guiando o boi. Sempre fez com muito amor e destreza. Era contagiante”, diz o irmão Roberto Gercino, presidente da agremiação.

Adalberto Gercino da Silva nasceu no dia 13 de dezembro de 1954, no Sítio Preguiça, zona rural de Caruaru. Era o mais velho dos muitos filhos de Gercino com Lindaura Severina — nasceram 22. Foram criados desde cedo dentro da brincadeira do boi-bumbá.

Na dura realidade da época, trabalhou desde criança. Por volta dos 5 anos, ajudava em roças de feijão e produção de farinha. Depois, acompanhava o pai no corte de cana-de-açúcar em engenhos da região e ajudava no descarregamento de caminhões de marmelos e cimentos na estação ferroviária da cidade.

Aos 16 anos, conseguiu um emprego no Hospital São Sebastião. Na época, era uma vaga chamada de “amostra grátis”, similar aos estágios. Engajado, Adalberto acabou contratado e fez carreira na saúde.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE
Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156
Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. WhatsApp (11) 99646-9069.
Seg. a sex.: 10h às 19h.

Mesmo sem formação acadêmica — estudou até o ensino médio —, passou por várias unidades de saúde e se tornou referência na função. Atuava na área ortopédica aplicando gesso e colocando ossos deslocados no lugar.

Foi nas partidas de futebol de enfermeiros contra médicos que recebeu o apelido. “Na turma, ele era o mais preteito que tinha, então colocaram o nome de Pelé. Mas, veja que ele era o Pelé do gesso, mas da bola era ruim demais”, diz o irmão, aos risos.

O que faltava nos dribles sobrava nas danças. Era conhecido por ser divertido e participar dos “assustados”, grupo de amigos que tinham o hábito de fazer festas surpresas. Chegavam na casa das pessoas com radiola, discos e bebidas. Pelé era eclético, gostava de dançar do rock ao pagode até o brega.

Na vida, precisou de uma cirurgia de hérnia de disco, fazia hemodiálise e sofreu um AVC (acidente vascular cerebral). Deixou de interpretar o Mateus, mas seguia o grupo com instrumentos musicais.

Após uma parada cardíaca, foi internado em Caruaru. Com o agravamento, foi transferido para Recife, onde morreu no dia 10 de setembro, aos 70 anos.

Deixou a mulher, Lúcia, e os filhos Júnior, Diogo, Davison, Juliana, Rosimare e Ronaldo.

Sua memória fica eternizada no curta-metragem documental “O Carnaval é de Pelé”, de 2024.



@casadascaiporas no Instagram

cotidiano

O STJ tem mais o que fazer

Com mais Chicos Xavier metade dos julgamentos se resolveria sozinha

Becky S. Korich

Advogada, escritora e dramaturga, é autora de 'Caos e Amor'

Algumas decisões judiciais parecem vir do além. Mas não é todo dia que um morto vem de outras esferas para testemunhar a sua própria morte.

Semana passada, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça enfrentou uma questão de suma importância para o direito brasileiro. A discussão ‘sub judice’ era se o ‘de cujus’ poderia, ‘post mortem’, ser testemunha do próprio crime, comunicando-se per ‘medium scriptum’. Em bom português: decidir se um espírito pode ser testemunha em processo-crime.

O caso envolve um homem denunciado por três homicídios em Mato Grosso do Sul. Na investigação, uma testemunha afirmou ter atuado como médium e psicografado mensagens enviadas pela vítima fatal.

O Ministério Público achou a carta psicografada convincente, afinal não é sempre que um morto colabora com a investigação de seu próprio assassinato.

A defesa, menos espiritualizada, contestou a prova. Mas o meritíssimo recebeu o documento como válido para compor o conjunto probatório. O Tribunal de Justiça local não arredou pé e confirmou a brilhante decisão de primeiro grau.

Por analogia, poderíamos estender o rol probatório para outras ciências, ocultas ou não. O mapa astral do acusado, por exemplo, poderia ser prova pericial contundente (atenção: Júpiter em Escorpião costuma ser mau presságio para quem tenta provar inocência). Até borras de café: se revelam traições, por que não revelariam indícios para esclarecer homicídios?

Talvez fosse caso de atualizar o currículo das faculdades de direito para incluir Esoterismo Jurídico Aplicado, Tarô Constitucional, Astrologia Forense e Leitura de Mãos Processuais.

A verdade é que, se existissem vários Chicos Xavier, com poderes tão reais quanto sobrenaturais, metade dos julgamentos se resolveria sozinha. A alma da vítima reconstituiria os fatos e pronto: restaria ao juiz —ou à inteligência artificial— apenas formalizar a sentença com base nos fatos revelados do outro plano. Além da celeridade, seria o fim dos erros judiciais. Porque uma coisa é certa: mortos não mentem.

O único problema é o contraditório. Como interrogar um espírito sob juramento? Uma alternativa seria conduzir audiências em sessões mediúnicas: o juiz em torno da mesa girante, incenso na sala e caudícos treinados para entrar em transe para captar vibrações ectoplasmáticas do morto, ao vivo.

O STJ, no entanto, decidiu impor limite à criatividade probatória e (pasmê!) reconheceu a inadmissibilidade da psicografia como prova. O processo volta agora para o mundo dos vivos. Em suma: temos que ter fé na Justiça, mas ela não pode se mover pela fé.

O surrealismo não para aí. De tempos em tempos, o Judiciário se transforma num laboratório de possibilidades jurídicas e os tribunais se veem obrigados a conceder a causas bizarras o mesmo zelo reservado a teses constitucionais. Como o caso do casal que levou até as últimas instâncias a disputa pela guarda de um papagaio ou o da funcionária que recebeu indenização por danos morais porque o chefe fumava maconha no expediente.

Mais espantoso do que ouvir vozes do além, foi o caso do homem que impetrou habeas corpus para voltar a morar com a ex-esposa. Perto disso, o testemunho do morto soa mais verossímil. Aguardemos se algum recurso ainda virá da instância superior.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues SEX. Tati Bernardi
SÁB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

Aliança LGB rompe com sigla TQIA+ por lésbicas, gays e bi e contra identidade de gênero

Movimento criado no Reino Unido defende conceito de sexo biológico e nega transfobia; grupo tem 50 membros no Brasil e busca expansão

Bruno Lucca

SÃO PAULO A sigla LGBTQIA+ está com os dias contados. Ao menos isso é o que afirma uma dissidência formada por lésbicas, gays e bissexuais: a Aliança LGB.

O movimento defende, sobretudo, a busca por direitos baseada na orientação sexual e no sexo biológico, deixando de lado pautas sobre identidade de gênero. Isso significa, explicam, a separação do “T” —de transexuais— em diante.

Fundada em 2019, no Reino Unido, a Aliança LGB lançou seu manifesto internacional no último mês de setembro. Deu certo, e o chamado já chegou a outros 17 países, incluindo o Brasil. Aqui, conta com 50 membros. Em entrevista à *Folha*, o grupo explica sua atuação e relata seus planos.

A discordância entre a Aliança LGB e o movimento LGBTQIA+ tem origem na semântica de uma palavra: gênero.

Para o grupo de lésbicas, gays e bissexuais, o gênero é uma construção social cujo marcador principal é o sexo de nascimento. Essa argumentação vai contra o pensamento da comunidade trans, que vê o gênero como identidade e acredita que ele pode ou não ter relação com o sexo biológico.

De acordo com a aliança, a segunda teoria afeta diretamente a existência homo e bissexual. “Ignorar a realidade biológica e a existência do sexo é também negar a existência da atração sexual por pessoas do mesmo sexo”, defendem.

O embate entre a Aliança LGB e a comunidade trans não se resume ao campo das palavras. Os dissidentes se opõem a temas sensíveis para aqueles inconformados com seu gênero de nascimento, como a transição de sexo na menoridade.

Quando conversou com a reportagem, na semana passada, o grupo relatou uma tentativa de integrar, como parte interessada, a ação no STF (Supremo Tribunal Federal) julgando a constitucionalidade da resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) que veta procedimentos transexualizantes em crianças e adolescentes.

Não deu tempo. Na última quarta-feira (22), o plenário decidiu pela manutenção da norma.

A escolha por militar contra pautas trans rendeu à Aliança LGB acusações de ser preconceituosa e ter envolvimento com a extrema direita. Seus membros rechaçam tudo isso. “Discordar de políticas e ideologias não é o mesmo que discriminar pessoas”, afirmam. “Nosso compromisso é com a realidade materi-



Multidão participa da 29ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+ na avenida Paulista, na região central de São Paulo Bruno Santos - 22.jun.25/Folhapress

al, a ciência e os direitos humanos universais.”

O grupo declara defender um movimento suprapartidário, no qual as pautas de lésbicas, gays e bissexuais sejam ouvidas sem interferência ideológica. Seus membros dizem não serem financiados por ninguém e abertos ao diálogo com todos os lados.

Eles explicam que suas críticas não são contra as pessoas trans, mas contra a ideologia de gênero e as políticas públicas que, no entendimento deles, devem ser baseadas em evidências científicas, “principalmente quando envolvem crianças e adolescentes em procedimentos irreversíveis”.

Para os próximos anos, o movimento quer atuar em duas frentes: pela preservação do conceito de sexo biológico em documentos e estatísticas para políticas públicas e para garantir que o casamento homoafetivo não seja ameaçado por mudanças na jurisprudência do STF.

50

é o número de membros no Brasil ligados à Aliança LGB

17

é o número de países onde a Aliança já está presente, desde que foi fundada, em 2019, no Reino Unido

“Queremos um projeto de lei que assegure a manutenção do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a contagem precisa dos crimes cometidos, sem distorções que ocorrem quando gênero e sexo são tratados como sinônimos”, explicam.

Além disso, a Aliança LGB defende a retomada das discussões centradas em gays, lésbicas e bissexuais, que, segundo eles, foram absorvidas pelas teorias de gênero, perdendo relevância no debate público.

“A luta pelo movimento LGBTQIA+ só será completa quando for por todas as pessoas, incluindo travestis e pessoas trans. A separação proposta pela aliança não visa enfraquecer o movimento, mas sim garantir um espaço para que a realidade dos LGBs seja respeitada sem imposições externas”, afirmam.

Os debates propostos pela união de homo e bissexuais geraram forte repercussão dentro do movimento LGBTQIA+. Organizações como o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ e a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) criticaram a separação proposta pelo grupo.

O Fórum defende que a diversidade sexual e de gênero deve ser tratada conjuntamente e que a fragmentação das pautas enfraquece o movimento todo.

Já a Antra, em um manifesto, defendeu que a luta pelo movimento LGBTQIA+ só será completa “se for por todas as pessoas”, incluindo travestis e pessoas trans.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ELIDILEI DE OLIVEIRA MARTINS, leiloeiro oficial, inscrito na JUCESP nº 1409, com escritório à Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - 12º andar | Torre 4 - Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP: 04543-900, autorizado pelo(a) **Credor(a) Fiduciário(a)**: Cooperativa de Crédito Poupal e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - **SICREDI Centro Oeste Paulista**, CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1153, Centro, Marília/SP, por Instrumento Particular de Contrato de Limite de Crédito com Pacto de Alienação Fiduciária, emitido em 28/02/2024, na qual figura(m) como **Devedor(es) Fiduciante(s)**: **NOELI DE FATIMA CASARINE**, portadora do CPF nº 20.463.428-27, casada com **EDSON DA SILVA**, portador do CPF nº 08.340.322-48 e como **Devedora Solidária**: **NOELI DE FATIMA CASARINE-ME**, empresa inscrita no CNPJ nº 18.942.620/0001-05, **promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário**, de modo somente On-line, do(s) imóvel(is) abaixo descrito(s), nas datas, hora e local infraditados, dentro dos parâmetros e na forma da lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.tabaleiloes.com.br. Descrição do(s) imóvel(is): **PREDIO COMERCIAL**, e seu respectivo terreno (Lote 09 - Quadra 11), situado na Alameda Alemanha, nº 664, Jardim das Palmeiras, Dracena/SP - CEP: 17900-000. **Área(s)**: 201,28 m2 de área construída e 281,25 de área de terreno. **Matrícula(s) nº: 13.388** do Cartório de Registro de Imóveis de Dracena/SP. **1º Leilão: 10/01/2025, às 10:00h.** **2º Leilão: 11/11/2025, às 10:00h.** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2.º da art. 27 da lei 9.514/97, incluindo pela lei 13.465 de 11/07/2017, a todos os interessados em leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por email, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel objeto entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º e 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos m e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2.º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. Para as demais condições para participação e informações sobre o Leilão, favor consultar o Edital completo, no site www.tabaleiloes.com.br ou ligue (11) 3249-4680.



PATROCÍNIO:

ambipar®



APOIO:



A epidemiologista e professora da Universidade Federal do Espírito Santo Ethel Maciel Pedro Ladeira - 3.mar.23/Folhapress

Brasil tem plano inédito para adaptar a saúde às mudanças climáticas

Texto que irá à COP30 prevê novos protocolos para calor extremo; proposta envolve revisão de currículos médicos

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O Brasil vai apresentar na COP30, a conferência de clima da ONU (Organização das Nações Unidas), em Belém, um plano inédito de adaptação do setor de saúde às mudanças climáticas. Entre as medidas previstas, está a reorganização da rotina das unidades de saúde e hospitais em períodos de calor extremo.

Estão em estudo novos horários de atendimento, escalas de descanso e protocolos clínicos para ajustar medicamentos ao aumento das temperaturas.

“Se as ondas de calor se tornarem mais constantes, os serviços terão de mudar. Não dá para manter o mesmo horário de atendimento se sair à rua entre meio-dia e quatro da tarde se tornar arriscado para a população”, diz a epidemiologista Ethel Maciel, 56, enviada especial do Brasil para a conferência e ex-secretária de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a crise climática responderá por cerca de 250 mil mortes anuais de 2030 a 2050 por desnutrição, malária, diarreia e estresse térmico. Estima-se que os serviços de saúde arcam com custos de US\$ 2 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano para responder aos desafios.

O projeto Plano de Ação para a Saúde de Belém, elaborado em parceria com a OMS, visa mobili-

zar a comunidade global em prol da construção de sistemas de saúde resilientes ao clima e ambientalmente sustentáveis.

Se estrutura em três eixos centrais: fortalecimento da vigilância e monitoramento, preparação dos serviços e dos profissionais, e estímulo à inovação sustentável na cadeia produtiva da saúde.

O primeiro eixo trata da criação de uma vigilância climática e sanitária integrada, capaz de cruzar dados da saúde e do meio ambiente, para que estados e municípios possam identificar com antecedência riscos, como ondas de calor, aumento da poluição, mudanças na qualidade da água e proliferação de doenças zoonóticas.

“Até o ano passado, o Brasil não tinha um painel que relacionasse poluição do ar e indicadores de saúde. Agora temos, e isso muda tudo, porque informação é o ponto de partida para criar políticas públicas eficazes”, diz Ethel, também professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo.

A integração dos dados ambientais e de saúde é estratégica diante de episódios recentes, como o das enchentes no Rio Grande do Sul e as queimadas no pantanal.

A ideia é que, com base nesses alertas, sejam criados protocolos de resposta rápida, por exemplo, suspensão temporária de atividades ao ar livre quando os níveis de material particulado ultrapassarem limites seguros, como já ocorre em cidades europeias.



Belém será laboratório de testes do novo projeto

O Adapta-SUS pretende incorporar as ações de adaptação ao orçamento dos estados e municípios. Hoje, essa rubrica não existe.

A própria COP30 em Belém está servindo de teste prático para as ações de preparação, segundo ela. O Ministério da Saúde instalou ali um centro de emergências sanitárias e está conduzindo simulações de resposta a surtos e emergências, aproveitando eventos como o Círio de Nazaré para testar protocolos.

O Ministério Público Federal já acendeu o alerta para a possibilidade de um colapso na rede de saúde de Belém durante a COP30, quando é estimada chegada de cerca de 50 mil visitantes. Profissionais de diversos estados foram escalados para reforçar o atendimento durante a conferência.

O segundo eixo aborda a preparação dos serviços de saúde para enfrentar condições ambientais extremas. Além de garantir estrutura física adequada, será preciso treinar equipes para lidar com emergências ligadas ao calor, às queimadas e às inundações.

Segundo Ethel, o Brasil ainda é incipiente na formação de profissionais para enfrentar esses desafios. “Nossos currículos de medicina e enfermagem quase não abordam o tema das mudanças climáticas. Só em 2024 o Ministério da Saúde publicou o primeiro protocolo sobre clima e saúde.”

Algumas doenças já apresentam mudança no perfil, como o vírus oropouche, que se concentra na região amazônica e se espalhou pelo Brasil. E da dengue, que atinge hoje países que não tinham registro da doença.

O Rio de Janeiro desenvolveu o primeiro protocolo municipal de resposta ao calor após a morte de uma jovem em um show da cantora Taylor Swift em 2023, modelo que já inspira outras cidades.

Com base nesse sistema, que integra dados climáticos e da saúde, é possível prever que temperaturas acima de 40°C aumentam os atendimentos em unidades de saúde, assim como níveis mais elevados de poluição do ar.

O terceiro eixo propõe repensar a cadeia produtiva do setor, um dos três mais poluentes do mundo. “A saúde usa muito plástico, gera resíduos e consome energia intensamente. Precisamos rever processos industriais e incentivar o uso de energias renováveis”, afirma Ethel.

O Brasil, diz ela, tem condições de liderar essa transição. “Se as novas plantas industriais já nascerem com menor pegada de carbono, o impacto será enorme.”

Entre as medidas estudadas estão o desenvolvimento de medicamentos e imunobiológicos mais estáveis, capazes de resistir a variações de temperatura, e a revisão de embalagens plásticas e materiais descartáveis.

Barco da Marinha não pode hospedar Lula e equipe refaz planejamento

Raquel Lopes

BRASÍLIA O Palácio do Planalto informou que precisará refazer o planejamento de acomodação para o presidente Lula (PT) e sua comitiva na COP30, a conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, que acontece em Belém em novembro.

A decisão foi tomada após ser feita uma avaliação de que o barco da Marinha colocado à disposição do presidente não atende as especificações exigidas para hospedagem do mandatário.

A COP30 será realizada de 10 a 21 de novembro, mas antes, nos dias 6 e 7, ocorrerá na capital do Pará a cúpula climática dos chefes de Estado e de governo.

“Diante dessa opção, a Casa Civil buscou soluções que fossem adequadas para receber o presidente, cumprindo a legislação vigente, o que inclui segurança, preço e conforto, e não opções luxuosas”, divulgou o Palácio do Planalto, em nota.

A assessoria acrescentou ainda que o contrato com a empresa responsável pela hospedagem do presidente será assinado em breve.

A nota, entretanto, não esclareceu se esse contrato envolve uma nova embarcação ou um outro tipo de hospedagem.

A nota do Planalto havia sido enviada originalmente à revista Veja, depois de uma reportagem afirmar que o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) e o empresário Carlos Suarez teriam articulado o uso de um iate de luxo para hospedar Lula e a primeira-dama, Janja, durante a COP30.

O Planalto contestou a informação da revista e afirmou que “o empresário citado no texto ou suas acomodações e empresas não foram cogitados”.

Em meio à crise de hospedagem em Belém, o presidente Lula disse em outubro que pretendia dispensar um hotel e se hospedar numa embarcação.

A crise de hospedagem ocorre em razão de preços exorbitantes cobrados por hotéis e proprietários de imóveis disponíveis para locação. Em setembro, em visita a Belém, o ministro da Casa Civil da Presidência, Rui Costa (PT), disse que o governo acionaria na Justiça hotéis que cobram preços exorbitantes para hospedagem durante a COP30.

“Eu sei os problemas de Belém, os problemas de drenagem, da pobreza. Por que aceitamos o desafio de fazer a COP lá? É preciso mostrar ao mundo o que é a Amazônia, o que é o Pará. Não vai ser a COP do luxo. É a COP da verdade”, afirmou Lula.



Comunidade Bom Jesus da Ponta da Castanha, em Tefé (AM) Stéffane Azevedo/Folhapress

Crianças são as mais impactadas por mudanças climáticas na Amazônia

Comunidades no entorno de Tefé (AM) sofrem com problemas respiratórios e intestinais; eventos extremos de secas e enchentes afetam desenvolvimento infantil

Luana Lisboa

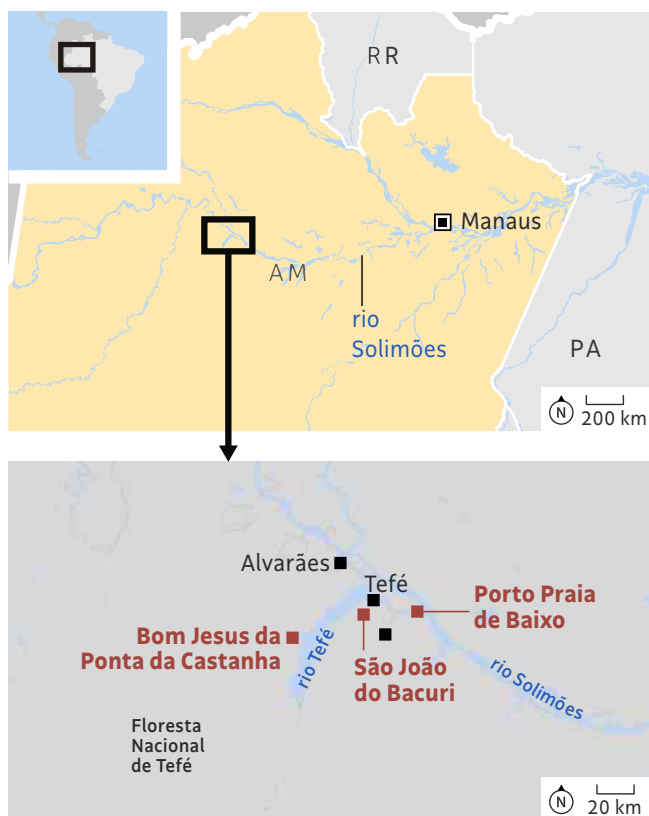
TEFÉ (AM) Na comunidade indígena de Porto Praia de Baixo, na região de Tefé (AM), o rio Solimões dita o ritmo da vida. O extenso corpo d'água viabiliza ir e vir, alimentação, sustentação e lazer das 116 famílias, que somam cerca de 400 adultos e 200 crianças.

É nessa região da cidade conhecida como o coração da Amazônia e a capital do Médio Solimões, que as pessoas sentem ao longo de todo o ano os impactos das mudanças climáticas, com efeito especial nas crianças, as que mais sofrem com ondas de calor e efeitos de inundações e de secas.

Os eventos têm piorado nos últimos anos, dizem Anilton Braz da Silva, 55, cacique da aldeia, da etnia Kokama, e Teresa Silva, 56, sua esposa. “Na época que a gente era adolescente, era estiagem normal. É isso que fico pensando, como mudou tudo, tanto a seca como a cheia”, diz Teresa.

A região viveu suas maiores secas em 2023 e 2024, quando Tefé e todos os 61 municípios do Amazonas entraram em estado de emergência. A água deu lugar à areia e lama. A comunidade ficou isolada, com dificuldade de vender o que plantam. A subsistência com venda de farinha de mandioca e banana foi prejudicada.

Até pegar peixe para comer foi difícil. Era preciso andar para ten-



“

Nós, indígenas, temos falado que não basta só pensar em uma Amazônia em pé, mas fazer com que nossos sábios tenham voz para ensinar para as gerações mais novas

Justino Rezende
antropólogo e pesquisador da Ufam

tar a pesca de madrugada. O calor não permitia a travessia de dia. A situação piorou com as queimadas da região na seca, quando moradores queimam vegetação para plantio. A fumaça turva a visão e traz problemas respiratórios.

Sofia Emanuelle, 2, desenvolveu bronquiolite com três meses. A mãe, Erica Gonçalves, 29, matriarca de seis filhos, passou mal várias vezes durante a gravidez da menina, em 2023, devido ao calor.

Sofia nasceu na seca de 2024. “As queimadas atrapalhavam, a gente via tudo branco quando acordava. A bronquiolite acho que teve a ver com isso porque a gente presenciava muito e ela era muito pequenininha”, relata.

Sintomas gastrointestinais também são comuns nas cheias. Se extremas, o rio invade as casas de palafita, traz doenças como disenterias, pelo contato com água suja, e isola as crianças nas casas, impedindo brincadeiras nos rios.

Na primeira infância, entre 0 e 6 anos, a fisiologia do corpo é diferente, diz Marcia Castro, professora de Demografia do Departamento de Saúde Global e População na universidade Harvard. Crianças inalam mais ar por quilo de peso corporal e absorvem mais poluentes em relação aos adultos enquanto seus pulmões estão em formação. É nessa fase que bebês e crianças mais se de-

envolvem e são profundamente impactados pelo ambiente, diz relatório do Núcleo Ciência pela Infância, feito por pesquisadores brasileiros, entre eles Castro.

O texto mostra que crianças nascidas em 2020 viverão mais desastres climáticos do que as de 1960: em média, duas vezes mais incêndios florestais, 2,6 vezes mais secas, 2,8 vezes mais inundações e 6,8 vezes mais ondas de calor. Os efeitos se agravam com fatores sociais e econômicos, como pobreza, racismo ambiental e falta de acesso a serviços básicos.

Em Tefé, a faixa de 1 a 4 anos foi a que teve mais atendimentos no período da seca em 2024, com 258 atendimentos entre setembro e dezembro daquele ano, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

A faixa de 5 a 9 anos teve 152 atendimentos de diarreia, tosse seca, coriza, dermatites, dor de cabeça, febre e gastroenterites.

Eventos extremos agravam a insegurança alimentar e o acesso à educação.

A Folha visitou ainda as comunidades de São João do Bacuri e Bom Jesus da Ponta da Castanha, na região do lago Tefé. Nas três, as aulas precisaram parar por um a dois meses durante a seca extrema porque os professores não conseguiam chegar pelos rios.

Em São João do Bacuri vivem 280 pessoas, das quais 68 crianças. É uma comunidade considerada polo, ou seja, moradores de outros locais no entorno se dirigem à Bacuri para o acesso a serviços básicos. Lá há três igrejas, uma escola e nenhum posto de saúde. Na última gestação da moradora Daisyane Oliveira, 36, ela precisou andar durante quase uma hora para chegar a uma canoa que a levaria a Tefé para ter o bebê. Durante a estiagem, a caminhada aconteceu durante o seu trabalho de parto, e ela só chegou ao hospital três horas depois.

Enquanto ainda se recuperava da cesárea, o recém-nascido teve problemas respiratórios devido às queimadas e ela teve de voltar à cidade para garantir atendimento.

Além do bebê, hoje com 1 ano, Daisyane tem outros seis filhos, entre eles um menino de 10 que teve as aulas interrompidas durante a seca. “Acho que a educação dele ficou prejudicada. Quando parou, as notas abaixaram. Ele ainda está aprendendo a ler, e já deveria saber”, analisa.

Diante da intensificação das crises causadas pela emergência climática, estudiosos apontam que as políticas públicas precisam adotar uma abordagem sensível às especificidades da primeira infância.

Para o pesquisador da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), o antropólogo Justino Rezende, como a estiagem extrema ainda é uma novidade para a região, é preciso pensar em como educar as novas gerações sobre o assunto.

“Nós, indígenas, temos falado que não basta só pensar em uma Amazônia em pé, mas fazer com que nossos sábios tenham voz para ensinar para as gerações mais novas”, diz.

A reportagem recebeu apoio do programa “Early Childhood Reporting Fellowship”, do Global Center for Journalism and Trauma



O tenista brasileiro João Fonseca exhibe o troféu conquistado neste domingo (26), no torneio da Basileia, na Suíça. Pierre Albouy/Reuters

João Fonseca conquista maior título de um brasileiro desde Gustavo Kuerten, em 2001

Tenista de 19 anos supera espanhol Alejandro Davidovich Fokina, 18º do mundo, em 2 sets no torneio da Basileia, e entrará no top 30

SÃO PAULO O tenista brasileiro João Fonseca venceu, neste domingo (26), o maior troféu de sua breve carreira até o momento, ao derrotar o espanhol Alejandro Davidovich Fokina no torneio da Basileia, por 2 sets a 0 (parciais de 6/3 e 6/4). É o seu segundo título no circuito profissional.

Sacando bem, com firmeza no fundo da quadra e aplicando com confiança a variedade de seus golpes, o carioca de 19 anos tornou-se o primeiro brasileiro a conquistar um troféu do nível ATP 500 desde a introdução dessa

nomenclatura, em 2009. Gustavo Kuerten foi o último a vencer em nível equivalente, no ATP International Series Gold de Stuttgart, em 2001.

A vitória também catapultou João ao top 30 do ranking mundial, da 46ª posição para a 28ª, segundo projeções —a lista oficial é atualizada às segundas-feiras. Ele havia terminado 2024 como 145º.

Com isso, ele se torna o sétimo brasileiro a atingir a marca, e tem o quinto melhor ranking de um brasileiro na história, atrás de

Kuerten, Thomaz Bellucci, Thomas Koch e Fernando Meligeni.

Diante de uma torcida animada —por várias vezes, ouviu-se o já tradicional grito “Jo-ã-ão! Fonseca!”—, na terra natal de seu ídolo Roger Federer, o brasileiro tinha a vantagem de chegar à partida com liberdade: seu adversário era mais velho (tem 26 anos), mais experiente, mais bem ranqueado (18º) e disputava a quarta final do ano.

Com essa leveza, João logo abriu vantagem ao quebrar o primeiro serviço do adversário,



É o próximo Djokovic, elogia adversário

João Fonseca será o próximo Novak Djokovic, afirmou Alejandro Davidovich Fokina neste domingo (26), logo após perder para o brasileiro na final do torneio ATP 500 da Basileia, na Suíça.

O espanhol de 26 anos, na cerimônia de entrega dos troféus, foi entusiástico em seus elogios.

“Quero parabenizar o João —cara, você jogou um tênis incrível hoje. Você é o cara do esporte, nosso futuro brilhante, com certeza. Vai ser o próximo Nole [apelido de Djokovic], vai derrotar Carlos [Alcaraz, atual número 1 do mundo] e Jannik [Sinner, número 2].”

e fechou a primeira parcial no próprio saque, em 6/3. No segundo set, manteve a intensidade e abriu 3 a 1. O espanhol ainda reagiu, mas João fechou a partida em 6/4, no seu ponto primeiro do campeonato.

Visto por muitos com entusiasmo e altas expectativas, o carioca de 19 anos vem galgando degraus no circuito mundial com cautela.

Em dezembro do ano passado, surpreendeu ao ganhar o Next Gen ATP Finals, torneio que reúne os oito melhores jogadores da temporada com 20 anos de idade ou menos, suscitando comparações com o espanhol Carlos Alcaraz, atual número 1 do mundo, e o italiano Jannik Sinner, número 2, que também venceram o torneio aos 18 anos, em 2021 e 2019, respectivamente.

Logo na sequência, emendou outra vitória, no Challenger de Camberra, inaugurando o ano com um troféu, e passou pelo qualificatório do Australian Open, caindo na segunda rodada da chave principal do primeiro Grand Slam do ano.

Torneios challenger são geralmente disputados por jovens em início de carreira no circuito profissional, em busca dos primeiros pontos para o ranking. Em seguida, há os torneios de nível ATP, divididos nas categorias 250, 500 e Masters 1000, relativas ao número de pontos distribuídos ao campeão.

No topo da hierarquia, estão os quatro Grand Slams —Australian Open, Roland Garros, Wimbledon e US Open—, que dão 2.000 pontos cada um ao vencedor.

Em fevereiro, mais um salto adiante. Após deixar para trás quatro argentinos (e um tcheco), levantou a taça do ATP 250 de Buenos Aires, tornando-se o mais jovem brasileiro campeão em um torneio da elite do circuito mundial.

Venceria mais um troféu, em março, no Challenger de Phoenix, nos EUA, chegando pela primeira vez ao top 60 do mundo, de onde não saiu mais desde junho. Alcançou a terceira rodada nos Masters 1000 de Madri e Cincinnati, e nos Grand Slams de Roland Garros e Wimbledon.

A partir desta segunda, João participa do Masters 1000 de Paris, o último do ano. Seu adversário na primeira rodada será o canadense Denis Shapovalov. A partida deve acontecer na terça (28).

Lando Norris vence GP do México e toma a liderança do Mundial de F1

Alan Baldwin

CIDADE DO MÉXICO | REUTERS Lando Norris conseguiu evitar o caos da largada e conquistou uma vitória dominante no Grande Prêmio da Cidade do México a partir da pole position, neste domingo (26). Com isso, tomou a liderança do campeonato de Fórmula 1 do companheiro de equipe da McLaren, Oscar Piastri, por um único ponto.

O australiano Piastri, que havia iniciado a corrida em sétimo lugar e 14 pontos à frente do britânico, terminou em quinto após um safety car virtual tardio negar

lhe a chance de disputar o quarto lugar, depois de uma perseguição emocionante.

Charles Leclerc ficou em segundo lugar pela Ferrari, 30,3 segundos atrás de Norris, enquanto o atual campeão da Red Bull, Max Verstappen, conquistou seu sexto pódio consecutivo em terceiro lugar após uma última volta de tirar o fôlego que o deixou apenas 0,7 s atrás do monegasco.

Norris agora tem 357 pontos contra 356 de Piastri, com Verstappen somando 321. O holandês mantém vivo o sonho da virada, ao encolher a vantagem das McLarens, que era de 104 pontos

no final de agosto.

“Que corrida. Eu só pude manter meus olhos focados e para frente e me concentrar no que eu estava fazendo”, disse Norris, que foi vaiado pela torcida local por motivos inexplicados. “Uma corrida bastante direta para mim, que é exatamente o que eu queria. Uma boa largada, um bom arranque, uma boa primeira volta e pude seguir a partir daí.”

O inglês Oliver Bearman, da Haas, ficou em quarto, no melhor resultado da carreira. Ele estava 1,1 s à frente de Piastri na bandeira quadriculada agitada pelo ex-campeão peso-pesado de bo-



Classificação final do GP do México

- 1. Lando Norris** McLaren
- 2. Charles Leclerc** Ferrari
- 3. Max Verstappen** Red Bull
- 4. Oliver Bearman** Haas
- 5. Oscar Piastri** McLaren
- 6. Kimi Antonelli** Mercedes
- 10. Gabriel Bortoleto** Sauber

xe Evander Holyfield.

Kimi Antonelli ficou em sexto pela Mercedes, com o companheiro de equipe George Russell em sétimo e Lewis Hamilton em oitavo pela Ferrari após uma penalidade de 10 segundos que o fez cair da terceira posição. Esteban Ocon ficou em nono pela Haas e o brasileiro Gabriel Bortoleto, da Sauber, conquistou o último ponto.

A Ferrari voltou ao segundo lugar, um ponto à frente da Mercedes, em um campeonato de construtores já vencido pela McLaren.

A próxima etapa do circuito será o GP do Brasil, em São Paulo, de 7 a 9 de novembro.

ESPORTE AO VIVO NBA (basquete)
22h30 Timberwolves x Nuggets, Disney+

esporte

Europeus tropeçam ao tentar copiar estratégia americana para internacionalizar ligas

Na última semana, Barcelona e Villarreal recuaram da ideia de partida em Miami, diante de críticas de Uefa, torcidas e adversários

Luciano Trindade

SÃO PAULO Antes da vitória por 2 a 1 do Real Madrid sobre o Barcelona, em casa no Bernabéu neste domingo (26), pela décima rodada do Campeonato Espanhol, as duas equipes travaram ao longo da última semana uma batalha nos bastidores. Ao fim da disputa, o clube catalão foi impedido de ir adiante com seu plano de disputar um jogo da liga nos arredores de Miami em 20 de dezembro.

A transferência do duelo entre Villarreal e Barcelona para a América do Norte, inédita na história da competição, era parte de um projeto de fortalecer a imagem das equipes envolvidas no mercado dos Estados Unidos. A LaLiga, organizadora do campeonato, via a oportunidade de se expandir em um local que recebeu neste ano a Copa do Mundo de Clubes e será em 2026 palco do Mundial de seleções.

Movimentos semelhantes são vistos frequentemente nas principais ligas dos Estados Unidos. A NFL (futebol americano), a NBA (basquete) e a MLB (beisebol) levam jogos para o exterior —o Brasil já recebeu dois confrontos da NFL e tem mais um confirmado. No ciclismo, a Volta da França da França, a Volta da Itália e a Volta da Espanha já começaram fora de seus respectivos países.

Em 2008, a Premier League ensaiou uma ação semelhante, com a realização de uma 39ª rodada do Campeonato Inglês fora do Reino Unido, em locais como Nova York, Hong Kong e Sydney. A proposta acabou engavetada após enfrentar forte rejeição da

Fifa (Federação Internacional de Futebol), da Uefa (União das Associações Europeias de Futebol), da FA (Football Association, da Inglaterra), da imprensa inglesa e dos torcedores locais.

O plano apresentado por Barcelona e Villarreal seguiu pelo mesmo caminho. Desde o último dia 8, quando o presidente de LaLiga, Javier Tebas, confirmou a realização do embate fora da Espanha, houve uma enxurrada de críticas.

Os ruídos vieram de todas as partes. A Fasfe, uma associação espanhola de torcedores, uniu-se a apoiadores dos dois times para declarar sua “oposição absoluta, total e firme” aos planos. Atletas de várias equipes protestaram e não disputaram a bola nos primeiros 15 de segundos de partidas da nona rodada do Espanhol.

O Real Madrid pediu à Fifa que impedisse a realização do jogo, argumentando que isso prejudicaria a “integridade” da competição. Segundo seus dirigentes, a eliminação do fator casa para um time em um único jogo poderia impactar o resultado final da liga.

De acordo com o site The Athletic, a equipe madrilena apresentou duas reclamações oficiais ao Conselho Superior de Esportes do governo espanhol (CSD, em espanhol), apontando que LaLiga não tinha o direito de levar um jogo nacional para o exterior e levantando a possibilidade da suspensão de Tebas. Segundo a publicação, esse foi o principal motivo para o recuo do dirigente.

Na quarta-feira (22), o presidente do CSD, José Manuel Rodríguez Uribes, colocou-se do lado do Real Madrid e disse: “Esta não

era a maneira de fazer as coisas”.

Capitães dos 20 clubes do Espanhol reclamaram que LaLiga tenha tomado decisões sem consultar os jogadores. As divergências criaram um cenário de instabilidade jurídica que levou o promotor da partida em Miami a desistir.

Barcelona e Villarreal, porém, não enterraram totalmente o projeto. Em nota, o time catalão lamentou “a oportunidade perdida de expandir a marca da competição em um mercado estratégico”.

LaLiga também disse que iniciativas assim são “essenciais para garantir o crescimento do futebol espanhol”, enquanto se esforça para acompanhar o ritmo da Premier League, cujos acordos de transmissão superam os de seus concorrentes na Europa.

Esse teria sido um dos argumentos de LaLiga pela liberação excepcional da Uefa para levar o jogo aos EUA. O cancelamento da viagem, no entanto, foi celebrado pelo presidente da entidade. “É uma vitória dos torcedores, dos jogadores e das tradições que tornam o futebol europeu especial”, disse Aleksander Ceferin.

A declaração do dirigente ecoou na Itália, onde Milan e Como também obtiveram aval da Uefa para realizar um jogo do Campeonato Italiano em Perth, na Austrália, em 2026. Se confirmado, seria o primeiro da liga fora do país.

O meia francês Andrien Rabiot, do Milan, classificou a ideia de “maluca e absurda”. O CEO da liga, Luigi de Siervo, rebateu as críticas e comparou a iniciativa às estratégias de expansão adotadas pela NFL e pela NBA. Por enquanto, o plano está mantido.

50 anos numa noite mágica e cidadã

Estavam lá os órfãos, o presidente em exercício e a do STM, que pediu perdão

Juca Kfourí

Jornalista e autor de “Confesso que Perdi”. É formado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo

No sábado (25), à tarde, o Corinthians ganhou do Vitória, se afastou do risco de queda e aliviou o Santos. À noite, o Flamengo conseguiu perder para o Fortaleza e alegrar o Palmeiras, que estava murcho com o desastre de Quito. Também à noite, o São Paulo ganhou bem do Bahia.

A Ponte Preta ganhou sua primeira taça nacional em 125 anos de história ao ser campeã da Série C.

De quebra, no domingo, João Fonseca foi campeão no ATP 500 da Basileia, na Suíça.

Convenham, a rara leitora e o raro leitor, que assuntos não faltaram para a coluna, que dos cinco eventos citados viu dois, o que envolveu o sofrido e assaltado, pelos cartolas, Corinthians, e o do magnífico jovem tenista brasileiro.

A derrota rubro-negra e a vitória tricolor concorreram com o que de mais importante aconteceu na vida brasileira no fim de semana, mais importante até que o encontro entre Lula e Trump.

Porque na noite de sábado, na Catedral da Sé, os dois órfãos de Vladimir Herzog, Ivo e André, voltaram ao palco onde, em 1975, houve o culto ecumênico que marcou o início da redemocratização do Brasil. Estavam acompanhados do neto e das netas de Vlado, a quem novo ato inter-religioso homenageou.

Diferentemente de meio século atrás, o Estado se fez presente, com o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, autor de discurso sóbrio, ao seu estilo, e firme: “Não esquecer, para jamais se repetir”. Antes dele, o rabino Uri Lam também falou com coragem e altivez, digno representante de Henry Sobel.

Vlado, como se sabe, era judeu, mas nem a Conib nem a Federação Israelita de São Paulo mandaram representantes ao ato, assim como foram eloquentes as ausências do governador de São Paulo e do prefeito do capital, como se não coubessem em cerimônia contra a tortura, pela democracia e pela paz.

Mas lá estavam, na memória de todos, as gigantescas figuras dos bravos dom Paulo Evaristo Arns, do reverendo presbiteriano Jaime Wrigth e do então presidente do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Audálio Dantas, comoventemente aplaudidos em pé pela catedral lotada. Tudo entremeado com a bela cantoria do Coro Martin Luther King, entre Marias e Clarices, heroínas do Brasil.

Aliás, das Marias, esteve também a presidenta do Superior Tribunal Militar, Maria Elisabeth Rocha, que em curta e arrepiante fala pediu desculpas por todos os erros cometidos pela corte que ora preside contra os que foram torturados e mortos pela ditadura.

Delirantemente aplaudida, assim como o juiz Márcio José de Moraes, que, ainda em 1987, teve a coragem de condenar a União pelo assassinato de Vlado.

A carta ao magistrado, de dona Zora, mãe de Herzog, na voz de Fernanda Montenegro, em agradecimento pela histórica sentença, fez chorar boa parte dos presentes.

Quem esteve na catedral 50 anos atrás e voltou agora não pôde deixar de comparar o clima de medo de então com o de agora. Apesar de tudo, avançamos.

E avançamos a ponto de impedir que haja anistia aos que em 8 de janeiro de 2023 quiseram repetir a barbárie instalada em 1964, algo que, também em uníssono, no ato comandado pelo bispo de São Paulo, Odilo Scherer, ficou patente.

Enfim, uma goleada cidadã e democrática.

Na homenagem a Vladimir Herzog, foram eloquentes as ausências do governador de São Paulo e do prefeito do capital, como se não coubessem em cerimônia contra a tortura, pela democracia e pela paz



Botafogo faz gol-relâmpago em empate com Santos no Engenhão

O santista Victor Hugo em lance com Jeffinho; Botafogo marcou aos 22 segundos de jogo e esteve duas vezes à frente, mas permitiu empate em 2 a 2; no Allianz Parque, Palmeiras e Cruzeiro ficaram no 0 a 0

Ricardo Moraes/Reuters

Lars Peter Hansen Para Nobel de Economia, mundo precisa pagar para preservar amazônia

Estudo do economista americano com pesquisadores brasileiros diz que remunerar US\$ 25 por tonelada de carbono capturado pode fazer fazendeiros optarem por reflorestamento



O prêmio Nobel de Economia Lars Peter Hansen durante entrevista à Folha feita em evento do Insper em São Paulo
Adriano Vizoni/Folhapress

PATROCÍNIO:

ambipar®

(JBS)

APOIO:

BNDES

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

LIBERTA

VALE

Fernanda Mena

SÃO PAULO Apesar do Acordo de Paris, o mundo continua aumentando suas emissões de gases de efeito estufa, o que nos coloca cada vez mais longe das metas de limitar o aquecimento do planeta de 1,5°C a 2°C.

O Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) estima que os compromissos de redução nessas emissões assumidos até agora pelos países, as chamadas NDCs (contribuições nacionalmente determinadas, na sigla em inglês), devem levar o planeta a um aumento médio de temperatura de 2,6°C até 2,8°C nas próximas décadas.

Sob este alarme, uma das principais expectativas em relação à COP30, conferência climática da ONU que começa em duas semanas, é a de que os países aumentem suas NDCs. Em Belém, será apresentada uma proposta brasileira que aponta para as florestas tropicais como instrumentos importantes de mitigação das mudanças climáticas, por sua capacidade natural de absorção de carbono da atmosfera.

Ela é baseada num estudo de coautoria do Nobel de Economia americano Lars Peter Hansen que avaliou o uso da terra na floresta amazônica brasileira a partir do avanço do desmatamento para fins de agropecuária e o impacto que o reflorestamento pode ter na absorção de carbono.

“Isso é algo que ajuda o mundo todo, não apenas o Brasil. Então, o desafio aqui é como o resto do mundo pode ajudar a incentivar o Brasil a preservar e restaurar sua floresta tropical”, disse Hansen à **Folha**, durante sua passagem por São Paulo, na última semana, para uma conferência no Insper. A iniciativa é parte de sua parceria com o Instituto Becker Friedman de Pesquisa Econômica da Universidade de Chicago, onde o Nobel é professor há mais de 40 anos.

Realizado em conjunto com os economistas brasileiros Juliano Assunção (Climate Policy Initiative e PUC-Rio) e José Alexandre Scheinkman (Universidade Columbia, EUA), além do cientista da computação americano Todd Munson (Argonne National Laboratory), o estudo calculou que o pagamento de US\$ 25 (cerca de R\$ 135) por tonelada de carbono capturado seria economicamente competitivo a ponto de favorecer que fazendeiros trocassem a atividade pecuária pelo reflorestamento e a preservação.

“Este é um custo relativamente baixo — ou muito baixo pelos padrões de medição dos custos das mudanças climáticas — e capaz de fazer a floresta amazônica deixar de emitir e passar novamente a capturar uma quantidade importante de carbono”, explica Hansen, laureado com o Nobel em 2013 por estudo sobre valores de ativos financeiros. O custo do carbono no mercado europeu é hoje de cerca de US\$ 75 (R\$ 405) por tonelada.

Hoje, na Amazônia brasileira, o avanço da fronteira agropecuária fez triplicar sua área desmatada, que alcançou o tamanho do estado do Texas. Com isso, a floresta passou a emitir mais carbono do

que consegue absorver. Ainda assim, estima-se que ela tenha armazenado a mesma quantidade de carbono emitida pelos EUA desde a Revolução Industrial.

Para Hansen, o mundo precisa pagar para que o Brasil mantenha e recupere sua floresta tropical.

✱

Como atribuir valor econômico a recursos naturais que capturam carbono, como florestas? Medir o custo de emitir carbono na atmosfera e os benefícios para capturá-lo é um desafio para economistas. No caso da Amazônia, nosso estudo mede os custos das emissões de carbono.

Agora, a Amazônia está emitindo carbono pela agropecuária. Mostramos que recompensas econômicas relativamente baixas pela captura de carbono — ou muito baixas pelos padrões de medição dos custos das mudanças climáticas — são capazes de fazer a floresta deixar de emitir e voltar a capturar uma quantidade importante de carbono.

Isso ajuda o mundo todo, não só o Brasil. Então, o desafio aqui é como o resto do mundo pode ajudar a incentivar o Brasil a preservar a floresta tropical. É aí que o desafio político se torna bastante complicado.

Como resolver este desafio sem ameaçar a soberania? As pessoas que se dedicam à agropecuária [em áreas desmatadas] não podem simplesmente perder seu meio de vida. É preciso dar-lhes outras oportunidades e convencê-las de que este outro modo de usar a terra irá recompensá-las.

Nosso estudo mostra que a quantidade de recursos necessários para potencialmente fazer isso é pequena. A estruturação de políticas se torna desafiadora porque temos que criar incentivos para que as pessoas façam compromissos de longo prazo, e para que as pessoas hoje envolvidas no desmatamento sejam realmente incentivadas a realocar a terra para o reflorestamento.

É possível fazer com que fazendeiros tenham ganhos maiores se voltarem seus territórios para o reflorestamento? Você teria que reestruturar as coisas para que eles sejam recompensados pelo reflorestamento. Hoje essas recompensas privadas não existem. E o Brasil não é incentivado a dar essas recompensas sozinho.

É um caso em que você precisa de transferências internacionais para o Brasil, e o país precisa estruturar políticas que realmente incentivem os agricultores a mudar o uso da terra. Há pessoas explorando maneiras viáveis de fazer isso. Espero que, com a influência na COP30 do meu colega José [Alexandre Scheinkman, coautor do estudo e conselheiro da COP30], seja possível começar a abordar algumas dessas questões de maneira significativa.

O que o estudo revelou sobre a troca econômica entre pecuária e preservação da floresta? A alocação de terra ao longo do tempo, em um cenário de manutenção da dinâmica atual, resulta num aumento do uso agropecuário daqui para frente,

Lars Peter Hansen, 73

Economista, professor da Universidade de Chicago, recebeu o Nobel de Economia em 2013 por estudos sobre preços de ativos financeiros. Aplica pesquisas sobre cenários de incertezas e riscos à mudança climática.

“

O desafio aqui é como o resto do mundo pode ajudar a incentivar o Brasil a preservar e restaurar sua floresta tropical

[Pagar US\$ 25 por tonelada de carbono] é um custo relativamente baixo — ou muito baixo pelos padrões de medição dos custos das mudanças climáticas — e capaz de fazer a floresta amazônica deixar de emitir e passar novamente a capturar uma quantidade importante de carbono

Quando olho para a arena política mundial, acho muito desafiador que todos os países concordem com uma maneira de abordar as mudanças climáticas. Por isso, o desenvolvimento de tecnologias limpas economicamente viáveis me parece a melhor aposta

É preciso reformular a visão que se tem da opção de cultivar árvores e garantir que quem o faz seja recompensado por isso.

mesmo que esta seja uma atividade de baixa produtividade nessas terras.

Por outro lado, o que eu chamo de um aumento modesto no preço do carbono muda dramaticamente esta dinâmica ao longo de dez ou 15 anos.

Precisaremos do setor privado para isso? Como incentivo, basta o entendimento de que a mudança climática é uma ameaça para seus negócios? Sim. É parte do incentivo, mas provavelmente não é suficiente para nos ajudar a abordar o problema.

Investimentos em entidades como a [ONG] Nature Conservancy podem torná-las mais produtivas. Indivíduos privados podem fazer doações sérias a essas entidades, que podem aconselhar governos sobre como usar recursos de transferências de maneira eficiente.

Como a política ambiental brasileira poderia, a partir deste estudo, tornar a conservação florestal economicamente viável? A questão não é tanto a quantidade de recursos que teriam que ser transferidos ao Brasil, porque isso por si só não é um número enorme. O verdadeiro desafio é que pessoas de fora do Brasil não vão entregar dinheiro a um governo brasileiro a menos que haja alguma maneira crível de abordar esse problema.

Não será algo como: “Aqui está um monte de dinheiro, converse sobre isso”.

O Brasil tem de descobrir maneiras estruturais de ajudar na alocação desse dinheiro para reestruturar os incentivos na alocação de terras na Amazônia brasileira — como essas transferências podem chegar aos participantes relevantes desses processos, que são os que de certa forma perdem oportunidades econômicas ao sair da agropecuária, e têm que ser incentivadas a fazer outra coisa, como restaurar e preservar.

O reflorestamento é tido por alguns como bala de prata para as mudanças climáticas. Quão realista é pensar que podemos plantar nossa saída do aquecimento global? Preservar a floresta é só parte da solução. Não vamos resolver as mudanças climáticas com soluções baseadas na natureza para a captura de carbono, mas elas são parte da solução, e podem ser parte significativa, o que não quer dizer que não devemos pensar em outras abordagens.

Quando olho para a arena política mundial, acho muito desafiador que todos os países concordem com uma maneira de abordar as mudanças climáticas. Por isso, o desenvolvimento de tecnologias limpas economicamente viáveis me parece a melhor aposta.

Como comparar essas tecnologias com as soluções baseadas na natureza em seu potencial contra mudanças climáticas? Hoje é um desafio tornar o armazenamento de carbono economicamente viável em grande escala. A vantagem das soluções baseadas na natureza é que são algo que podemos abordar imediatamente, e as soluções tecno-

lógicas são coisas que nos ajudarão mais adiante.

Você precisa ter ambas as coisas acontecendo: abordagens de curto prazo que possam nos dar mais tempo e abordagens de longo prazo que, esperamos, nos darão fontes de energia limpa.

A COP30 pode ser uma plataforma de discussão deste tipo de política pública? Eu a vejo como oportunidade para pôr na mesa soluções baseadas na natureza como parte da solução para as mudanças climáticas.

Estritamente falando, acho que muitas das COPs não realizaram muito, mas o fato de haver economistas de ponta envolvidos nos aconselhamentos desta edição pode gerar algo muito produtivo na COP30.

Qual é a sua visão sobre os mercados de carbono e a crítica de que eles correm o risco de se tornarem uma licença para poluir? Eles podem e devem ser parte da solução. O ponto-chave sobre os mercados de carbono é garantir que você esteja negociando algo realmente significativo. Evitar coisas como greenwashing, evitar um monte de ações simbólicas que, na verdade, não representam mudanças significativas. Para fazê-los funcionar, é preciso ter uma definição bem clara do que está sendo negociado.

Você precisa ter uma contabilidade de carbono muito boa e garantir que você está estruturando as coisas de modo que, quando uma pessoa afirma estar comprando créditos de carbono e similares, seu dinheiro esteja indo para algo útil.

De que maneira a economia global está se reformulando a partir da ameaça das mudanças climáticas? Parte da discussão dentro da comunidade econômica tem a ver com externalidades. O fato de as externalidades serem objetos que os mercados não abordam. É aquela mão invisível do mercado, de que falou Adam Smith, e sob a qual os mercados podem estabelecer uma alocação de recursos que satisfaz alguns problemas de eficiência.

Externalidades são esses fatores que trabalham contra o funcionamento perfeito desse mecanismo de mercado. Eu vejo as mudanças climáticas como um exemplo de externalidade — o fato de que, quando usamos energia suja, ela não é paga pela economia de mercado. Então, este é um exemplo em que a mão invisível não funciona muito bem.

Nesse sentido, à medida que o desmatamento transforma parte da Amazônia de sumidouro de carbono em fonte de carbono, deveríamos repensar o que significa terra produtiva? Sim. Acho que o importante é como pegamos essa chamada externalidade e damos a ela um preço. Se eu sou um proprietário de terras, sei que posso criar vacas e vendê-las. Se eu cultivo árvores, o que eu ganho com isso?

É preciso reformular a visão que se tem da opção de cultivar árvores e garantir que quem o faz seja recompensado por isso.



Correio do Interior

Helicóptero cai em lago de pesca no interior de SP

Um helicóptero com duas pessoas a bordo caiu em dentro de um lago de pesca no início da tarde deste domingo (26) em São Roque, na região de Sorocaba, interior de São Paulo. Uma delas se feriu. O acidente se deu num pesqueiro em região próxima à estrada do Vinho, ponto turístico do município.

A queda ocorreu minutos depois da decolagem. O helicóptero saiu de Jundiá (SP) às 12h05, informou a concessionária Rede Voa, responsável pelo aeroporto no município, e caiu por volta das 12h30.

Vídeos mostram que a aeronave perdeu altitude e rodopiou em parafuso até cair no lago. Frequentedores do estabelecimento auxiliaram no resgate dos tripulantes. Uma pessoa chegou a nadar até o helicóptero para prestar socorro aos passageiros. Outras duas se dirigiram até a aeronave em canoa.

Não há informações sobre as causas da acidente, o que será investigado. O local ainda deve passar por perícia. André Fleury Moraes

TUDO + UM POUCO

Carolina Muniz

Jornalista e autora do blog Tudo + um pouco

Já pensou em ter uma composteira em casa?

Saiba como instalar em apartamento, evitar insetos e mau cheiro e criar um minhocário que produz adubo para as plantas e ajuda a reduzir resíduo orgânico

A compostagem doméstica é solução simples e eficiente para transformar restos de alimento em adubo e reduzir a quantidade de lixo orgânico enviada a aterros. “Com a composteira, você trata os seus resíduos direto na fonte”, diz a bióloga Lara Teixeira Laranjo, proprietária da Minhocaria, que faz gestão de resíduos orgânicos e produz composteiras em Araraquara (SP).

Os modelos mais indicados para ter em casa são os que usam minhocas na decomposição da matéria orgânica, processo conhecido como vermicompostagem, que leva de 60 a 90 dias. Sem elas, o tempo para obter o adubo pode ser até quatro vezes maior.

Em geral, a composteira doméstica tem três compartimentos empilhados e com furos, que permitem a passagem de ar, líquidos e minhocas entre os níveis. Nas duas caixas de cima, colocam-se o substrato com as minhocas e os restos de alimentos. O líquido gerado, o chorume, escoa para a caixa de baixo, de onde é retirado por uma torneira.

Você pode comprar composteira pronta ou montar em casa. Lara ensina a fazer modelo com baldes de margarina de 15 l (<https://youtu.be/7Jzq-njrieU?si=hakWxDVGS6gPC8PI>).

A seguir, ela tira as dúvidas sobre compostagem doméstica:

1 Como funciona?

Os resíduos devem ser sempre colocados na caixa superior —de preferência picados, para facilitar o trabalho das minhocas.

O ideal é fazer pequenos montinhos, em vez de espalhar o material. Depois, é importante misturar e cobrir tudo com matéria vegetal seca, como folhas, palha ou serragem (sem tinta, verniz ou cheiro forte). Na falta disso, pode-se usar papelão bem picadinho.

Quando a caixa de cima encher, basta trocá-la pela do meio. Aí, a que estava no meio e foi para cima passa a receber os novos resíduos. Não é preciso transferir as minhocas: elas sobem sozinhas pelos furos em busca de comida.

Quando o compartimento encher de novo, é só retirar o húmus pronto da caixa do meio e fazer a troca mais uma vez. Com esse rodízio, é possível obter novo adubo em intervalo de 30 a 45 dias.

2 Vale a pena ter mesmo sem plantas em casa?

Sim. “A ideia da composteira não é você produzir seu próprio adubo, é você tratar o seu resíduo. Você pode não ter planta, mas você gera resíduo”, diz a bióloga. Nesse caso, uma boa solução é doar o adubo para amigos e familiares.

3 Dá para ter no apartamento?

Sim. É só escolher um minhocário que caiba no espaço que você tem disponível. Mas é importante que fique em local arejado, protegido da chuva e, principalmente, do sol, uma vez que as minhocas são sensíveis ao calor.

4 De qual tamanho escolher?

O tamanho da composteira vai depender do espaço disponível e da quantidade de resíduo

os gerados em casa. Para ter noção desse volume, vá colocando os restos de alimentos em pote de sorvete de 2 litros antes de jogá-los fora. Depois, veja quantos potes encheria num mês. Assim, fica mais fácil saber se você precisa de modelo com caixas digestoras de 15, 26, 36 ou 61 litros.

5 Pode colocar qualquer resíduo orgânico?

Não. É preciso ter atenção a algumas restrições.

- Pode: Frutas, legumes, verduras, cereais, grãos, sementes, cascas de ovos, sachês de chá, pães, bolos, cogumelos, borra e filtro de café.
- Só em pouca quantidade: Frutas cítricas, alimentos cozidos, laticínios, guardanapos, papel-toalha, flores, ervas aromáticas, líquidos e temperos fortes, como alho, cebola e pimenta.
- Não pode: Carnes, fezes de pets e papel higiênico usado.

6 Pode usar qualquer tipo de minhoca?

Não. As mais indicadas são as californianas, que se alimentam de matéria orgânica fresca, têm manejo fácil e medem de 6 a 8 cm. “Elas comem o equivalente ao peso delas por dia e só usam 3% disso para o metabolismo. Então, a maior parte do que ingerem vira húmus”, diz a bióloga.

Além disso, essas minhocas vivem, em média, cinco anos e se reproduzem rapidamente. Mas elas não vão tomar conta da casa. “Elas controlam a população de acordo com o ambiente, o espa-



Acesse o QR Code para se inscrever



Dirk/Adobe Stock



Como cuidar do orégano

O orégano fica bem em vasos e canteiros, desde que receba sol.

Bárbara Sales, assistente de curadoria botânica, indica:

Luz Precisa de sol, ao menos 6 h por dia.

Rega Só regue quando o substrato estiver seco.

Adubo Use composto orgânico leve, como húmus de minhoca, a cada 4 ou 5 meses. Não adube no inverno.

Dica O solo deve ser poroso. Para cozinhar, colha a ponta da haste.

ço e a oferta de alimento”, afirma Lara. Assim, você pode começar com cerca de 200 a 300 minhocas. Aí, com o tempo, a quantidade de indivíduos deve chegar a 2.000 em caixa de 36 litros.

7 Atrai insetos ou dá mau cheiro?

Isso pode acontecer, mas dá para evitar com alguns cuidados:

- Na cozinha, use um recipiente com tampa para armazenar os resíduos que serão levados para a composteira. Isso evita que insetos depositem seus ovos ali;
- Cubra bem os resíduos com matéria vegetal seca;
- Antes de colocar novos resíduos, mexa o conteúdo da caixa com um garfinho para oxigenar o composto.

8 Como retirar o adubo?

Composto sólido

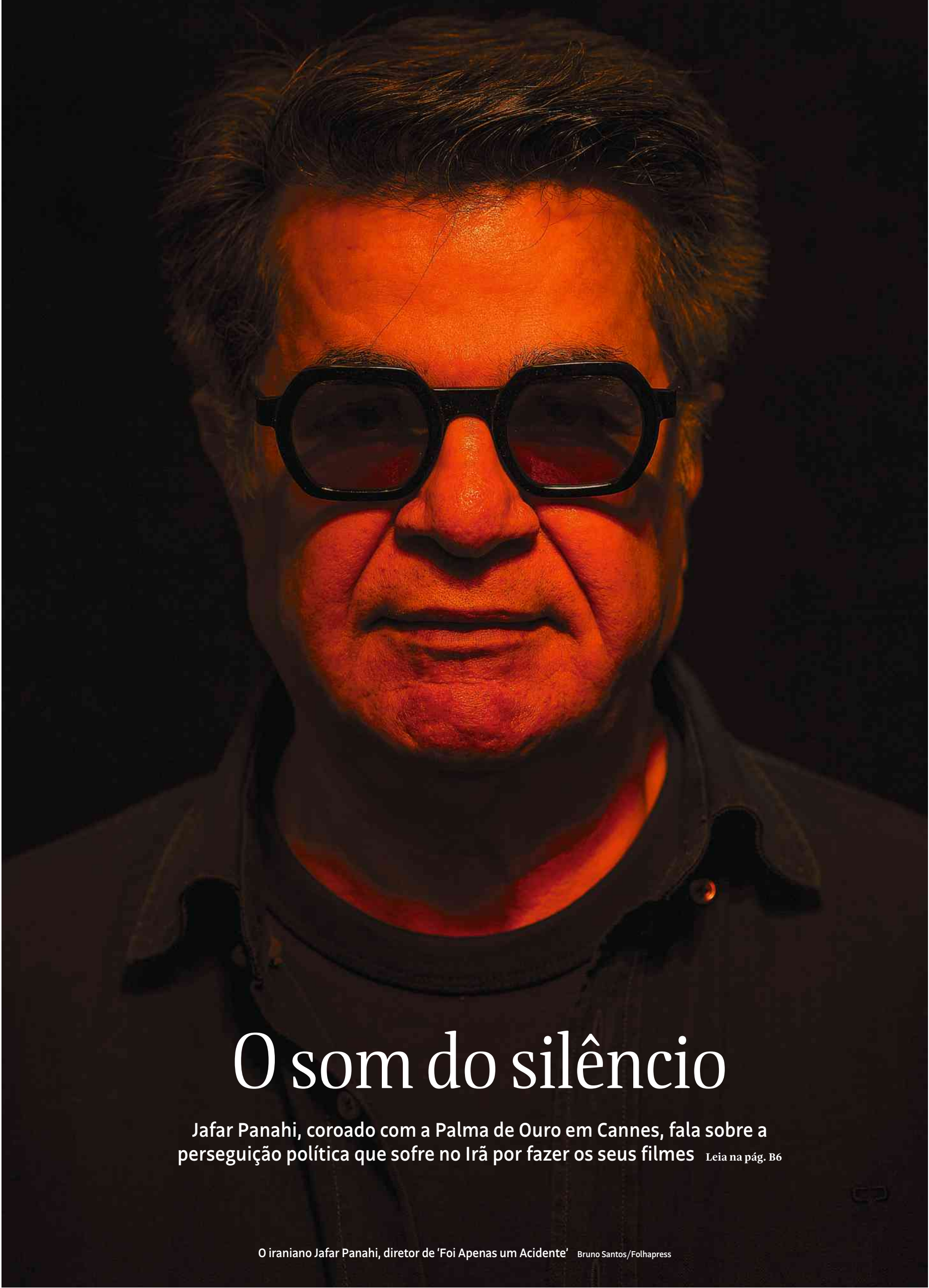
Abra a caixa do meio em local bem iluminado. Como as minhocas não gostam de claridade, elas descem para o fundo. Retire o composto delicadamente até restar uma camada de cerca de três dedos de substrato —ou pare quando houver muitas minhocas concentradas na parte inferior.

Composto líquido

Em geral, as composteiras têm uma torneira para a retirada do líquido, que pode ser feita a cada 15 dias ou uma vez por mês, dependendo do volume. Para usar como fertilizante nas plantas, dilua uma parte do chorume em dez partes de água.

• Não é indicado descartar o líquido na pia, no vaso sanitário ou no ralo. Se não quiser usá-lo, doe para alguém ou algum estabelecimento que possa aproveitar o fertilizante.

ilustrada



O som do silêncio

Jafar Panahi, coroado com a Palma de Ouro em Cannes, fala sobre a perseguição política que sofre no Irã por fazer os seus filmes [Leia na pág. B6](#)

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

VOZ CONSTANTE

Jair Bolsonaro (PL) se recuperou da crise aguda de soluço, que provocava inclusive vômitos constantes e o obrigava a interromper as conversas até mesmo quando recebia visitas.

VOZ 2 Melhor no aspecto físico, de acordo com pessoas que o visitaram, o ex-presidente piorou na questão psicológica e emocional.

VOZ 3 A proximidade do fim do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), quando então será definido onde ele cumprirá a pena, estaria abalando ainda mais o ex-mandatário, que, em diversos momentos, se emociona e chora, de acordo com relatos de quem o visitou recentemente.

VOZ 4 As perspectivas para Bolsonaro não são das melhores: o projeto de anistia está parado no Congresso, o de redução de penas também não caminha, o apoio do presidente Donald Trump ao bolsonarismo já não parece firme e a direita está, por enquanto, rachada.

INVESTIGAÇÃO O deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo-SP) protocolou na quinta-feira (23) uma representação no TCU (Tribunal de Contas da União) para apurar possíveis irregularidades na locação de veículos de luxo pelo Senado Federal.

CUSTO O contrato, no valor total de R\$ 47,7 milhões, prevê a locação de 79 SUVs modelo Chevrolet Equinox 2025 ou similar, com teto solar, conectividade wi-fi e assistente Google embarcado.

CUSTO 2 Segundo o deputado, o contrato anterior previa o uso de veículos sedans, com custo mensal de R\$ 377,8 mil, totalizando R\$ 11,3 milhões.

CUSTO 3 Na representação, Siqueira sustenta que a despesa contraria as diretrizes de racionalidade e eficiência fixadas no planejamento estratégico 2025-2027 do Senado. A renovação da frota deve ocorrer a cada dois anos e meio.

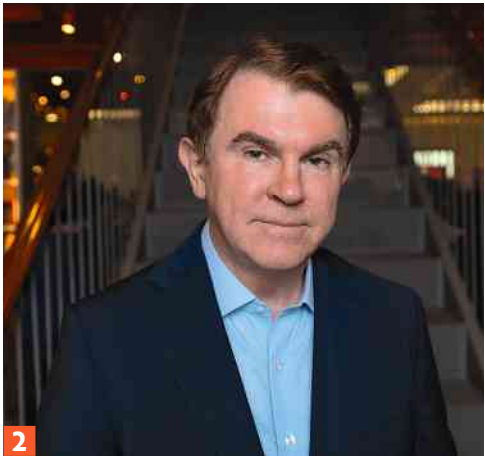
MACONDO A historiadora e jornalista Sylvia Colombo vai dar uma aula sobre a vida literária e jornalística do escritor colombiano Gabriel García Márquez (1927-2014) no dia 3 de novembro, na Livraria Argumento do Leblon, no Rio de Janeiro.

MACONDO 2 Os interessados devem se inscrever para a aula, denominada “Macondo como Metáfora”, no site do estabelecimento. Hoje colunista da Folha, Sylvia foi correspondente do jornal em Buenos Aires e é especialista em América Latina.



TAPETE VERMELHO

Os atores Marina Ruy Barbosa **1**, Bianca Comparato **2**, Felipe Simas **3** e Kelner Macêdo **4**], que fazem parte do elenco da série “Tremembé”, compareceram à pré-estreia da trama. O evento aconteceu em Higienópolis, em São Paulo, na segunda (20) Fotos Marlene Bergamo/Folhapress



PÁGINAS

José Sarney **1** e o editor Donaldo Buchweitz **2** receberam convidados no lançamento da coletânea de romances do ex-presidente, “O Dono do Mar, Saraminda e a Duquesa Vale uma Missa”. A empresária e diretora internacional do Siimgroup, Eliane Ribeiro **3**, e o presidente da CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), Alfredo Cotait Neto **4**, prestigiaram o evento Fotos Ronny Santos/Folhapress

RECONHECIMENTO A Rede de Atenção a Pessoas Atingidas pela Violência Estatal (RAAVE), formada por mães e familiares de vítimas da violência do Estado, foi nomeada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para integrar o Observatório de Direitos Humanos.

RECONHECIMENTO 2 A decisão foi tomada depois de uma viagem de mais de 90 mulheres a Brasília na semana passada. Na ocasião, elas apresentaram aos ministérios e parlamentares a proposta dos Pontos de Acolhimento, Justiça e Cuidado — política pública voltada ao atendimento psicossocial e jurídico de famílias afetadas pela violência.

RECONHECIMENTO 3 O projeto-piloto deve ser implementado no Rio de Janeiro no começo do ano, com apoio do governo federal.

LAUREADA A atriz, cantora e apresentadora Marisa Orth será homenageada com o Prêmio Ícone Mix Brasil na 33ª edição do Festival MixBrasil de Cultura da Diversidade, o maior evento de cultura LGBT+ da América Latina. Marisa comanda desde 1999 o “Show do Gongo” no festival. O espetáculo se tornou símbolo do MixBrasil.

LAUREADA 2 O festival será realizado de 12 a 23 de novembro, em diversos espaços culturais de São Paulo. Já receberam o mesmo prêmio nomes como Ney Matogrosso, Marina Lima, Linn da Quebrada, Gus Van Sant e Márcia Panthera.

EU, ROBÔ A cientista social Stephanie Jorge lança nesta segunda-feira (27) o livro “Iai? — Geração Sintética e a Inteligência Artificial”.

AGENDA O evento acontecerá na Livraria da Vila do Pátio Higienópolis, às 19h. A obra reúne ensaios sobre o impacto da inteligência artificial na vida cotidiana, nas formas de comunicação e nas relações humanas.

PRIORIDADE “O que realmente deveria ser discutido e compreendido é essa caixa-preta que a IA representa. Quanto mais a gente sair do ‘eu ouvi dizer’ e for para o ‘eu sei, e por isso posso opinar’, melhor, ou, pelo menos, menos pior será”, diz a autora.

MÚSICA Lia de Itamaracá e Daúde lançam no próximo dia 31 “Florestania”, música escrita a quatro mãos por Céu e Russo Passapusso e que fará parte de “Pelos Olhos do Mar”, primeiro álbum conjunto das cantoras.

REVISITAR No disco, elas também apresentam regravações de clássicos como “Galeria do Amor”, de Agnaldo Timóteo, e “Quem É?”, de Silvinho e Maurílio Lopes, que serão apresentadas ao público em 14 de novembro. A artista Manuela Navas assina a capa do álbum.



O MELHOR DO UOL EM UM SÓ LUGAR

Com uma assinatura única, você tem ingressos de cinema todo mês, o jornalismo exclusivo do UOL e os conteúdos imperdíveis do UOL Play

Com UOL+ você tem:



Até 3 ingressos de cinema
todo mês e sem taxas



Acesso aos melhores streamings



Todo o conteúdo exclusivo do UOL

Assine já em:
uol.com.br/plus

A partir de
R\$ 19,90
/mês



ilustrada

QUADRINHOS

Piratas do Tietê **Laerte**



Bicudinho **Caco Galhardo**



Níquel Náusea **Fernando Gonsales**



Não Há Nada Acontecendo **André Dahmer**



Viver Dói **Fabiane Langona**



Péssimas Influências **Estela May**



Vida Besta **Galvão Bertazzi**



SUDOKU www1.folha.uol.com.br/jogos

FÁCIL

5	9		1		7		6	
		2						
	4	1		8		7	2	
				7		1		
		6	9		3		7	4
2		3	4		6	8		5
6	2	5	8		4			7
					1	6	4	
	1	9						8

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO	8	5	3	2	9	4	6	1	7
	2	4	9	1	6	5	2	3	8
	7	1	6	4	3	8	5	2	9
	5	6	8	9	1	7	3	4	2
	4	2	7	3	5	6	9	8	1
	9	3	1	8	4	2	7	5	6
	6	7	4	5	8	9	1	3	2
	1	8	5	6	4	3	2	9	7
	3	9	4	2	7	1	8	6	5

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Plantação de alhos / Fluminense Football Club 2. (Ingl.) Porta / O antônimo de bonito 3. (Lat.) Locução que designa alimento não processado 4. Cidade mineira da região de Capelinha, no vale do Jequitinhonha 5. Até agora 6. Oceano Pacífico / Habitante da região montanhosa do Nepal 7. Grande arquipélago da Oceania / Ivan Lins, músico de "Madalena" 8. (Gráf.) Letra / Tabaco de cheiro, em pó muito fino 9. (Pal. ingl.) No tênis, saque que o oponente não consegue responder / O período entre Abr e Jun 10. Designação comum dada ao camarão / Porcada 11. Dono de estabelecimento que produz álcool em grande escala 12. Time de beisebol de NY (EUA) / Um animal como Garfield 13. Embarcação miúda usada para serviços de transporte.

VERTICAIS

1. Dependente / Vedação provisória, com tábuas 2. Tecido utilizado na fabricação de pneus, freios etc. / Doença mental 3. Lugar de destaque numa escala hierárquica / Vontade de comer 4. Contribuição cultural de certos povos afro-asiáticos à civilização ocidental / Instituto Nacional de Seguro Social 5. Um dos apelidos de Antônio 6. (Mar.) Lançar ferro, ancorar / Barra grossa, alta e larga, que sustenta as lajes 7. Não trabalhar / (Tarsila do) Pintora modernista 8. Marca italiana de carros / Peteleco 9. A abreviatura da região com GO e MT / Planta de lindas flores, mundialmente cultivada / Transforma teia em teoria.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

HORIZONTAIS: 1. Alhal, FFC, 2. Door, Feio, 3. In natura, 4. Arabismo, INSS, 5. Tomho, 6. Fundear, Viga, 7. Feriar, Amaral, 8. Fiat, Piparote, 9. CO, Azaleia, Or. VERTICAIS: 1. Adicto, Tapume, 2. Lona, Psicose, 3. Honra, Apetite, Ace, Mai, 10. Vara, 11. Usineiro, 12. Mets, Gato, 13. Escaler. 4. Ainda, 5. OP, Sherpa, 7. Samoa, 8. Tipo, Rapé, 9. Carbonita, 10. Não viveu 2025 pelo visto.

Chaka Khan, rainha do funk, foi atração secreta do Heineken No-Line Up Festival

Artista americana é dona de hits como 'Ain't Nobody' e 'I'm Every Woman' e já colaborou com estrelas como Stevie Wonder e Prince

André Barcinski

PARATY (RJ) A maior atração do Heineken No Line-up Festival, realizado no último sábado na Fábrica de Impressões, na Barra Funda, em São Paulo, foi a diva do funk Chaka Khan. Diante de um público de 2.500 pessoas que toparam a proposta de assistir a shows-surpresa, a cantora americana subiu ao palco perto das 23h, encerrando uma sequência de apresentações que teve nomes como Mano Brown, TV on the Radio, Soccer Mommy e a venezuelana Arca.

Nascida Yvette Maria Stevens há 72 anos em Chicago, Chaka Khan tem uma carreira gloriosa de mais de meio século, primeiro como cantora da banda de funk Rufus e depois lançando discos solo de imenso sucesso comercial. Vencedora de dez troféus no Grammy, ela trabalhou com ícones como Stevie Wonder, Ray Charles, Quincy Jones, Joni Mitchell, Miles Davis, Gladys Knight, Whitney Houston e muitos outros.

Mesmo com uma carreira tão extensa, a artista diz que nunca participou de um show surpresa. “É uma coisa nova para mim”, disse a cantora, em entrevista exclusiva realizada na noite anterior ao show. “Tenho muitos clássicos no repertório, certamente vamos tocar vários deles.” E de fato ela tocou hits como “I’m Every Woman” e “Ain’t Nobody”.

E há muitos outros sucessos. Ainda como cantora da banda Rufus, Chaka Khan gravou canções como “Sweet Thing” e “Do You Love What You Feel”. No início dos anos 1970, sua voz cristalina e potente impressionou um prodigioso compositor de 20 e poucos anos, um certo Stevie Wonder.

Em 1974, depois de lançar discos antológicos como “Music of My Mind”, de 1972, “Talking Book”, de 1972, e “Innervisions”, de 1973, Stevie compôs uma canção especialmente para ela, “Tell Me Something Good”. Foi o primeiro grande sucesso da banda Rufus. “Stevie é como um irmão”, diz a artista. “Nós excursionamos por dois anos, trabalhamos muito juntos, ele estava numa fase maravilhosa.”

Depois disso, o grupo passou a incorporar o nome da cantora nas capas dos discos. O segundo LP da banda, “Rags to Rufus”, é creditado a Rufus com Chaka Khan.

A cantora lançou o primeiro disco solo em 1978 e de cara emplacou um megassucesso, a balada sexy “I’m Every Woman”, composta pelo casal Ashford & Simpson,

autores de hits históricos para Marvin Gaye, Tammi Terrell, Ray Charles, Diana Ross, Smokey Robinson e Gladys Knight & the Pips.

“Tive a felicidade de sempre ter colaboradores muito especiais”, diz Chaka Khan. “Nunca tive a chance de estudar música, não gostava muito da escola e fugi de casa quando tinha 16 anos. Então tudo o que aprendi sobre música foi na estrada, trabalhando com artistas excepcionais. Minha escola vocal foi ouvir Sarah [Vaughan], Ella [Fitzgerald] e Aretha [Franklin].” Além de cantora, a artista é uma baterista de primeira.

Chaka Khan vem de uma família musical. A avó era grande fã de jazz e a apresentou, ainda menina, aos grandes discos do gênero. A mãe era fã de ópera. Aos 11 anos, quando ainda era chamada de Yvette, fez um grupo vocal com a irmã, Yvonne —que depois ganharia o nome artístico de Taka Boom. Aos 13 anos, Yvette foi batizada Chaka Adunne Aduffe Hoderhi Karifi por um sacerdote iorubá e depois ganhou o sobrenome Khan ao se casar, aos 17 anos, com Hasan Khan.

A lista de colaboradores de Chaka Khan é impressionante. Com o músico e produtor Quincy Jones, ela gravou diversos trabalhos e, em 1989, reinterpreto em dueto com Ray Charles o hit de 1976 “I’ll Be Good to You”, do duo The Brothers Johnson —canção que Jones incluiu em seu álbum solo “Back on the Block”. A nova versão chegou ao topo da parada de R&B da revista Billboard.

Uma das grandes parcerias da carreira da cantora foi com Prince. “Nós éramos praticamente irmãos”, afirma Chaka Khan. “Nos entendíamos como ninguém. Ele era um artista completo.”

Em 1984, a cantora emplacou um grande sucesso com um cover de “I Feel for You”, do cantor. No fim dos anos 1990, ele produziu, fez os arranjos e lançou —por sua própria gravadora, NPG Records— o disco “Come 2 My House”, de Chaka Khan, e depois saiu em excursão com a cantora. A artista promete para breve o lançamento de um disco com faixas inéditas que gravou com Prince e com o baixista Larry Graham, da banda Sly and the Family Stone.

Foi também com a colaboração de Prince que Chaka Khan pôde trabalhar pela primeira vez com Miles Davis. No álbum lançado em 1988, ela gravou “Sticky Wicked”, composta por Prince e com participação de Davis no trompete.



A cantora Chaka Khan no Heineken No Line-Up Festival, em São Paulo Mariana Smania/Divulgação

ilustrada



‘A violência não pode continuar’, diz Jafar Panahi, premiado em Cannes, sobre o Irã

Diretor de ‘Foi Apenas um Acidente’, vencedor da Palma de Ouro, está agora em São Paulo para apresentar o seu novo filme na Mostra de Cinema e fala sobre a perseguição do regime islâmico

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO Sentado numa mureta na avenida Paulista, Jafar Panahi fumava um cigarro e observava o frenesi de carros e pessoas em São Paulo, mesmo em pleno domingo. Essa serenidade que parece inabalável é característica de alguém que vem enfrentando a repressão do regime iraniano para fazer filmes há três décadas.

“Se a condição é boa ou ruim, não importa. O que importa é o cineasta se adaptar à situação. Para qualquer problema que surgir é preciso ser inteligente, encontrar o caminho certo e não ficar parado”, diz o diretor iraniano, em entrevista. Ele é convidado da Mostra Internacional de Cinema, na qual apresenta “Foi Apenas um Acidente”, filme vencedor da Palma de Ouro no Festival de Cannes deste ano. O longa deve chegar aos cinemas brasileiros no mês que vem.

Gravado de maneira clandestina, o filme nasceu da resiliência de seu diretor. Panahi não tem permissão do regime para filmar, algo exigido no Irã. Ele é um dos muitos perseguidos pelo governo de seu país por tecer comentários políticos em seus filmes.

Panahi já foi preso duas vezes em 30 anos de carreira. A última foi em 2022, quando foi solto após uma greve de fome. A primeira foi em 2010, ao ser acusado de fazer propaganda contra o regime por apoiar Mir-Hossein Moussavi, reformista opositor à ala religiosa.

Na época, ele foi impedido de ir ao Festival de Veneza, na Itália, no qual já tinha vencido o Leão de Ouro dez anos antes, o que levou a manifestações de personalidades como Martin Scorsese, Juliette Binoche e Julianne Moore pela sua liberdade. Libertado, ele foi condenado a ficar duas décadas

proibido de fazer novos filmes.

Mas a restrição não parou Panahi. Gravou “Isso Não É um Filme” com o celular, que chegou ao Festival de Cannes, na França, num pen drive escondido dentro de um bolo. Depois, lançou “Táxi Teerã”, em que percorre a capital do Irã como taxista para ouvir a história de seus habitantes. O filme venceu o Urso de Ouro em Berlim. Fez ainda “Três Faces” e “No Bears”, nos quais aparece interpretando a si mesmo em narrativas que mostram as agruras de tentar fazer um filme no país.

Em “Foi Apenas um Acidente”, Panahi ficou só atrás das câmeras, orientando os atores por Teerã em uma trama ficcional, mas realista na mesma medida.

No filme, o mecânico Vanid acredita ter encontrado o homem que o torturou na prisão. Decidido a se vingar, ele o sequestra. Incerto sobre a identidade de seu agressor, Vanid procura seus antigos companheiros, torturados pela mesma pessoa, para ajudar a reconhecer o seu prisioneiro.

As atrizes Mariam Afshari e Hadis Pakbaten não usam hijab no filme, mesmo em cenas na rua — no Irã, é proibido mulheres frequentarem lugares públicos sem o véu. A equipe foi detida, mas liberada após cinco horas porque, na revista, os agentes do governo encontraram apenas cartões de memória vazios — aqueles com o material estavam escondidos.

“Foi Apenas um Acidente” é baseado nos vários relatos que Panahi ouviu na prisão, misturados com sua própria experiência. “Quando eu estava na prisão, não pensava em fazer filmes. Eu só pensava em como passar o dia. Falava com quem estava ali havia um, dois, dez anos. Quando saí, pensei no que poderia ser feito

por quem ainda está preso”, diz.

O diretor foi recebido pelas famílias de presos políticos no aeroporto de Teerã quando voltou de Cannes. O governo, por sua vez, impede a exibição do filme nos cinemas do país. “O regime desvaloriza esse tipo de prêmio. Não aparece nas televisões ou no noticiário do Irã”, diz. Essas restrições, Panahi lembra, não são novas.

“A imigração forçada de cineastas começou em 1979”, diz, lembrando a Revolução Iraniana, que levou os aiatolás ao poder e transformou o Irã numa teocracia islâmica. Entre os diretores que precisaram deixar o país estão Abbas Kiarostami, Asghar Farhadi e Mohsen Makhmalbaf, alguns dos responsáveis por elevar a fama do cinema iraniano a nível internacional. “Eles conseguiram se adaptar em países novos. Mas eu não consigo. Prefiro voltar para o Irã e fazer meus filmes lá”, diz Panahi, convencido, ainda que com certa melancolia.

Em comum, os diretores costumam contemplar a vida cotidiana inserida numa realidade opressora. “Os filmes iranianos são sociais, mostram a vida cotidiana das pessoas e sua cultura. Há temas políticos, mas não significa que o filme é político”, diz Panahi. “Filmes políticos são partidários, há sempre alguém bom e correto. Em filmes sociais, não há pessoas completamente boas ou ruins. O espectador julga quem está correto ou errado.”

Com essa premissa, “Foi Apenas um Acidente” é um forte candidato ao Oscar na categoria de melhor filme internacional, dez anos após a última vitória do Irã na premiação americana. Se vencer, concorrendo pela França, Panahi levará a estatueta em meio à piora das re-

lações entre Estados Unidos e Irã, após Donald Trump ordenar o bombardeio das instalações nucleares da nação persa.

“Os poderes podem bater na cabeça um do outro, não me importa”, diz Panahi, lacônico. O Oscar parece ser a última de suas preocupações. “O que importa é que consegui fazer o filme, e que ele não foi censurado.” Seu longa pode concorrer com “O Agente Secreto”, o candidato brasileiro.

“Os primeiros minutos do filme foram chocantes. Valem por um filme completo”, diz Panahi, arregalando os olhos por trás de seus óculos escuros, sobre o longa de Kleber Mendonça Filho.

Ele se refere à cena em que Wagner Moura, no papel de Armando, para em um posto de gasolina numa estrada deserta. Um cadáver anônimo jaz à beira da calçada. A polícia chega, e Armando, sem documentos, teme ser detido. Mas eles saem após receberem um maço de cigarros. A ditadura militar é o pano de fundo de “O Agente Secreto”, mesmo tema que levou o Brasil a ser coroado no Oscar por “Ainda Estou Aqui”.

Apesar de não acreditar que o cinema possa provocar grandes mudanças sociais, Panahi tem um objetivo claro com “Foi Apenas um Acidente”. “O perdão é a principal mensagem. É importante mostrar para as pessoas que, para pensar no futuro, a violência não pode continuar”. Agora, porém, o mais importante é conseguir terminar os filmes.

Foi Apenas um Acidente

PRODUÇÃO Irã, França, 2025. **DIREÇÃO** Jafar Panahi. **COM** Vahid Mobasseri, Mariam Afshari e Hadis Pakbaten. **QUANDO** Seg. (27), às 18h30; ter. (28), às 17h15; e qua. (29), às 20h40. **ONDE** Vários locais. **PREÇO** Ingressos esgotados. Mais informações pelo site mostra.org

ilustrada

Alex Avelino

SÃO PAULO Um garoto surge recordado em meio a camadas sobrepostas de fotografias de paisagens e de um negro profundo. Noutro momento, ele reaparece indo na direção oposta à de outra criança, separados por uma cisão luminosa na imagem. Outros corpos, paisagens, fotos de objetos e cenas cotidianas se misturam entre fragmentos e continuidades.

É dessa forma que se apresenta “Sobras”, última série do artista e designer Geraldo de Barros, exibida pela primeira vez em sua totalidade na exposição “Jogo da Memória”, aberta no último sábado na galeria paulistana Luciana Brito.

A mostra reúne 281 trabalhos fotográficos produzidos entre 1996 e 1998, nos últimos anos de vida do artista, que foi figura central da arte concreta brasileira e um dos fundadores dos grupos Ruptura e Forminform. A exposição resulta de uma parceria entre o Instituto Moreira Salles e o Arquivo Geraldo de Barros, mantido pela filha e também artista Fabiana de Barros e pelo cineasta Michel Favre —o objetivo deles é apresentar o conjunto completo da série.

Fabiana de Barros afirma que, nos três últimos anos de vida, o pai começou a mexer em todos os negativos que encontrava em casa —de família, de séries desenvolvidas nos anos 1940, de períodos em que morou em Paris e de outros momentos distintos de sua trajetória. Segundo ela, eram imagens guardadas em gavetas, sem destino. O artista decidiu recortar, sobrepor e colar em placas de vidro, criando novos negativos e transformando cenas íntimas em memória coletiva.

Quanto ao título da série, Fabiana de Barros conta que o artista repetia insistentemente que devia ser “Sobras”, e que ela só passou a compreender seu significado após a morte do pai. Com isso, o título passou a se referir ao que sobra do conjunto de sua obra, de sua memória e de sua relação com a vida —o que permanece após a morte, além dos recortes e sobreposições das imagens, que por sua vez eram sobras de trabalhos anteriores.

Segundo Favre, a operação radical com a própria história origina o “jogo da memória” que dá nome à mostra. “A sobra remete à memória do Geraldo, obviamente”, diz o genro, que também documentou o artista. “A memória nunca é um nada; sempre sobra alguma coisa. E, de certa forma, o jogo da memória é isso, um exercício de ativar relações, de conectar imagens que sobrevivem ao tempo.”

Ele afirma que o jogo proposto pelo artista atua tanto no plano formal quanto no subjetivo. Ao observar uma imagem, o visitante acaba se lembrando de outra,

Série de fotos inédita de Geraldo de Barros ganha exposição em galeria de São Paulo

Mostra ‘Jogo da Memória’ reúne obras feitas entre 1996 e 1998, no final da vida do artista, conhecido pelas sobreposições em negativos

Obra do artista Geraldo de Barros, da série ‘Sobras’
Fabiana de Barros/Instituto Moreira Salles

formando pares, grupos e uma espécie de cosmogonia. Favre diz que esse processo permite transformar o material pessoal —imagens da vida e da família do artista— em algo universal e público.

Favre observa ainda que a última série de Geraldo de Barros dialoga com ideias já expostas pelo artista no texto “Tratado da Fotografia”, publicado em 1978, que traz conceitos-chave para compreender sua obra fotográfica, como

a defesa da liberdade, da exploração do acaso e do erro na criação artística, além da ideia de que a fotografia de um negativo encontrado e empoeirado pertence a quem dele fizer uso, e não necessariamente a quem o expôs primeiro.

Geraldo de Barros

ONDE Galeria Luciana Brito - av. Nove de Julho, 5.162, São Paulo.
QUANDO Seg., das 10h às 18h; ter. a sex., das 10h às 19h; sáb., das 11h às 17h. Até 20 de dezembro. **PREÇO** Grátis

A moderna doença do espírito

Segundo Georg Simmel, quanto mais consciência, mais sofrimento subjetivo e inquietação

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'A Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela USP

Com a superficialidade que caracteriza a modernidade no seu estágio avançado no século 21, é óbvio que temas como a saúde mental também se transformariam em superficialidade e mercado, dois substantivos que caminham lado a lado como gêmeos siameses.

Quando a saúde mental se torna efeméride jornalística e commodity de mercado como hoje, a tendência é lidar com ela como oportunidade de negócio, logo, como contencioso jurídico.

Autores como Georg Simmel (1858-1918) já escreveram sobre “O Impacto das Cidades Grandes no Espírito” —título do seu artigo publicado em 1904. Simmel, entre todos os fundadores da sociologia —Durkheim, Marx, Weber e, ele mesmo, Simmel—, é, sem dúvida, o mais sutil e sofisticado no tratamento dos seus objetos. Seu método de escrita ensaística será caracterizado por Adorno como “pensar com o lápis”.

A vida do espírito sempre teve como característica sobreviver ao meio circundante. Desde sempre, a natureza e seus elementos exigiram do espírito humano a capacidade de resistir às diversas formas de “agressão”. Não será diferente quando os seres humanos passarem a viver em grandes cidades industriais. É desse lugar que parte a análise de Simmel acerca da vida do espírito na modernidade e seu caráter urbano em larga escala.

Para nosso sociólogo sutil, o que marca a vida psicológica nas grandes cidades é “a intensificação da vida nervosa”. A aceleração das mudanças faz mal à alma. Tanto a vida interior quan-



Quando o homem passa a habitar as atuais grandes cidades, com sua aceleração, o espírito interior se faz um tanto apátrida, sem lugar, enquanto o exterior é obrigado a trabalhar cada vez mais. Esse processo é a ‘intensificação da vida nervosa’, porta de entrada do adoecimento moderno da alma

to a exterior é exposta à necessidade de estabelecer discernimentos —que é parte essencial da vida do espírito— cada vez mais em maior intensidade.

Aceleração e intensidade marcam a qualidade das exigências modernas ao espírito, em si pré-histórico, dos seres humanos. À semelhança do seu contemporâneo, o metafísico francês Henri Bergson, Simmel entendia que a vida psíquica tem dois níveis de realidade. Uma profunda, interior, outra superficial, exterior, esta propriamente sendo o entendimento que lida com as mudanças da realidade do mundo.

Diferentemente de Bergson, Simmel, em sendo sociólogo, vincula essa vida psíquica exterior a elementos concretos da reali-

dade social. Enquanto o “eu superficial” responde às demandas da vida exterior, o “eu interior” mergulha na profundidade que tende a temporalidade lenta.

A geografia e a temporalidade da vida rural fazem poucas demandas ao entendimento —espírito voltado ao exterior— e se acomoda à lentidão do espírito voltado ao interior. Quando o homem passa a habitar as grandes cidades, com sua aceleração e aumento de intensidade das transformações externas, o espírito interior se faz um tanto apátrida, sem lugar, enquanto o exterior é obrigado a trabalhar cada vez mais.

Esse processo é a “intensificação da vida nervosa”, porta de entrada do adoecimento moderno da alma. Como é decorrente da

dinâmica social, não tem cura.

Por sua vez, essa “vida nervosa” é equivalente, na linguagem de Simmel, ao aumento das demandas à consciência —dimensão do espírito essencialmente voltada ao mundo exterior. Se no campo a vida passava através de mudanças e nuances insignificantes, quase imperceptíveis, nas grandes cidades, essas mudanças se intensificam gerando um aumento gigantesco da atividade consciente, causando a “vida nervosa”.

Mais consciência, mais sofrimento subjetivo e inquietação. A sociologia aqui explica o aumento da submissão da vida do espírito à vida da consciência, por sua vez, submetida à violência da velocidade das rupturas modernas, rupturas essas não só no sentido grandioso da história, mas também no cotidiano individual minuto a minuto.

A coisa não para aí. Para Simmel, a vida do entendimento ou da consciência voltada ao mundo exterior das mudanças aceleradas —no caso das grandes cidades modernas— é a dimensão mais distante da vida interior profunda, esta mais consistente com a singularidade da personalidade individual. Quanto mais exigências de atenção consciente, mais afastamento da personalidade, gerando de forma mais clara ainda a “intensificação da vida nervosa” como psicopatologia.

O entendimento —aqui sinônimo de consciência— tem vocação ao impessoal, “as decisões objetivas da lógica monetária”, numa palavra, ao dinheiro, e, por isso mesmo, fere a personalidade profunda, afeita à singularidade da “pouca consciência” cotidiana, vinculada à vida mais inconsciente e encaixada na lentidão da “longue durée” —longa duração— do historiador francês Fernand Braudel.

Portanto, o problema é “mais embaixo” do que a maldição dos celulares. O aumento da insanidade mental na modernidade não tem cura.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

MULTITELA

Produção dinamarquesa sobre agente infiltrada chega ao sob demanda

A Agente

Netflix, 16 anos

A série é uma produção dinamarquesa de clima sombrio que acompanha uma nova integrante do serviço de inteligência, Tea, que assume outra identidade para se infiltrar no mundo do crime. Sua missão é conquistar a confiança de Ashley, namorada do chefe, e reunir provas para desmantelar a organização. Mas, à medida que testemunha a violência que cerca Ashley, Tea se vê dividida entre o dever e a empatia.

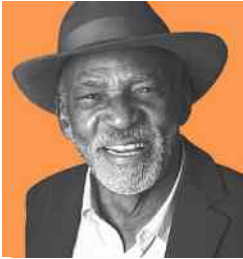
As Filhas da Mãe

Globoplay, livre

Exibida em 2001, a novela de Silvio de Abreu, Alcides Nogueira e Bosco Brasil tem Fernanda Montenegro como Lulu de Luxemburgo, uma

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com



Roda Viva

TV Cultura, 22h, livre

No centro da roda, Antonio Pitanga conversa sobre suas mais de seis décadas de carreira como ator e diretor. Ele está em cartaz no cinema com ‘Malês’, filme sobre a maior revolta de negros escravizados do Brasil, em que dirige os filhos, o ator Rocco Pitanga e a atriz Camila Pitanga

diretora de cinema que volta ao Brasil depois de anos em Hollywood. Fugida do país nos anos 1960, ela tenta se reaproximar das filhas —vivas por Andrea Beltrão, Beate Coelho e Claudia Raia.

Inverno em Paris

Belas Artes à la Carte, 18 anos

Lucas, de 17 anos, está no último ano de internato quando o pai morre subitamente. Desesperado e cheio de raiva, ele visita seu irmão mais velho em Paris para buscar consolo neste drama francês dirigido por Christophe Honoré. No elenco, estão Paul Kircher, Vincent Lacoste e Juliette Binoche.

Morra, Meu Amor

HBO Max, 16 anos

Produção japonesa de suspense sobre três amigas infelizes em seus casamentos. Uma delas, Yurika, diz que matou o marido —não é verdade—, mas, quando o marido de outra desapare-

ce, as três veem nisso uma oportunidade de reavaliar suas vidas.

Relatos de um Correspondente de Guerra na Amazônia

Sesc Digital, 10 anos, grátis

O documentário acompanha a jornada do repórter Daniel Camargos após o assassinato do colega Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira em junho de 2022. Das buscas em Atalaia do Norte a reflexões sobre o papel da imprensa, a produção mostra como é a floresta em tempos de violência.

Criança Esperança

TV Globo, 22h25, livre

Xuxa, Angélica e Eliana apresentam mais uma vez o programa beneficente, que tem participações de Ivete Sangalo, Ludmilla e Fábio Júnior. O tema é “a transformação de sonhos em futuros”, e Paulo Vieira relembra grandes momentos dos 40 anos dessa campanha.

TELEVISÃO

June Lockhart, atriz de ‘Lassie’ e ‘Perdidos no Espaço’, morre aos cem anos na Califórnia

REUTERS June Lockhart, que se tornou a típica mãe da TV nas décadas de 1950 e 1960 com seus papéis nas séries “Perdidos no Espaço” e “Lassie”, morreu nesta semana, aos cem anos, de causas naturais. O anúncio foi feito pela família no sábado. A artista estava na sua casa em Santa Monica, na Califórnia, nos Estados Unidos.

Lockhart fez a mãe viajante Maureen Robinson em “Perdidos no Espaço”, que foi ao ar de 1965 a 1968. De 1958 a 1964, ela interpretou a personagem Ruth Martin, a mãe do protagonista Timmy, em “Lassie”. Ela ganhou um prêmio Tony em 1948 por sua atuação na peça “Por Amor ou por Dinheiro”, encenada na Broadway, e foi indicada duas vezes ao prêmio Emmy.



Pesquisadora trabalha em laboratório da UFABC, na região metropolitana de São Paulo Karime Xavier - 17.jan.22/Folhapress

Cota de isenção fiscal para ciência encolhe no governo Lula e freia pesquisas

Valor disponibilizado nos últimos dois anos ficou na casa de US\$ 200 milhões, insuficientes segundo CNPq e entidades

Phillippe Watanabe

BOGOTÁ (COLÔMBIA) A ciência brasileira vive situação um tanto paradoxal. Ela se vê irrigada por quantias volumosas de dinheiro para alguns projetos, mas não consegue contar com um mecanismo básico para o dia a dia em um laboratório: a cota de isenção de impostos para importação de material para pesquisa científica. Esse dispositivo tem tido seus valores reduzidos nos últimos dois anos do governo Lula (PT).

Em meados deste ano, por falta de verba, cientistas já se depa-
ravam com dificuldades para importar material sem taxas. Apesar de cobranças de entidades, a situação não foi resolvida.

A verba mencionada acima é a cota de isenção. Em linhas gerais, por meio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ligado ao MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), pesquisadores fazem a aquisição de material para suas atividades — desde maquinário até itens mais simples — sem a necessidade de pagar as taxas de importação.

Existe um limite, porém, no valor anual da cota. O deste ano é de US\$ 229,2 milhões (R\$ 1,2 bilhão).

O problema é que o ano não acabou, mas a cota, sim, ao menos virtualmente. Resta somente 0,7% do valor original (o que equivale a mais de US\$ 1 milhão).

Chegar aos últimos meses do ano com um valor restante desse tipo poderia não ser visto como um problema. Mas dificuldades

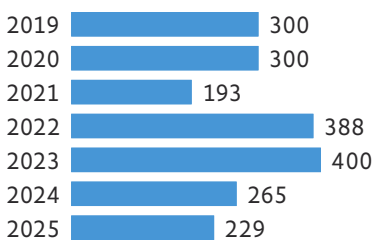
de acesso à cota se repetem há meses, segundo a **Folha** apurou.

No início de maio deste ano, a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, parceria da Fiocruz, alertava para que cientistas enviassem requisições de importação o quanto antes, porque mais da metade da cota teria sido comprometida.

Valor da cota de importação do CNPq

Mecanismo garante isenção fiscal para importações para pesquisa científica

Em milhões de dólares



Fonte: CNPq



Estamos falando de uma irrigação, de 2023 pra cá, que requer mais insumos importados. O que não caminhou com a cota que o CNPq oferece a cada ano

Francilene Garcia
presidente da SBPC

A **Folha** teve contato com pesquisadores de laboratórios da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), da UnB (Universidade de Brasília) e da UFABC (Universidade Federal do ABC) que, entre junho e agosto, já não conseguiam mais fazer requisições para utilização da cota.

O laboratório de Romildo Toledo, pesquisador de materiais e estruturas na Coppe/UFRJ, é um dos que diz ter sido afetado pela falta de cota neste ano. O cientista afirmou que tentava a importação de um difratômetro de raios X, equipamento usado para caracterização mineralógica e bastante comum na química de materiais. A máquina tem valor aproximado de US\$ 200 mil (R\$ 1,1 milhão).

“O problema é que o imposto é quase o mesmo valor [da máquina]”, disse Toledo, que também é diretor-executivo do Parque Tecnológico da UFRJ e ex-diretor da Coppe/UFRJ. Nesse caso, a importação visava a renovação do laboratório, com novo equipamento mais preciso, e com a substituição de maquinário obsoleto. “A industrialização do Brasil para esses equipamentos não é alta.”

A ideia, segundo ele, era tentar novas importações neste segundo semestre, mas, dada a situação, não faria isso.

Romildo, que também foi impactado pela falta de cota em 2024, destacou que ele está longe de ser o único afetado. “Com esses entraves, você retarda o desenvolvimento das pesquisas.”



CNPq diz tentar mais cota ainda para este ano

A Casa Civil confirmou à **Folha** que recebeu a carta das associações de pesquisa e, após análise, encaminhou-a ao Ministério da Fazenda e ao MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). Procurada pela reportagem, a pasta da Fazenda indicou que o questionamento deveria ser enviado ao MCTI.

O MCTI, por sua vez, disse que a definição e a liberação de limites orçamentários para importação são competência do Ministério da Fazenda.

A pasta da ciência afirmou que acompanha com atenção a situação e que “reconhecendo a importância desse instrumento para o pleno funcionamento dos [...] projetos de pesquisa em todo o país”.

O CNPq reconheceu que o valor atual é insuficiente para a demanda e afirmou que tenta a liberação de um novo aporte financeiro para a cota ainda neste ano. “Contudo, não há garantias quanto à disponibilização de valores adicionais.”

O conselho disse que tem analisado os casos individualmente e mantido contato para viabilizar o maior número de importações ou minimizar os impactos negativos.

O CNPq afirmou que busca para 2026 uma cota mínima de US\$ 400 milhões.

Outro caso com o qual a reportagem teve contato ocorreu na Paraíba. Responsáveis pelo radiotelescópio Bingo —projeto Brasil-China, coliderado no Brasil pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) e USP (Universidade de São Paulo)— tentavam importar estruturas metálicas da China, mas tiveram o pedido negado pelo CNPq em julho devido à falta de cota. Em 2024, parte das mesmas estruturas foi importada com auxílio do mecanismo.

A situação do Bingo, planejado para ser o maior radiotelescópio na América Latina, foi resolvida, sem uso da cota, com auxílio, entre outros, do próprio CNPq, do MCTI, do Governo da Paraíba e do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas).

O FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) tem sido a principal fonte de recursos para a pesquisa brasileira, com cifras na casa dos bilhões de reais. A evolução do montante dessa verba injetada na ciência não foi acompanhada pela cota de importação.

“Nós estamos falando de uma irrigação, de 2023 pra cá, que requer mais insumos serem importados. O que não caminhou com a cota que o CNPq oferece a cada ano. Não cresceu de maneira compatível”, afirma Francilene Procópio Garcia, presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

A fala de Garcia é ecoada por nota técnica, a qual a **Folha** teve acesso, produzida dentro do CNPq e encaminhada para Ricardo Galvão, presidente do conselho, em abril deste ano.

Segundo a nota, além da demanda já esperada anualmente, “o crescimento do fomento para CT&I [ciência, tecnologia e inovação], a liberação total dos recursos do FNDCT, o Pró-Infra e os PACs da CT&I e da Saúde trouxeram forte aumento de demanda para a cota do CNPq”.

Ainda de acordo com a nota, “a abundância de recursos do fomento não resultará na eficiência de seu emprego devido à redução na isenção fiscal, desfavorecendo o atingimento dos resultados esperados da política de investimento em CT&I”.

No fim de julho, a ABC (Academia Brasileira de Ciências), a SBPC e a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) enviaram carta ao ministro Rui Costa, da Casa Civil, alertando sobre a situação da cota e afirmando que, àquela altura, ela já estava totalmente consumida.

Na carta, as entidades dizem que se trata de um “entrave crítico ao desenvolvimento científico e tecnológico do país” e que a cota tem um valor absolutamente insuficiente.

“Caso essa cota não seja urgentemente ampliada, os prejuízos para a pesquisa científica brasileira serão irreparáveis. Hoje, cientistas dedicam parte substancial de seu tempo à superação de barreiras burocráticas, quando deveriam estar integralmente voltados às atividades criativas e técnicas que movem a ciência”, dizem as entidades.



Prédio do Instituto Biológico, na zona sul da cidade de São Paulo Danilo Verpa - 24.jan.23/Folhapress

Entenda o que o governo Tarcísio pode mudar na carreira de pesquisador

Assembleia Legislativa aprovou projeto no último dia 14; texto está com o governador, que pode sancioná-lo ou vetá-lo

BOGOTÁ (COLÔMBIA) Após aprovação no último dia 14 pela Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), a proposta da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) para mudar a carreira de pesquisadores de institutos estaduais está nas mãos do governador. Ele tem 15 dias úteis, a partir da decisão no Legislativo, para sancioná-la ou vetá-la.

A alteração encontra resistência da APqC (Associação de Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo), que promete entrar com uma ação contra as novas regras, cuja aprovação parece muito provável considerando que o projeto partiu do próprio governo e não sofreu alterações na tramitação.

O governo paulista, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, diz que o projeto “tem como objetivo modernizar e valorizar a carreira de Pesquisador Científico, com critérios de promoção e progressão claros e meritocráticos”.

Entenda a seguir os pontos centrais que mudam ou que ainda estão em aberto, para regulamentação via decreto, do projeto.

*

De quando é a lei ser alterada? O projeto que aguarda sanção de Tarcísio altera especialmente a lei complementar 125, de 18 de novembro de 1975. Essa é a lei que criou a carreira de pesquisador científico, em regime de tempo integral, nas instituições de pesquisa do estado de São Paulo e que dita as regras da profissão.

Por que o governo propôs as mudanças? Os secretários de Saúde, da Agricultura e de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, em correspondência encaminhada ao governador explicando os motivos para a mudança, falam em modernização da carreira.

“Sua atualização se impõe diante da necessidade de modernizar a gestão de pessoas, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência, mérito e transparência administrativa”, diz o documento.

Em nota enviada à imprensa no decorrer da tramitação do projeto na Alesp, o governo afirmou que a mudança está ligada à “eficientização do serviço público e às demandas da categoria”.

Quantas pessoas o projeto deve impactar? A APqC estima em mais de 900 pesquisadores. O governo estadual fala em 901 pesquisadores ativos.

Eles estão espalhados em diversos institutos públicos de pesquisa, entre os quais Adolfo Lutz, Biológico, Butantan e Pasteur (veja outros ao lado).

O novo projeto afeta a remuneração dos pesquisadores? A APqC comparou as remunerações atuais com a remuneração por subsídio que consta no novo modelo de carreira de pesquisadores proposto em São Paulo. Segundo a entidade, 22% dos pesquisadores devem ficar sem aumento com o novo modelo.

De acordo com a associação,



Os institutos afetados pela medida

- Instituto Adolfo Lutz
- Instituto Butantan
- Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia
- Instituto Lauro de Souza Lima
- Instituto Pasteur
- Instituto de Saúde
- Laboratórios de Investigação Médica do HC-FMUSP
- Diretoria de Pesquisa dos Agronegócios (Apta)
- Instituto Agrônômico
- Instituto Biológico
- Instituto de Economia Agrícola
- Instituto de Pesca
- Instituto de Tecnologia de Alimentos
- Instituto de Zootecnia
- Instituto de Pesquisas Ambientais

atualmente a remuneração dos pesquisadores é composta de um salário-base que é acrescido de outras possíveis remunerações, como a concedida para quem assumir responsabilidades extras.

Com a provável nova lei, a remuneração passa a ser por subsídio, fixado em valor único que depende do nível e da categoria em que o pesquisador está inserido.

Para a APqC, esse modelo de remuneração tende a desvalorizar salários com o passar do tempo.

O governo Tarcísio diz que o novo modelo garantiria aumento para 82,4% dos pesquisadores.

Segundo o governo, dos 17,6% que não receberão aumento — não havendo também redução salarial —, 42,8% têm ações judiciais de equiparação com a carreira universitária e 25,7% recebem acima do teto constitucional — R\$ 46.366,19, em 2025.

Qual o novo regime de trabalho proposto no projeto? Caso sancionado por Tarcísio, o projeto acaba com o regime de tempo integral para os pesquisadores, mencionado no começo desta reportagem e relacionado à lei 4.477, de 1957.

Esse regime é aplicado a cargos e funções que exijam de seus ocupantes a realização ou a orientação de trabalhos de investigação científica ou técnico-científica nos institutos mencionados na mesma lei.

Conforme a legislação, o regime de tempo integral “tem por fim incrementar a investigação científica e a formação de novos pesquisadores mediante o estabelecimento de condições que favoreçam moral e materialmente a atividade de pesquisa”.

Para a APqC, esse regime é fundamental “para assegurar a manutenção e a indissociabilidade das ações de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e inovação em benefício da população” e cumpre as necessidades da carreira.

O novo regime de trabalho, definido no projeto de lei como regime de dedicação exclusiva, ainda será regulamentado por decreto.

A falta de mais detalhes sobre o regime de dedicação exclusiva traz insegurança jurídica para pesquisadores, segundo a APqC.

O governo Tarcísio afirma se tratar somente de uma mudança de nomenclatura, sem qualquer impacto prático nas regras de dedicação ou na jornada de trabalho, e que, na prática, “o regime continua o mesmo, ou seja, os pesquisadores não podem exercer outra atividade remunerada fora da instituição”.

Qual comissão é afetada pelo novo projeto? Deixa de existir a Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral. É criada a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento da Carreira.

Tanto a comissão atual quanto a nova proposta possuem a mesma constituição: 13 membros, dos quais 12 são escolhidos pelo governador a partir de uma lista com 24 nomes e o último sendo um livre do mandatário estadual.

A APqC aponta que a nova comissão perderá atribuições em relação à atual, deixando de ter papel executor.

Na legislação atual, a comissão é responsável por “planejar, organizar e executar, em todas as etapas, o concurso e o processo seletivo de ingresso na série de classes de Pesquisador Científico”.

No projeto de lei, é atribuído à comissão “planejar, organizar todas as etapas do concurso de ingresso na carreira de Pesquisador Científico” — a etapa de “executar” não consta mais no texto.

Além disso, o governo deve regulamentar, em 90 dias, “a forma de constituição, atribuições e funcionamento da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento”.

A gestão Tarcísio também afirma que o projeto “não altera a atual composição, nem as atribuições gerais da comissão responsável pela avaliação e desenvolvimento da carreira”, apenas ajusta nomenclatura e faz atualização de redação.

Ainda segundo a administração estadual, o decreto posterior trata do detalhamento das atribuições e do funcionamento da comissão, o que já ocorria na lei original de 1975. Lado a lado, as duas leis, porém, apresentam uma diferença. A de 1975 afirma que o funcionamento, competência, atribuições e área de atuação da comissão serão estabelecidos em decreto, “mediante proposta da CPRTI [nome da antiga comissão]”.

O que muda na estrutura de carreira? Hoje há seis classes de pesquisador nas instituições do estado. O projeto de Tarcísio cria uma nova subdivisão, que resulta em 18 etapas de carreira.

Para a APqC, “essa fragmentação torna a progressão funcional mais lenta e a carreira menos atrativa para novos talentos”.

O governo diz que a nova estrutura tem o objetivo de “garantir avanços mais justos e graduais, incentivar e promover o desenvolvimento de forma contínua e a competitividade da carreira”.

Phillippe Watanabe

Marcelo Leite

O colunista está em férias

ciência

MENSAGEIRO SIDERAL

Estudo ajuda a elucidar evolução das galáxias

Pesquisa focou espiral barrada próxima com dados do Very Large Telescope

Salvador Nogueira
salvadornogueira@gmail.com

Cada galáxia tem a sua história, e uma rica interação entre seus componentes permite compreender como elas evoluem e, em última análise, como o Universo vai, aos poucos (e em variados ritmos, dependendo da região do espaço), envelhecendo. Um novo trabalho realizado por um grupo internacional de pesquisadores com liderança brasileira desenvolveu um método para decifrar, a partir da assinatura de luz de cada galáxia, a quantas andam as coisas por lá.

Uma passada rápida sobre o que são galáxias. Essencialmente, são enormes conjuntos de estrelas (de centenas de milhares a trilhões) e nuvens de gás em geral mantidos coesos por uma grande quantidade de matéria escura (cujos efeitos gravitacionais podem ser medidos, embora não saibamos exatamente o que ela é), tudo girando em torno de um núcleo que costuma conter um buraco negro supermassivo em seu interior.

Essa descrição genérica esconde um mundo de detalhes. A estrutura geral delas pode variar: podem ser elípticas (em geral galáxias mais velhas e gigantes, resultado de incontáveis fusões galácticas), podem ser irregulares (como as mais imaturas), podem ser espirais (como a nossa Via Láctea) e podem também ter uma barra de estrelas em sua região central (como é o nosso caso também). O buraco negro supermassivo, por sua vez, pode estar mais ou menos ativo (ou seja, engolindo mais ou menos massa). Quando muito ativo, ele emite poderosas rajadas relativísticas de partículas que interagem com o meio circundante, modulando a formação de estrelas que se dá nas nuvens galácticas do entorno.

O novo estudo, que tem por primeiro autor Luiz Silva Lima, aluno de doutorado da Unicid, mirou justamente as galáxias ativas, tomando por exemplo uma das mais próximas, a NGC 613. Conhecida desde o final do século 18, ela está a modestos (em termos intergalácticos) 67 milhões de anos-luz da Terra e é uma espiral barrada um pouco maior que a Via Láctea, com um núcleo galáctico ativo (ou seja, com um buraco negro supermassivo devorador).

A partir dos dados do Muse, um espectrógrafo instalado no VLT (Very Large Telescope), do ESO (Observatório Europeu do Sul), no deserto do Atacama, Chile, eles foram capazes de separar as diferentes informações que vêm na assinatura de luz da galáxia, identificando os vários fenômenos que estavam acontecendo em suas várias regiões. Os pesquisadores conseguiram modelar as peças do quebra-cabeça, entendendo como a dinâmica do gás se dá a partir da barra central, podendo induzir tanto formação estelar como atividade do núcleo galáctico, e obtendo pistas do que faz uma galáxia, e alternadamente seu buraco negro supermassivo, “ligar” ou “desligar”.

O trabalho foi parte da tese de doutorado de Lima, feito sob orientação de Lucimara Martins, pesquisadora da Unicid e vice-presidente da SAB (Sociedade Astronômica Brasileira), e ganhou publicação no prestigioso periódico britânico Monthly Notices of the Royal Astronomical Society.

Os pesquisadores sabem que este é apenas um estudo de caso, mas dizem acreditar que o mesmo processo de análise pode ser aplicado a outras galáxias, de modo a formar um quadro mais completo de como elas evoluem e se transformam ao longo da história cósmica.

DOM. Reinaldo José Lopes
TER. Álvaro Machado Dias
SEG. Marcelo Leite, Mensageiro Sideral
QUA. Marcelo Viana
SEX. Suzana Herculano-Houzel

‘Múmias’ desenterradas nos EUA revelam inéditos cascos nas patas de dinossauros

É a 1ª vez que se registra esse tipo de estrutura nesses animais, diz paleontólogo; espécie ‘E. annectens’ era a vaca de sua época

Will Dunham

WASHINGTON | REUTERS Duas “múmias” revelaram detalhes da anatomia da espécie *Edmontosaurus annectens*. Uma delas é a presença surpreendente de cascos nas patas, algo inédito no registro de dinossauros, conforme estudo publicado na última quinta-feira (23) na revista Science.

As descobertas foram feitas a partir de fósseis descobertos no estado de Wyoming, nos EUA. Um dos esqueletos era de jovem adulto com 12,2 metros de comprimento. Outro pertencia a um indivíduo juvenil com cerca de metade desse tamanho.

Os contornos da superfície carnosa externa dos dois espécimes foram preservados sobre o esqueleto por uma fina camada de argila com 0,025 cm de espessura que se formou após a morte deles.

Normalmente, é difícil reconstruir a aparência de dinossauros e outras criaturas extintas, pois raramente a forma do tecido mole é preservada em fósseis. Mas os dois *E. annectens* permaneceram com extensas áreas contínuas de superfície externa de pele preservada, fornecendo a visão mais completa e detalhada de um grande dinossauro até o momento.

“Estamos vendo o perfil completo do dinossauro pela primeira vez”, afirmou o paleontólogo Paul Sereno, da Universidade de Chicago, que liderou o novo estudo.

Esses dinossauros não são múmias, é claro, como as do Egito antigo, quando corpos de seres humanos eram elaboradamente preservados para a vida após a morte. Mas fósseis semelhantes foram encontrados na mesma área de Wyoming há mais de um século e ganharam o apelido de múmias. O termo, então, permaneceu.

“Eles não se assemelham a múmias humanas de estilo egípcio. E, pelo menos para nossas múmias, não há DNA, não há estrutura de tecido, não há nada. É uma máscara de argila”, explicou Sereno sobre as diferenças.

Os *E. annectens* viveram durante o Período Cretáceo, pouco antes da colisão do asteroide que viria a pôr fim à Era dos Dinossauros.

Eles vagavam pelo oeste da América do Norte ao lado, por exemplo, do *Tyrannosaurus rex*. Era de longe o dinossauro mais comum em seu ecossistema, segundo Sereno. “Formava grandes grupos, era a vaca de sua época.”

Os espécimes tinham um focinho largo e achatado vagamente se assemelhava a um bico de pato e se alimentavam de plantas.

Seu comprimento de até 12,8 metros rivalizava com o do *T. rex*, que, aliás, via os *E. annectens* como uma boa refeição, conforme



Tyler Keillor/Fossil Lab



Dani Navarro/via Reuters

Acima, fóssil de ‘*Edmontosaurus annectens*’ encontrado no estado de Wyoming, nos EUA; abaixo, reconstrução de como teria sido em vida

formas de dentes encontradas em outros fósseis.

“Não há dúvida de que estava no cardápio”, disse o paleontólogo. “Não era um animal que seria fácil de derrubar. É por isso que você precisava de algo do tamanho de um *Tyrannosaurus rex*.”

Evolução convergente

Mamíferos como cavalos, vacas, cabras e ovelhas evoluíram cascos, que protegem os dedos, suportam o peso do animal, oferecem tração e absorvem o impacto ao caminhar e correr. Mas o *E. annectens* fez isso milhões de anos antes. É o primeiro dinossauro, o primeiro réptil e o primeiro vertebrado terrestre conhecido a ter desenvolvido essa estrutura.

“É para terreno duro, caminhando eficientemente — talvez até correndo — sobre a superfície”, afirmou Sereno.

Os cascos são um exemplo de um fenômeno chamado evolução convergente. Isso significa que organismos diferentes desenvolvem de forma independente características parecidas — como as asas de pássaros, morcegos e pterossauros — enquanto se adaptam a ambientes semelhantes ou nichos ecológicos.

O *E. annectens* parece ter andado sobre as quatro patas quando se movia lentamente e sobre duas pernas quando corria, segundo Sereno. Como resultado, os cascos dos membros anteriores eram diferentes dos presentes nos membros posteriores.

Os dois indivíduos de *E. annectens* morreram possivelmente durante uma seca. Mais tarde, suas carcaças ressecadas teriam sido cobertas por uma enchente repentina que as deixou revestidas por uma película de argila.